

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**A REPRESENTAÇÃO DA QUESTÃO PALESTINA NOS JORNAIS BRASILEIROS
(2000-2001)**

Discente: Luana Rodrigues Mota

Orientador: Ricardo Nobrega

Abril/2023.

LUANA RODRIGUES MOTA

**A REPRESENTAÇÃO DA QUESTÃO PALESTINA NOS JORNAIS BRASILEIROS
(2000-2001)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Nobrega

CAMPOS - RJ

2023

**A REPRESENTAÇÃO DA QUESTÃO PALESTINA NOS JORNAIS BRASILEIROS
(2000-2001)**

Luana Rodrigues Mota

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Políticas.

Aprovado em: ____/____/____

Prof. Dr. Ricardo André Avelar da Nóbrega
Doutor em Sociologia – UERJ
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
(Presidente)

Prof.^a Dr.^a Márcia Regina Carneiro
Doutora em História Social – UFF
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Paulo Rodrigues Gajanigo
Doutor em Ciências Sociais – UERJ
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Prof. Dr. Luiz Augusto Campos
Doutor em Sociologia – IESP-UERJ
Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Campos dos Goytacazes – RJ
2023

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, o meu primeiro agradecimento, por me fornecer o arcabouço teórico e o financiamento necessário para realização desta pesquisa.

A Marcia Regina Carneiro, professora, companheira e amiga, que me apresentou com os principais teóricos que construíram não só essa análise, mas a minha visão do mundo. Pelas incontáveis horas ao telefone, ensinando sobre materialismo, sobre subalternidade e todos os temas aos quais atravessaram a minha vida acadêmica. Aos inúmeros livros (mesmo eu insistindo para não desprender recursos), que chegavam de surpresa todos os meses, sempre seguidos de uma aula espetacular. Também, não há como esquecer, foi a primeira a me incentivar a embarcar nesta jornada.

A minha família, minha mãe Aridete Rodrigues, mulher que batalhou a vida inteira, abdicando de suas próprias vontades, para a realização desta e outras conquistas em minha vida. Ao meu melhor amigo e companheiro, Jeferson Rodrigues, que mesmo nos piores momentos, não deixou de acreditar na finalização desta pesquisa e ao meu sobrinho Kauã Mota, pelas incansáveis leituras e impressões das versões deste trabalho.

Aos meus amigos e companheiros Jheimmys Manhães, José Marcos Freitas, Laís Simão e Maísa Barcelos, por estarem presentes em todos os congressos, apresentações, publicações, lançamentos e todas as principais realizações da minha vida nos últimos anos.

Não há como esquecer do corpo docente deste programa, que apesar do fastidioso processo de adaptação no contexto da pandemia de COVID-19, empenhou o máximo de esforço para entregar aulas de excelência a todos os discentes. Um agradecimento especial aos professores Paulo Rodrigues Gajanigo, por contribuir na construção teórica deste trabalho, com contribuições tão generosas e assertivas e ao professor Geraldo Márcio Timóteo, pelas contribuições metodológicas e quantitativas, pela paciência e escuta ativa, que com certeza foi fonte de saber e de conforto neste processo árduo de construção. Ao meu orientador e também professor Ricardo de Nóbrega, por todo empenho e paciência, nas contribuições fundamentais desta dissertação.

Por fim, aos alunos do programa por dividirem os anseios, as preocupações, os saberes e os desafios dessa jornada. Aos meus dois inseparáveis “porquinhos” Yves Pessanha e Hiorrana Braga, meu muitíssimo obrigada, sem vocês, talvez, esse caminho jamais fosse percorrido.

Nestas páginas não há de se encontrar a defesa do povo da Palestina, pois esta dissertação não é uma defesa, e sim, um ataque. É no reconhecimento desta posição que, podemos ressignificar o nosso papel e dar voz a luta. Que essa contribuição possa ser apropriada pela população palestina, que ainda sobre o processo contínuo de Nakba, possa um dia retornar à casa.

Ocuparam minha pátria
Expulsaram meu povo
Anularam minha identidade
E me chamaram de terrorista
[...]
Destruíram, dividiram, humilharam
E me chamaram de terrorista
Assassinaram minhas alegrias,
Seqüestraram minhas esperanças,
Algemaram meus sonhos,
Quando recusei todas as barbáries
Eles... mataram um terrorista!

Confissões de um Terrorista - Mahmoud Darwish [adaptado]

RESUMO

As mídias têm um papel indiscutível na formação da opinião pública, dos preconceitos e visões sobre identidades, nações e conflitos. Para tratar deste amplo tema, o presente trabalho propõe-se analisar as formas de representação da Palestina através dos meios de comunicação brasileiros, a partir da forma como os jornais de grande circulação (O Globo e A Folha de São Paulo) noticiam Segunda Intifada (2000-2005) antes e após o Onze de Setembro, a pesquisa observa todas as publicações destes jornais que abordam Palestina e Israel em seus cadernos e matérias. A metodologia proposta perpassa por levantamento bibliográfico e, através da linha de investigação da semiótica social e dos métodos de análise multimodal e discursiva, perpassa pelos jornais, construindo um levantamento que resultou na análise detalhada de 271 fontes, sendo 162 referentes à Folha de São Paulo e 109 referentes à O Globo. Estas matérias e abordagens serão separadas através de uma análise de Valência, onde, separados por matérias favoráveis, contrárias e ambivalentes em relação à defesa do território, identidade e autoridade dos Palestinos sobre sua própria terra e nação. Os resultados a serem discutidos são trazidos em gráficos e figuras e pretendem não meramente trazer dados objetivos e vazios de interpretação, mas observar que, mesmo quando há um posicionamento ambivalente ou até mesmo favorável por estes jornais, ainda se observa que isso não contribui para uma imagem favorável da questão palestina nem da Intifada em si, pois as reportagens sobre se reduzem somente ao conflito. Observa-se, por fim, que a Palestina como território e palestinos como pertencentes à este território, é abordado majoritariamente aos assuntos sobre o conflito, enquanto Israel vai ocupando outros cadernos dentro do veículo de comunicação, como um tema, nação e nacionais sendo vistos como assuntos para além de temas de guerra, conflito e com mais fluidez e pertencimento aos mais diversos espaços destas mídias.

Palavras-chave: Palestina, Segunda Intifada, Israel, Jornal O Globo, Jornal A Folha de São Paulo.

ABSTRACT

The media have an indisputable role in shaping public opinion, prejudices and views about identities, nations and conflicts. To deal with this broad theme, the present work proposes to analyze the forms of representation of Palestine through the Brazilian media, from the way in which the newspapers of great circulation (O Globo and A Folha de São Paulo) report the Second Intifada (2000-2005) before and after September 11th, the research observes all the publications of these newspapers that address Palestine and Israel in their sections and articles. The proposed methodology goes through a bibliographical survey and, through the line of investigation of social semiotics and the methods of multimodal and discursive analysis, goes through the newspapers, building a survey that resulted in the detailed analysis of 271 sources, 162 of which refer to Folha de São Paulo and 109 referring to O Globo. These matters and approaches will be separated through an analysis of Valencia, where, separated by favorable, contrary and ambivalent matters in relation to the defense of the territory, identity and authority of Palestinians over their own land and nation. The results to be discussed are shown in graphs and figures and are intended not merely to bring objective data and void of interpretation, but to observe that, even when there is an ambivalent or even favorable position by these newspapers, it is still observed that this does not contribute to a favorable image of the Palestinian issue nor of the Intifada itself, since the reports about it are reduced only to the conflict. It is observed, finally, that Palestine as a territory and Palestinians as belonging to this territory, is mostly addressed to issues about the conflict, while Israel occupies other sections within the communication vehicle, as a theme, nation and nationals being seen as subjects beyond themes of war, conflict and with more fluidity and belonging to the most diverse spaces of these media.

Keywords: Palestine, Second Intifada, Israel, Jornal O Globo, Jornal A Folha de São Paulo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Processo de desocupação dos territórios palestinos	p. 15
Figura 2 - Esquema detalhado da Cisjordânia após o segundo envio de tropas israelenses no início de 2000	p.16
Figura 3 - O circuito da Cultura	p. 40
Figura 4 - Esquema de análise sinótica multimodal	p.46
Figura 5 - Recursos numéricos mobilizados no jornal	p.56
Figura 6 - Reforço de estereótipos	p.57
Figura 7 - Fala de especialista	p.58
Figura 8 - Busca por palavras-chave Palestina e Israel na Folha de S. Paulo	p.72
Figura 9 - Busca por palavra-chave Palestina em 2000 e 2001	p. 73
Figura 10 - Busca por palavra-chave Israel em 2000 e 2001	p. 74

LISTA DE QUADROS E TABELAS

- Quadro 1 - Análise dos princípios Editoriais: Avaliação do requisito Transparência p. 69
- Quadro 2 - Padrões e níveis de conformidade p.69
- Tabela 1 - Categorias de Análise Folha de São Paulo período de 01/10/2000 á 31/12/2001 p.28
- Tabela 2 - Observação numérica por trimestre da Valência no Jornal Folha de São Paulo p.77
- Tabela 3 - Observação numérica por trimestre da Valência no Jornal O Globo p. 77

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 - Valência observada Jornal Folha de São Paulo p.75
- Gráfico 2 - Valência observada Jornal O Globo p. 75
- Gráfico 3 - Valência observada Entre o último trimestre de 2000 e o último trimestre de 2001 nos Jornais O Globo e A Folha de São Paulo p. 76
- Gráfico 4 - Citações das expressões Israel e Israelenses comparada com Palestina e Palestinos Entre o último trimestre de 2000 e o último trimestre de 2001 nos Jornais O Globo e A Folha de São Paulo p.78
- Gráfico 5 - Citações das expressões Israelenses e árabe-israelense comparada com Palestinos e árabes Entre o último trimestre de 2000 e o último trimestre de 2001 nos Jornais O Globo e A Folha de São Paulo p.80
- Gráfico 6 - Citações das expressões Sionistas/colonos Entre o último trimestre de 2000 e o último trimestre de 2001 nos Jornais O Globo e A Folha de São Paulo p.81

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	02
2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	09
2.1 Antecedentes: Retrocessos e Avanços.....	09
2.2 Os acordos de Oslo.....	13
2.3 A Segunda Intifada.....	17
2.4 Orientalismo.....	18
3. METODOLOGIA.....	22
3.1 Apresentação ampliada da Metodologia.....	23
3.1.1 Análise Crítica do Discurso (ACD) e Análise Semiótica Multimodal..	23
3.1.2 Análise de Valências (MAV).....	26
3.2 Categorias De Análise.....	28
3.2.1 Árabes, Palestinos, Árabes-israelenses, ou Muçulmanos versus Israelenses, Sionistas/Colonos ou Judeus.....	28
3.2.2 Palestina versus Israel.....	30
3.2.3 Manifestantes versus Terroristas.....	31
4. MARCO TEÓRICO.....	33
4.1 Discussões fundamentais para compreensão da análise.....	33

4.1.1	Base	<i>versus</i>	
Superestrutura.....			33
4.1.2	Hegemonia	e	
Totalidade.....			35
4.1.3	Cultura	e	
Representação.....			37
4.1.4	Poder	e	
Discurso.....			43
4.1.5	O	Jornal	como
fonte.....			45
4.1.6	Agendamento	e	Enquadramento: Pauta
Notícia.....			versus 51
4.1.7	Linha	editorial	<i>versus</i> Política
editorial.....			58
4.2			Jornais
analisados.....			62
4.2.1	<i>A Folha de São Paulo</i>		62
4.2.2	<i>O Globo</i>		65
5. ANÁLISE E DISCUSSÕES			71
6.		CONSIDERAÇÕES	
FINAIS.....			82
7. REFERÊNCIAS.....			84

1. INTRODUÇÃO

A guerra da Palestina é o processo sistemático de domínio e ocupação do território Palestino desde fins do século XIX até os dias atuais, tendo seu ápice no século XX: Em 1948 (Declaração Unilateral de criação do Estado de Israel), em 1956 (Guerra de Suez), em 1967 (Guerra dos seis dias Guerra dos Seis Dias), em 1973 (Guerra do Yom Kippur ou Guerra do Ramadã) e, finalmente, os momentos de resistência armada da população local, a Primeira Intifada (1993) e a Segunda ou Nova Intifada (2000). Apesar da historiografia recente tratar destes episódios de forma apartada, são todos resquícios de um único conflito: A Guerra da Palestina.(GATTAZ, 2003)

Através do materialismo histórico dialético, fazendo o exercício de entender o problema em toda a sua complexidade, ou seja, analisando o denominado conflito em suas bases econômicas (a posse de terra, controle de território e exploração imperial-colonialista) pode-se entender que existe uma disputa no meio social/cultural pelo discurso para legitimar tais ações. Ou seja, através da análise materialista podemos definir que, as condições materiais de existência (no caso em questão, as questões referentes à dominação imperialista) determinam a forma de pensar (determina o discurso hegemônico legitimador das ações do grupo dominante, neste caso, o Estado de Israel).

Quando falamos da grande mídia e dos meios de comunicação de massas, presenciamos que a grande concentração do discurso fica sobre as mãos dos países que detém maior influência internacional, que norteiam o que será produzido pelos demais países, ou seja, encarando de frente novamente o imperialismo.

Assim, o Brasil como país subordinado perante a lógica de dependência econômica, acaba herdando também essa dependência no quesito ideológico, reproduzindo o pensamento hegemônico, repercutindo a visão de mundo das classes dominantes. Isso pode ser percebido no próprio fazer jornalístico brasileiro, pleiteado pelo mesmo modelo liberal midiático dos Estados Unidos, ainda que preservando alguns traços de originalidade.

Considerando o efeito dos atentados do Onze de Setembro sobre a percepção ocidental acerca do Oriente Médio, em que medida a forma de retratar a Segunda Intifada (2000-2005) nos discursos jornalísticos foi propelida por este episódio? Objetiva-se, portanto, analisar as formas de representação da Palestina através dos meios de comunicação brasileiros, a partir da forma como os jornais de grande circulação (O Globo e a Folha de São Paulo) noticiam a Segunda Intifada.

Além disso, o posicionamento de cada veículo de comunicação aqui estudado estipulado através de sua linha editorial, pode contribuir para a percepção assim como para o espaço relegado a essa causa dentro de suas pautas. Deste modo, mais do que uma averiguação da postura destes veículos sobre a Segunda Intifada palestina, propõe-se uma investigação da postura destes jornais quanto ao reforço dos estigmas acerca da questão.

Pode-se dizer que o *sensu comum* serve à hegemonia, pois é através deste que as classes dominantes no poder impoem sua conservação. Esclarecendo, portanto, a visão materialista histórica dialética: base e superestrutura se influenciam e produzem mutuamente seus alicerces. Dessa forma, a difusão pela mídia mainstream do conflito israelo-palestino dentro de perspectivas estigmatizáveis pode corroborar para determinada posição que atravessa os discursos rumo a construção da prática, o que promove, entre outras consequências a visão parcial de determinados acontecimentos, reforçando um olhar que prioriza a aparência e invisibiliza a essência.

Por exemplo, ao retratar o conflito como algo insuperável, tomado como insolúvel pelo senso comum, contribui tanto para uma invisibilidade da resistência dos agentes palestinos. Ao tratar da Palestina apenas nos períodos de acirramento do conflito, ou ao não contemplar outras dimensões do povo palestino que não ao da luta, corrobora-se para uma construção de imagem negativa deste povo associada somente a guerra, o povo oprimido é visto como causador da sua própria condição.

Ao generalizar os agentes e categorizá-los como “árabes” há um apagamento da identidade nacional e consequentemente da unidade deste povo, corroborando para a deslegitimação de sua luta por reconhecimento. Isso é muito comum quando pensamos na forma como a mídia *mainstream* costuma denominar a Questão Palestina : “Conflito árabe israelense”. O problema dessa denominação se encontra na negação que ela dá ao sujeito palestino: caracterizado sob a égide de “árabe” apagando todas as suas especificidades. O que reforça a ideia de negação desse mesmo povo, dissemina o discurso generalista e fornece arcabouço para a justificativa sionista para a expropriação de terras palestinas e para a constante violação dos direitos humanos contra essa população. (PELED-ELHAHAM, 2019; STEPHAN, 2020)

Há ainda outra forma de apagamento, o que transfere o debate para a esfera religiosa, na tentativa de esgotar as discussões sobre as implicações políticas, territoriais e econômicas do conflito. Deste ponto de vista, apesar das notícias falarem sobre a palestina, e mesmo que entre elas houverem aquelas favoráveis à luta contra a ocupação, elas serão tratadas de forma rasa e não favorecem para uma real reflexão sobre a causa.

Todos esses recursos são exaustivamente manuseados dentro do discurso sionista a fim de produzir significado, legitimação, pertencimento. Esse tipo de estratégia se baseia no estabelecimento de um “hipotexto sionista” como “denominador ideológico comum com o qual se verificam todos os fatos e sobre o qual se ‘moldam’ todas as narrativas” (PELED-ELHANAN, 2019, p.51). O resultado disto é a perda da compreensão dinâmica dos fatos.

Como seu objetivo geral, esta dissertação se concentra em analisar as formas de representação da Palestina através dos meios de comunicação brasileiros, a partir da forma como os jornais de grande circulação noticiam Segunda Intifada (2000-2005) antes e após o Onze de Setembro. Para realizar este objetivo, esta análise, a pesquisa perpassará por alguns objetivos intermediários, visando construir uma estrutura possível de destrinchar a análise proposta. Estes objetivos intermediários podem ser definidos como: Investigar a influência dos atentados de Onze de Setembro na concepção midiática sobre a Segunda Intifada e a respeito da causa palestina no geral; Compreender como a hostilidade nascente no pós *Onze de Setembro* afeta a forma como as notícias referentes à Palestina são veiculadas; Compreender em que medida a imagem do povo palestino construída nas narrativas jornalísticas contribui para a perpetuação de determinados discursos ideológicos sobre o grupo e sobre a causa palestina no geral. Espera-se que através deste desenvolvimento de ideias seja possível contribuir para o debate em torno do tema proposto.

O recorte temporal escolhido abraça o período da Segunda Intifada (luta de resistência palestina) e é atravessado pelo evento que chancela o agravamento das tensões entre ocidente e oriente: o atentado às torres gêmeas em solo norte americano no dia 11 de setembro de 2001. A partir disto, pretende-se comparar as formas de representação da intifada antes e após este evento, para trazer as perspectivas de como essa forma de resistência foi legitimada ou deslegitimada tendo em vista a posição hegemônica vigente. Terá como objetivo esta pesquisa destrinchar as relações entre Representação, Poder, e Hegemonia servem para compreender em que medida a imagem do povo palestino construída nas narrativas jornalísticas contribui para a perpetuação de determinados discursos e sobre o grupo e sobre a causa palestina no geral.

Através do abordado acima, pretende-se discorrer as formas ideológicas que os discursos sobre a Palestina estão sendo construídos dentro da narrativa da mídia *mainstream* brasileira. Para tanto, será preciso construir debate em cima de questões como identidade, representação e hegemonia.

É importante ter em mente que a discussão aqui proposta, seguindo a vertente marxista de Thompson, Gramsci e Williams, busca fugir tanto da análise superficial do

problema através do senso comum, quanto da análise puramente econômica do objeto propondo tratar esta análise do ponto de vista totalizadora, entendendo este como fruto do diálogo mútuo da base *versus* superestrutura, formando assim uma análise através da visão de Estado Integral proposto por Gramsci.

É importante ressaltar que a mídia *mainstream* tem papel fundamental no conflito: Durante muitos anos o Estado de Israel disputou uma imagem de vítima na comunidade internacional, o que o autor Norman Filkenstein chama de “Indústria do Holocausto”. Israel conseguiu construir uma narrativa de país isolado, totalmente cercado pelos inimigos “árabes”, uma espécie de Davi e Golias da política internacional, mas até que ponto esse novo olhar rompe ou contribui para consolidação de estigmas?

Durante a repercussão das intifadas palestinas não foi uma tarefa fácil manter essa posição, principalmente durante a Segunda Intifada, onde a cobertura midiática era muito mais intensa. Mas Israel “lançou a guerra da mídia, indispensável para manter os olhos dos ocidentais a sua imagem de vítima, tarefa delicada quando o poderoso “Golias” israelense, armado até os dentes, afrontava o pequeno “Davi” palestino lançador de pedras.” (BISHARA,2003,p.24)

O tipo de fonte em que a pesquisa e o levantamento se baseiam, que tem como função “informativa” fornece a oportunidade de se compreender a construção de memórias e ideologias, fornecendo arcabouço para moldar uma hegemonia através dessas instituições. Do mesmo modo, o silenciamento e a exclusão também projetam interesses hegemônicos. O problema que aqui se apresenta é compreender o ponto de intersecção entre os eventos: A Segunda Intifada como grito de resistência à ocupação teve o alcance de sua voz reprimido pelo aumento da onda orientalista advinda dos atentados de *Onze de Setembro*? Deste modo almeja-se com esta pesquisa contribuições tanto teórico/acadêmicas quanto sociais, a partir do entendimento da importância dos veículos de comunicação na vida cotidiana.

Após o levantamento bibliográfico, pode-se perceber a falta de trabalhos que mesclam os dois eventos (a Segunda Intifada e os atentados de Onze de Setembro) e explicitam a necessidade da construção de um balanço que contribua academicamente para tanto. Mesmo com sua relevância internacional, os trabalhos na área, na maior parte das vezes buscam discutir a origem do conflito, ou trazem uma análise sobre a dominação, mas sem perspectivas mais profundas em relação às formas de como esse conflito se materializa dentro do âmbito ideológico. Mais do que isso, percebemos que dentro desses materiais podemos encontrar uma identidade israelense bem definida em contrapartida, não se estabelece as

particularidades do povo palestino, comumente apresentados como “árabes”, reflexo do que Said (2007) define como orientalismo.

Mas sua relevância não se limita à Academia: Desde a instauração do Estado de Israel em 1948, o Brasil esteve diretamente ligado ao tema, com a participação fundamental de Oswaldo Aranha, então presidente da Assembleia Nacional da ONU em 1947, na criação do Estado de Israel, coincidente com os interesses estadunidenses. Através disso podemos construir uma análise, em que a visão defendida e propagada nos meios de comunicação segue também essa lógica imperialista, servindo aos interesses do capital.

No Brasil, a comunidade palestina conta com aproximadamente cinquenta mil pessoas. Visto que uma das hipóteses por esta pesquisa estipulada é a de que a percepção sobre a identidade e a causa palestina pode ser alterada através das informações contidas nestes meios de comunicação, pois através destas abordagens, criam-se imagens e estigmas sobre o palestino que podem inviabilizar a sua luta, a importância de se propor esta análise se materializa.

Durante os anos do governo Lula, houve a reaproximação com a causa palestina, mas sem expressiva oposição à política segregacionista do Estado de Israel. Para pensarmos o contexto atual em que os direitos básicos e as pautas sociais vem sofrendo desmontes, a questão dos refugiados palestinos residentes no país é ainda mais sensível: A aproximação do governo Bolsonaro dos países de extrema direita, principalmente do Estado de Israel, fazem com que surjam projetos de lei como a PL 4974/2020⁴, criminalizando a narrativa palestina, caracterizando como “antissemita” qualquer discurso que critique Israel. Em síntese, vivemos um período em que se confundem estratégias políticas e religiosas (neopentecostais, especialmente).

Diante de debates tão significativos e atuais, discorrer sobre o tema dentro e fora da academia é essencial, mas isso só poderá ser possível a partir do momento que a discussão crítica ganhe espaço nos debates cotidianos da população. O primeiro passo para transformar esta realidade é a percepção, dentro da academia, da necessidade de construção de pesquisas deste teor. Desta forma, compreende-se a necessidade de se trabalhar as fontes a fim de investigar os pormenores contidos nas manchetes, visto que essas versões são responsáveis por apresentar aos leitores informações (na maior parte das vezes, as únicas que terão disponíveis) sobre determinado assunto. De modo que as noções de base que formarão suas opiniões sobre o objeto, advém desse contato com o que é noticiado nos jornais.

As representações jornalísticas apresentam discursos estáticos sobre a causa e a identidade palestinas, contribuindo para a perpetuação do orientalismo, conforme Said (2007), deste modo, a pesquisa pretende compreender como a atribuição pode ser responsáveis pela representação da causa palestina e a identidade palestina propriamente dita.

A hipótese inicial era a de que, atravessada pela influência da guerra ao terror, provocada após os episódios de Onze de Setembro de 2001, e com o recrudescimento da animosidade ocidente versus oriente, as narrativas jornalísticas sobre a intifada refletiriam as nuances da geopolítica internacional, mudando drasticamente o posicionamento dos veículos frente a luta palestina.

Ainda partindo do pressuposto de que os Estados Unidos atuam como principal aliado israelense e detentor de grande influência internacional dentro de um sistema global, a política norte americana irá influenciar uma série de medidas que acirraram o conflito entre o Ocidente e o Oriente, consolidando um projeto de invisibilidade antimuçulmano que atingiria diretamente a forma como a intifada seria tratada nos veículos de comunicação. Mas essas duas perspectivas não foram validadas pela análise. Precisou então reconfigurar o olhar em torno das fontes.

Ainda como hipótese desta dissertação, procurou-se perceber como está consolidado o espaço a causa palestina nos meios de comunicação, caracterizando as presenças e as ausências como forma de compreensão do contexto em que se põe a luta palestina através da intifada. Esses espaços podem refletir o panorama necessário para a compreensão da causa como um todo? Ou apenas reforçam estigmas mesmo quando legitimam a rebelião palestina? A quais espaços esteve restrita a causa palestina.

No que tange o processo metodológico é preciso definir resumidamente, pois este trecho compreende apenas uma apresentação sucinta da metodologia da pesquisa, que será apresentada no capítulo quatro. Trata-se de um levantamento que, através da linha de investigação da semiótica social e dos métodos de análise multimodal e discursiva, perpassa por analisar publicações de dois jornais, observando como abordam um tema específico, sendo a mesma de caráter qualitativo. Além deste fator principal, há ainda a característica de levantamento bibliográfico, por conta da construção do referencial teórico, tão essencial à construção das bases de análise aplicadas ao levantamento e observação dos jornais escolhidos (Folha de São Paulo e O Globo). A pesquisa, portanto, pode ser considerada qualitativa, pois ainda que aborde dados numéricos de presença de expressões, uso de conceitos em quantidade ao longo do tempo, porém é ainda quantitativa pois analisa o

contexto, objetivos e interpreta, à luz de seus referenciais, o que estas aparições, citações e narrações significam.

No percurso metodológico, o processo deu-se através da análise detalhada, observando cada edição dos dois jornais e buscando matérias relacionadas à Palestina, Israel, Intifada e outros temas relacionados. Enquanto se construía este levantamento, todos os dados foram descritos numa planilha, enquanto trabalhava-se com descritivos específicos, que serão aprofundados no capítulo de metodologia e resultados. Outro processo metodológico importante foi o levantamento bibliográfico para tratar dos temas conceituais que fundamentaram a análise, onde artigos científicos, trabalhos acadêmicos, bem como outras dissertações e teses também foram separadas, selecionadas e analisadas, para a construção do referencial teórico da pesquisa. Destaca-se por fim, nesta breve apresentação da metodologia a importante delimitação da linha de investigação que é baseada nos estudos de Kress e Leeuwen (1995), debatendo a semiótica social e dos métodos de análise multimodal e discursiva. Onde não apenas o texto meramente é considerado uma fonte de análise, como também é observada toda a construção visual, a disposição do discurso e analisa-se como os recursos verbais são usados como um todo, para disseminação de uma ideologia nas narrativas midiáticas.

No primeiro capítulo buscaremos tecer um apanhado histórico sobre a guerra da Palestina principalmente no que concerne aos capítulos e eventos mais importantes para o entendimento da Segunda Intifada. É importante salientar que não é o objetivo deste trabalho todo um resgate minucioso sobre os fatos históricos que constituem a história da Palestina e da ocupação israelense, visto que este tema conta com uma abundante gama de trabalhos acadêmicos dentro da academia. Nosso foco é, deste modo, trazer alguns acontecimentos e informações que possibilitem a melhor compreensão do fenômeno aqui estudado.

O capítulo seguinte apresentará os pressupostos teóricos utilizados nesta dissertação, de forma a preparar o caminho para a compreensão da metodologia utilizada, de forma a esclarecer o olhar que fora direcionado às fontes. O terceiro capítulo é um preâmbulo ao arcabouço metodológico, visto que esclarece as fontes utilizadas. O quarto capítulo explicará um pouco da metodologia utilizada, bem como as categorias de análise e os dados obtidos. O quinto e último capítulo será composto pelas considerações finais desta pesquisa.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Como protagonistas neste enredo temos a população local árabe-palestina, expulsa de suas terras após a determinação, em 1947, da partilha de seu Estado pela Organização das Nações Unidas e Israel como fruto de um projeto colonizador, o sionismo, posto em prática ainda no séc. XIX. Intrinsecamente ligados ao restante do mundo, os coadjuvantes desse processo (O imperialismo, a dominação do Ocidente e o processo colonizador) são quem de fato começaram a ditar as regras.

A maior parte da população palestina que fora expulsa durante os anos de estabelecimento e consolidação das fronteiras israelenses, se instalaram em países árabes próximos como Egito, Síria, Líbano e Jordânia. Conforme o clima na região entre Israel e os demais vizinhos árabes ia se deteriorando, o recém-nascido Estado judeu aumentava seus domínios. Isso foi observado com maior efetividade em 1967 na chamada “Guerra dos Seis Dias”.

Neste conflito, o governo israelense conseguiu se afirmar como grande potência regional ocidental ante os vizinhos orientais. Além disso, a força militar israelense e a forma rápida de condução do conflito chamaram a atenção do governo Norte Americano que intensificou após o episódio. De todo modo, essa amizade foi refletida através da enorme ajuda econômica e militar dedicada aos israelenses durante todos os anos que se seguiram. Além do enorme levante de recursos financeiros, será neste momento também que haverá a movimentação midiática em favor a Israel promovida principalmente pela mídia *mainstream*. Finkelstein (2001) conceitua essa guinada midiática promovida pós-1967 como “indústria do holocausto”. Para o autor, o sofrimento das vítimas do holocausto teria sido corrompido para ganhar notoriedade internacional, servindo como justificativa para as atitudes do Estado de Israel.

2.1 Antecedentes: Retrocessos e Avanços

Como resposta a intensificação da hostilidade entre esses fatores, surge em 1964 a OLP (Organização pela Libertação da Palestina), órgão inicialmente vinculado à Liga Árabe, mas que conseguiu sua autonomia logo em seguida. Inicialmente atuou no combate a forças israelenses em países árabes fronteiriços. Em contrapartida, crescia também entre a população palestina o asco ao imperialismo ocidental, representado por Israel naquele momento, o que propiciou a criação de diversos partidos radicais, ligados a linhas “rejeicionistas” (Não reconhecem Israel como Estado legítimo) e a linhas extremistas religiosas, como o Hamas e a Jihad Islâmica que irá ganhar notoriedade durante os anos da primeira e Segunda Intifada.

A Guerra dos Seis Dias é fundamental para conseguirmos compreender as guinadas geopolíticas da região e os eventos subsequentes. No plano concreto, o financiamento norte americano aos israelenses se traduzia em números: Israel recebe mais ajuda militar *per capita* dos Estados Unidos do que qualquer outra nação. Essa relação se concretizou a partir do reconhecimento de Israel como única potência confiável a representar os direitos ocidentais no oriente. Era a consolidação ao entrave ocidental que os estadunidenses precisavam para interferir na dinâmica do Oriente Próximo; por outro lado, a condição de vida da população árabe-palestina tomava cada vez mais a fisionomia de uma crise humanitária.

Outra importante consequência dos conflitos de 1967 foi a retomada da chamada “Questão Palestina” nas discussões internacionais. A incapacidade da comunidade internacional e dos estados árabes de conseguir conquistas concretas para o “problema” palestino fez com que a liderança da OLP fosse retomada pelos palestinos, nascia então a reivindicação dos direitos de autodeterminação e a consolidação da identidade nacional palestina¹ com pauta nas discussões da assembleia das nações unidas.

Conforme a pauta da questão palestina ganhava notoriedade internacional e a organização passava a se aproximar da Organização das Nações Unidas, a retórica inflamada e os episódios de ataques “terroristas” como forma de resistência foram deixando a agenda política da OLP². A aproximação da OLP com a ONU gerou uma mudança no caráter da organização: O que surgiu como uma aversão total ao estabelecimento de Israel passou a ter uma postura mais moderada, se abrindo a processos de negociação e reconhecimento com o Estado judeu:

A mudança da perspectiva adotada pela OLP não refletiu significativas oscilações na política israelense e estadunidense para o conflito. Na realidade, o reconhecimento mesmo que informal fornecido pela OLP pressionava a mesma atitude do lado israelense, o que não aconteceu em um primeiro momento. Na realidade, a tentativa de fim das hostilidades acabava ferindo o objetivo principal do Estado de Israel: a anexação de territórios. Entre as estratégias adotadas pela OLP estavam o reconhecimento de Israel em troca da desocupação das terras em Gaza, Cisjordânia e parte de Jerusalém, além do reconhecimento formal israelense a soberania de um Estado palestino.

¹ No ano de 1968, ano de estabelecimento da autonomia da OLP, a ONU através da resolução 2535-B voltou a reconhecer os direitos inalienáveis palestinos. Nos anos posteriores a assembleia da ONU irá condenar diversas vezes as ações israelenses contra palestinos, mas apesar disso, nenhuma ação foi concretizada. (GATTAZ, 2002).

² A frente da organização neste momento estava o líder palestino Yasser Arafat.

Ainda que a OLP tenha tentado se prostrar nas negociações para a obtenção de um Estado palestino, os problemas a qual a população palestina estava submetida dentro e fora dos territórios ocupados por Israel não cessaram. Os anos de 1980 foram marcados pelo cerco à população palestina, promovida pelo governo israelense e as intensas violações dos direitos humanos promovidas a essa população. Somado a essas condições de vida quase desumanas, tivemos também neste período o aumento da construção de assentamentos judaicos em terras palestinas expropriadas em 1967, o que tornava o caráter da ocupação muito mais concreto³.

O território era sua prioridade, a população ali presente não. Mesmo sendo ilegal a anexação dos referidos territórios após a Guerra dos Seis Dias, o governo israelense dedicou-se a construção nestes territórios no qual considerava parte do Estado, a população palestina que ainda permanecia neste local sofria com a restrição de direitos políticos (o nacionalismo palestino foi combatido e os partidos e sindicatos perseguidos), as liberdades básicas (os palestinos em território ocupado são constantemente submetidos a restrição de movimento, punição coletiva e destruição/demolição de casas são frequentes assim como toques de recolher e fechamento de cidades.) e ao acesso a recursos naturais (os recursos hídricos na Cisjordânia encontram-se, até hoje, sob domínio militar israelense, o cultivo de azeitonas e outros alimentos básicos da culinária palestina também apresentam restrições por parte do exército de Israel).

Esses fatores culminaram em uma onda de manifestações que tomaram as ruas em uma “guerra” de pedras contra tanques, era o início da chamada Intifada “Do verbo intifada, “sacudir-se” ou “levantar-se” (GATTAZ,2003, p.173) a sublevação palestina contra a colonização israelense. Desmilitarizadas, mal organizadas e sem pretensões políticas concretas, as manifestações ganharam força com a mobilização espontânea da população. Os processos de organização e resistência popular palestina foram marcados pela dura disparidade de forças entre colonizado e colonizador. Para Salomão (2016) uma outra característica deste movimento foi o deslocamento do conflito, antes externo, entre Israel e a comunidade árabe internacional para o núcleo, com a população civil palestina, no interior do território ou na fronteira próxima.

É importante ressaltar o caráter destas manifestações populares, independentes da organização política de Arafat ou de qualquer outra. Foram episódios levantados por pessoas

³ “Tal atitude representa uma violação flagrante das obrigações internacionais de Israel como um signatário da Quarta Convenção de Genebra relativa à Proteção dos Civis em Tempos de Guerra, de 12 de Agosto de 1949” (GATTAZ, 2002, p.169)

sem experiência política e sem grandes pretensões, não se imaginava que o estrondo político dessas revoltas fossem ganhar a repercussão e a notoriedade que conseguiram.

O caráter de desobediência civil, porém, não foi o único ponto alto da Primeira Intifada, que se utilizou também de ataques à população de colonos nos assentamentos judeus e aos próprios militares israelenses. Essa guinada deu legitimidade para o aumento da violência militar por parte dos israelenses (a disparidade já era gritante desde os primeiros dias de confronto) e um cartão vermelho da comunidade internacional.

Estima-se que a grande maioria da população palestina tanto em território ocupado quanto em campos de refugiados tenha-se envolvido direta ou indiretamente no conflito. Mas logo essa massa ganharia direção com a atuação de grupos paramilitares e radicais, até mesmo a OLP se aproveitaria desse levante para se lançar no cenário político e conseguir vantagens para a negociação com os israelenses. Neste momento a resistência palestina começou a repercutir na mídia *mainstream* internacional em função da enorme disparidade de forças entre os manifestantes e o exército do Estado de Israel:

O Davi sionista se tornou um Golias imperialista, alfinetado pelas pedras de um Davi Palestino” (DEMANT, 2015, p. 109-110) Entre declarações diplomáticas, discussões políticas, negociações e tentativas de acordo, muitas pedras rolaram: a resistência palestina, que nas décadas de 1970 e 1980 foi principalmente secularista, fracassou diante da ideia propagada de que era preciso destruir Israel para se construir uma Palestina Livre. O próprio processo de moderação provocou reações violentas, asfixiando as chances de conciliação. Foi nesse contexto que a OLP fez fama com ações, entre militares e terroristas, com atentados vistosos, mas militarmente impotentes. Citando Demant (2015, p.110) Mais uma vez, politicamente portanto, os palestinos conquistaram um lugar no mapa. Militarmente, eles nunca ameaçaram Israel. (SAYURI, 2020, p. 35)

No ano de 1988, uma organização composta pelas lideranças da OLP e pelos representantes políticos dos territórios ocupados conduziram a adoção de dois documentos oficiais que ditarão os rumos do que deveria ser o futuro Estado palestino. O primeiro deles, *O Comunicado Político do Conselho Nacional Palestino* (CNP) determinava a vontade de se estabelecer uma solução diplomática para o conflito árabe-israelense conforme as determinações internacionais e resoluções das Nações Unidas, o estabelecimento e reconhecimento internacional de um Estado nacional palestino independente, observando o direito de autodeterminação e as convenções internacionais. Este documento propunha ainda táticas para resolução do maior impasse para a “paz” entre os dois povos: o direito de retorno dos refugiados palestinos. O segundo documento, a *Declaração de Independência* reiterou o

estabelecimento de um Estado Palestino na Cisjordânia e faixa de Gaza, tendo como capital a cidade de Jerusalém⁴.

O calor do conflito beneficiou os palestinos, pelo menos no plano internacional. Os documentos propostos pela CNP obtiveram reconhecimento internacional por quase oitenta países. O futuro Estado palestino, no âmbito teórico, conseguiria o reconhecimento necessário para sua criação. A resolução do conflito começava a ganhar contornos de um acordo político diplomático entre as partes e a comunidade internacional pressionava para sua execução. Os esforços para tanto, porém, não compreenderam o fim da ocupação que se estende até hoje.

2.2 Os acordos de Oslo

O fim da Primeira Intifada aconteceu com os processos de negociação mediadas pelo presidente norte americano Bill Clinton, entre a liderança da OLP, Yasser Arafat e o representante político israelense Isaac Rabin. Essa série de acordos ficou oficializada em 1993 pelo *Acordo de Oslo*⁵ que buscava alcançar a paz na região. O acordo pretendia o cessar fogo e a discussão sobre a devolução de territórios ilegalmente ocupados, como a retirada do exército de Gaza e Jericó.

Para Salomão (2016) os acordos de Oslo representam um grande passo para a concretização da determinação e autonomia palestina, visto que possibilitou no plano internacional o reconhecimento desta população assim como a possibilidade de se autogovernar, com a transformação da Organização pela Libertação Palestina (OLP), uma entidade não governamental, na Autoridade Palestina legítima representante dos interesses palestinos frente a comunidade internacional.

Oslo determinou que durante esse processo, a OLP fosse consolidada em uma entidade capaz de estabelecer um autogoverno legítimo para dominar as regiões em que a retirada israelense fosse executada, esta viria ser a Autoridade Palestina (AP). Questões mais sensíveis como definir o status da cidade de Jerusalém e o direito de retorno dos refugiados palestinos foram postos de lado, o que gerou uma repercussão negativa para o então presidente da OLP, Yasser Arafat.

⁴ A cidade de Jerusalém é um outro impasse muito importante para a “resolução” do conflito. Importante para as três maiores religiões monoteístas do mundo (Cristianismo, Judaísmo e Islamismo), no âmbito teórico, no plano inicial de partilha proposto pela ONU a região gozaria de status internacional, não sendo sede portanto de nenhum dos dois estados. Tanto israelenses quanto palestinos reivindicam Jerusalém como sede de sua capital. Na prática, Israel anexou militarmente essa região em 1967 e continua controlando militarmente a cidade até hoje.

⁵ Os processos de negociação iniciados com o Acordo de Oslo (1993) foram seguidos por uma série de outros acordos como Cairo(1994), Oslo II (1995), Wye River (1998) e Sharm el Sheik (1999), todos em comum acordo nas bases legais das resoluções 242 e 338 do conselho de segurança da ONU. (SALOMÃO, 2016 p.129)

Apesar da assinatura no ano de 1993, pouco do que foi proposto foi de fato realizado: A retirada israelense de alguns pontos, não significou nem de longe a tão sonhada desocupação dos territórios palestinos e muito menos a autonomia governamental que a Autoridade Palestina desejava. As concessões israelenses estavam sempre condicionadas ao dobro de concessões palestinas, o que se provou na prática insustentável. A falta de sucesso desse acordo é evidenciada pela Intifada de 2000 e a construção do muro da Cisjordânia em 2004.

Glenn Robison (Apud GATTAZ, 2003, p.181) nos atenta para o fato de um acordo de paz não ser na maioria das vezes, um acordo justo. Apesar das pretensões das partes quando falamos em acordo entre países estamos falando sobre a disparidade de poder e influência política, que nem sempre é capaz de primar pela justiça entre ambas. Edward Said (2000) sabia muito bem disso. O autor palestino ficou muito conhecido através das duras críticas ao processo de paz, em artigo para a *London Review of Books* em 2002:

E, se é que foi um processo de paz, por que a condição miserável dos palestinos e o número de mortos aumentaram muito mais do que antes da assinatura dos Acordos de Oslo, em setembro de 1993? [...]. Segundo o já citado Relatório RISOT, 110 mil judeus viviam em assentamentos ilegais em Gaza e na Cisjordânia antes dos Acordos de Oslo; de lá para cá, o número cresceu para 195 mil, uma cifra que não inclui os judeus – mais de 150 mil – que fixaram residência na Jerusalém Oriental árabe. O mundo foi iludido ou a retórica da “paz” foi na essência um gigantesco embuste? (SAID, 2000, p.11)

O autor destaca as péssimas condições de vida em que a população nos territórios ocupados está submetida com as políticas discriminatórias de Israel e a corrupção da Autoridade Palestina. De fato, a desocupação proposta em Oslo não pretendia a total retirada israelense. A estratégia israelense foi subdividir o território ocupado em áreas onde atuaria com maior ou menor controle, essas áreas permitiram que o exército israelense pudesse continuar controlando todo o acesso a essas localidades, criando verdadeiros bantustões.⁶

Os acordos de Taba ou Oslo II (1995) definiram que a autonomia palestina ficaria restrita a algumas porções mínimas de terra isoladas, atravessadas por fronteiras militares israelenses, denominadas de “zonas administrativas” (SALOMÃO, 2016 p.132). Deste modo, apesar de uma conceder terras para domínio da Autoridade Palestina, essas faixas de terra estavam cercadas e sujeitas a jurisdição israelense, o que minava o poder palestino e a administração real destes locais:

⁶ Destaco aqui, assim como Gattaz (2002) a similaridade do termo ao que acontece na Palestina ocupada. Um bantustão era como denominava-se um território segregado para negros no período de apartheid (1940) na África do Sul e no Sudoeste Africano.

Figura 1: Processo de desocupação dos territórios palestinos



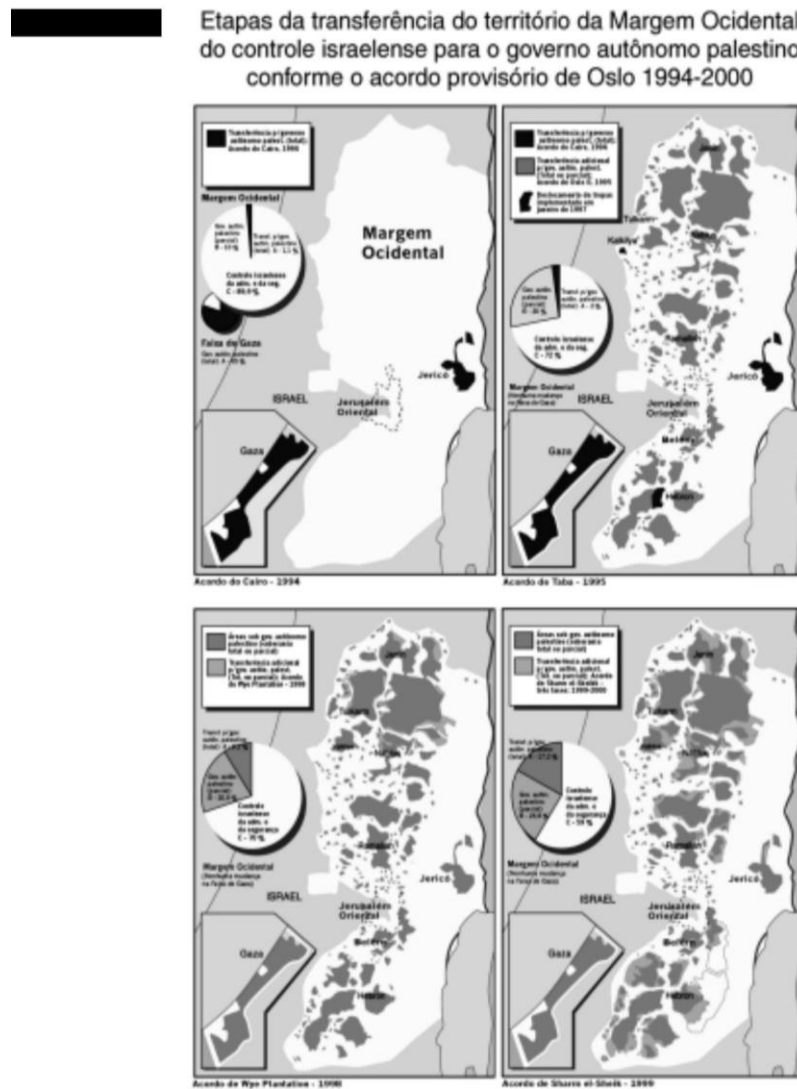
- A** Controle total palestino
- B** Controle parcial Palestino
- C** Controle total israelense

Fonte: Autoria Própria

Como isso funcionou na prática? O território foi dividido por setores A, B e C de acordo com o nível de controle militar israelense. As áreas “A” ficariam sob o total “controle” da Autoridade Palestina, as áreas “B” teriam o controle civil e administrativo da AP mas estavam submissas ao comando militar israelense. As áreas “C” o controle político, militar e civil pertenceriam a Israel. A ideia, pelo menos no plano teórico, era transformar gradativamente todas as áreas em áreas “A”, mas a verdade é que as áreas “C”, eram de enorme importância para Israel, foram estrategicamente classificadas pelo governo para preservar a sua soberania. Esses locais nunca chegariam de fato a passar para as mãos dos palestinos.

No início das negociações (Tratado do Cairo, 1994), as áreas “A” equivale a 1,1% da Cisjordânia e a 65% da faixa de Gaza (Neste caso por tratar-se de terra árida e superpovoada; em Gaza, Israel escolheu manter apenas as terras de melhor qualidade agrícola e diversos assentamentos, além das fronteiras, do porto, das entradas e saídas.) (GATTAZ, 2003, p.183)

Figura 2: Esquema detalhado da Cisjordânia após o segundo envio de tropas israelenses no início de



Edward Said

2000

Reproduzido da London Review of Books, v. 22, n. 24, 14.12. 200.

Durante os anos que sucederam os acordos de Oslo houve uma série de retrocessos, devido principalmente, à relutância israelense em fazer cumprir os termos do acordo e devolver os territórios ocupados, afinal:

Os acordos ainda careciam de definições em diversos temas polêmicos que continuamente descumpriram as normas do Direito internacional referente aos assentamentos judaicos contrários ao artigo 49 da IV Convenção de Genebra e o Status de Jerusalém pela Resolução 181 da ONU. (SALOMÃO, 2016 p.133-134)

2.3 A Segunda Intifada

O início dos anos 2000 trouxeram mais uma rodada de negociações, chamadas de Camp-David⁷. Nela ficou nítida a falta de comprometimento dos estadunidenses e israelenses com as pautas palestinas: A renúncia em abandonar as terras⁸ conquistadas a partir de 1967 e a falta de comprometimento com a situação dos refugiados, principais reivindicações palestinas, foram deixadas de lado. A verdade é que Oslo sempre foi um acordo unilateral.

Esse descontentamento não se manteve apenas no plano diplomático. A crise humanitária, a deterioração da economia, a fome e a repressão continuavam a assombrar os palestinos. O sistema de bantustões promovidos pelo isolamento israelense afetou a economia e a obtenção de recursos, a população se sentia cada vez mais encurralada e a revolta era iminente: A intifada mobilizou novamente as massas palestinas na luta contra a colonização.

No dia 28 de Setembro de 2000 a visita do militar e político de extrema direita Ariel Sharon à mesquita de Al-Aqsa, sagrada para a religião islâmica, gerou uma série de protestos que viriam a ser considerados o estopim para a nova intifada. De certo modo, apesar de em discurso oficial Sharon ter defendido que a visita era para conferir o cunho multi-religioso da região, a sua presença acompanhada de soldados, em um período de negociações acaloradas sobre o status da cidade sagrada, foi interpretada por palestinos como uma forma de reiterar a soberania israelense em Jerusalém.

Poucos dias após o início dos conflitos, um episódio muito importante chocou a mídia ocidental. O assassinato do menino de doze anos Muhammed Al-Durah capturado pelas lentes de jornalistas franceses. As imagens repercutiram mundialmente e o uso de força excessiva por parte de Israel foi publicamente condenado. A mídia se equilibrava entre a condenação dos atos israelenses e a legitimação de suas atitudes como Estado legítimo.

Said (2000) acentua o caráter anti-imperialista das Intifadas, mesmo que essas fossem levantes de cunho exclusivamente popular e manifestações espontâneas, surgem de um possível descontentamento com a ordem hegemônica vigente. Frutos de um processo de colonização e decorrentes tentativas falidas de “paz”, a separação cronológica das duas

⁷ Os acordos foram mediados pelo presidente norte americano Bill Clinton com participação de Yasser Arafat como representante palestino e o primeiro ministro Ehud Barak.

⁸ Apesar do fracasso das negociações, Barak é considerado o representante israelense que mais fez concessões territoriais aos palestinos, em seu mandato jurou consolidar um acordo de paz com os vizinhos, mas isso nunca chegou a se concretizar.

intifadas não reflete situações separadas, mas sim o sucessivo processo de sufocamento no qual aquela população esteve submetida durante os anos:

O que deve estar claro para todo governante, inclusive Clinton e Barack, é que o período de estabilidade garantido pela dominação tripartite de Israel, Estados Unidos e regimes árabes locais acha-se agora ameaçado por forças populares de magnitude incerta, direção desconhecida, e visão não nítida. Qualquer que seja a forma que assumam futuramente, será de uma cultura não oficial dos despossuídos, silenciados e desprezados. Muito provavelmente, também, trará em si as distorções de anos de política oficial do passado. (SAID, 2000, p.14)

A Segunda Intifada surge como resposta da insatisfação palestina tanto com os acordos de Oslo e a atuação da comunidade internacional frente às políticas israelenses quanto a própria administração da Autoridade Palestina. Esse cenário foi frutífero para a veemência dos partidos extremistas como o Hamas, os grupos de resistência islâmica marxista e a Jihad Islâmica o que contribuiu para a volta dos atentados terroristas as práticas promovidas pelos manifestantes da nova intifada. Poucos dias após o início das manifestações, no dia 03 de novembro de 2000 aconteceria o primeiro atentado terrorista a civis israelenses. Essa retomada do terrorismo aos embates foi responsável por abalar a imagem midiática que a palestina vinha construindo desde a Primeira Intifada.

Os atores políticos tentaram sem sucesso restabelecer o processo de paz iniciado em 1993, mas a ferocidade dos ataques só aumentava conforme a intifada ganhava força. Em 2001 o movimento sofreu outro grande abalo: Os atentados de 11 de setembro em solo americano viriam a ser o evento *sine qua non* para o aumento da violência israelense contra os manifestantes: dava-se início a “guerra ao terror”. Para Noam Chomsky (2002), neste momento:

As atividades cometidas em 11 de setembro tiveram um efeito devastador sobre a causa palestina, como eles próprios logo reconheceram. Israel está escancaradamente exultante com a oportunidade que se apresentou, já que agora pode esmagar os palestinos com total impunidade. Nos primeiros dias logo após os atentados de 11 de setembro, os blindados israelenses invadiram cidades palestinas (Jenin, Ramallah e Jericó pela primeira vez), e muitas dezenas de palestinos foram mortos, além da opressão de Israel sobre a população ter aumentado ainda mais, como é de se esperar. (CHOMSKY, 2002, p.22)

2.4 Orientalismo

Situado como marco dos estudos “pós-coloniais” e culturais *Orientalismo: Oriente como invenção do Ocidente* obra do autor Edward Said onde expõe abertamente a sua crítica a produção ocidental sobre o oriente situa a importância desta criação imaginativa do oriental dentro do contexto colonizador. Mais do que uma obra que resgata a construção da aceção do outro, *Orientalismo* (2007) se apresenta como uma denúncia.

Partindo das reflexões de Edward Said podemos refletir sobre a construção da imagem do oriente a partir da ótica ocidental, no que ele denominou *Orientalismo*⁹. Essa imagem formula uma versão estática, atrasada e imune as transformações históricas onde o oriente e sua população era representado como uma massa amorfa e sem identidade cultural. É claro que essa forma de pensamento produziu - e ainda produz - uma visão negligenciada e preconceituosa do Oriente, que se reafirma através de adjetivos generalistas.

Percebeu que os discursos elaboraram uma disciplina em que conferiram ao Oriente um papel subjugado de um “Outro silencioso” (SAID, 1985: 93). Esse outro foi construído através de uma fronteira bem delimitada para servir como base de sustentação da superioridade do ocidente. Deste modo, essa distinção se consolidou através de instituições, vocabulários e imagéticas através de elaboradas figuras retóricas em forma de discurso que deformaram os povos orientais. (SOMMA, 2007, p.24)

Utilizando a concepção de Michel Foucault (2015) sobre discurso e conhecimento, chamou a atenção para a forma como a criação desse conhecimento possibilitou a consolidação da dominação europeia sobre o oriental. Essa doutrina de representação é reforçada através de quatro pilares que o autor denominou de “dogmas”. Esse passo a passo é responsável por construir e disseminar essa visão:

O primeiro dos dogmas é a diferença absoluta e sistemática entre o ocidente, que é racional, desenvolvido, humanitário, superior, e o Oriente, que é aberrante, não desenvolvido, inferior. O segundo dogma é que as abstrações sobre o oriente, particularmente as baseadas em textos que representam uma civilização oriental clássica, são sempre preferíveis a evidências diretas tiradas das modernas realidades orientais. Um terceiro dogma é que o Oriente é eterno, uniforme e incapaz de se definir; portanto supõe-se ser inevitável e até cientificamente objetivo um vocabulário altamente generalizado e sistemático para descrever o Oriente de um ponto de vista ocidental. Um quarto dogma é que o Oriente é no fundo algo a ser temido (o perigo amarelo, as hordas mongóis) ou controlado (pela pacificação, por pesquisa e por desenvolvimento, pela ocupação cabal, sempre que possível) (SAID, 2007, p.401-402).

Há de se perceber que a forjadura desse discurso segue a interesses específicos, já que para Said (2007) o orientalismo serviu de base para legitimar a expansão colonial, deste modo, mesmo após indícios de seu declínio na metade do século XX (mesmo que não totalmente consolidado), o orientalismo como base ideológica sobreviveu e ainda produz discursos sobre o outro baseados em “elementos residuais e novos estímulos contemporâneos” (SILVEIRA DA SILVA, 2016, p.294). Ainda para Silveira da Silva (2016):

A missão civilizadora, ainda que exista enquanto resíduo, já não encontra o mesmo lugar de antes, dando espaço a outros assuntos prioritários como: a) O imperialismo contemporâneo: manifesto na forma do neocolonialismo, busca garantir o acesso aos

⁹ Vale lembrar que esse conceito foi ressignificado pelo autor, ao passo que, anteriormente era designado para designar uma disciplina de estudos sobre o Oriente, um campo de produção exclusivamente europeu, que não trazia a perspectiva crítica construída por Said.

recursos energéticos do Oriente Médio e controlar as rotas comerciais regionais. Os estreitos que se espremem pelo Mar Vermelho e pelo Golfo Pérsico são áreas estratégicas na circulação marítima. b) O controle da imigração: O crescente número de magrebinos e outros árabes na Europa e nos Estados Unidos justifica o fortalecimento das abordagens orientalistas dos partidos de extrema-direita como o francês Front National de Marine Le Pen. O discurso odioso, estereotipado e pejorativo contra o árabe e contra todos os muçulmanos fazem parte do escopo das manifestações xenófobas do nosso tempo. c) O combate ao terrorismo: Os atentados terroristas de 11 de Setembro foram um importante marco para a intensificação do discurso orientalista.

A criação de um oriente submisso, estático e atrasado possibilitou o reflexo de um ocidente forte. A quem essa imagem serve? Para Somma (2007) o orientalismo mobilizou o apoio não só dos intelectuais e acadêmicos mas também dos políticos que identificaram na ideia de “intervenção” uma desculpa legítima para a expropriação, justificando ideologicamente a dominação colonial. Deste modo, vale resgatar o conceito de “geografia imaginativa” proposta por Said (2007) responsável por criar mentalmente as fronteiras que separam o “NÓS” (civilizado, moderno, dominantes...) dos “ELES” (inferiores, atrasados, bárbaros). Surge deste modo a afirmação da identidade de ambos os grupos, mas marcado pela dicotomia negativa. Assim, “Há ocidentais e há orientais. Os primeiros dominam; os segundos devem ser dominados, o que costuma querer dizer que suas terras devem ser ocupadas, seus assuntos internos rigidamente controlados, seu sangue e seu tesouro postos à disposição de uma ou outra potência ocidental” (SAID, 1996: 46).

Quando difundida a visão orientalista se consolida e cria em nossas subconscientes imagens do outro. Ao ser exposta na mídia, considerando a imensa capacidade de divulgação, penetração e influência, pode-se reconhecer o seu poder de modular imagens pejorativas do oriente através do reforço dessas mensagens. Com a intensificação da circulação da informação, característica de nosso tempo, o orientalismo foi adquirindo contornos geográficos e políticos mais complexos, sendo apropriado e transformado de diversas formas de acordo com objetivos bem estruturados.

Uma questão importante a ser investigada quando abordamos orientalismo e a sua construção é verificar a possível existência de preconceito dentro dessas generalizações, muito comuns nas fontes escolhidas nesta pesquisa. Foi verificado, que por diversas vezes os substantivos utilizados para se referir aos palestinos não levavam em consideração seu real significado, sendo por diversas vezes mesclado “árabes” e “mulçulmanos” como sinônimos, confundido então as fronteiras entre o étnicoétnico e o religioso. Ernst (2003) em observação aos jornais norte americanos mostrou como as informações equivocadas e mal selecionadas contribuíram para o aumento do racismo contra a comunidade árabe do país, visto que em seu

estudo o autor observou que as palavras “árabe”, “muçulmano” e “terrorista”, se tornaram praticamente sinônimos nesses veículos.

A diferença é uma característica essencial para a construção da alteridade. Ao dizermos, por exemplo, que os árabes são violentos, estabelecemos uma cadeia de negações: eles não são civilizados, não são simpáticos, não são mansos, não são agradáveis. A afirmação só faz sentido através da diferenciação. O mesmo pode-se dizer das negações: os árabes não são civilizados; portanto eles são bárbaros. As identidades são, dessa forma, construídas através da diferença e não fora dela (HALL, 2002; SILVA, 2002). As afirmações e negações sobre a diferença dependem de uma cadeia, em geral oculta, de declarações depreciativas em relação a outras identidades. (SOMMA, 2007, p.26)

Pensando no objeto de estudo deste trabalho, a Palestina sofreu e sofre com a construção de uma visão orientalista principalmente através da cobertura midiática. Isso se intensifica ao pensarmos a sociedade global a qual estamos inseridos, responsável pela consolidação de uma mídia global a partir dos anos 1950 que conseguiu captar os momentos de fragilidade política em que o Oriente estava submetido. Para Said (2007) essa imagem consolidou novas construções (ainda assim não fiéis) do oriente, que passou “de um estereótipo vagamente delineado como um nômade montado num camelo a uma caricatura aceita como a encarnação da incompetência e da fácil derrota: esse era todo o alcance atribuído ao árabe. Mas, depois da Guerra de 1973¹⁰ o árabe apareceu como algo mais ameaçador.” (SAID, 2007, p.381-382)

No caso palestino em questão, uma forma de reprodução orientalista capaz de propor uma imagem desfavorável da causa é guiada pela percepção difusa de sua identidade e de sua origem. Na maior parte das vezes, as pautas se confundem com outras temáticas advindas do Oriente e deste modo “são frequentemente amontoados como se fossem uma única entidade destituída de qualquer identidade nacional própria, herança cultural, ideologia religiosa, filosofia política ou suscetibilidade global. E sempre lhes é conferida uma ênfase enviesada.” (SOMMA, 2007, p35)

Essa tendência foi verificada por Carlos Dornelas (2002) ao pesquisar a forma como a cobertura jornalística brasileira se comportou após os atentados de 11 de Setembro de 2001, identificou um padrão de acepção submetido aos anseios das agendas jornalísticas norte americanas que produziu uma série de discursos tendenciosos e desrespeitosos em relação as temáticas orientais. O autor identificou ainda um padrão de reprodução descontextualizado entre as diversas mídias (jornais e revistas), permitindo o surgimento de uma associação entre luta palestina e o terrorismo. “O terror é exclusivo do outro lado [o palestino]” (DORNELAS, 2002, p.264).

¹⁰ Neste trecho o autor faz referência a Guerra do Yom Kippur, um conflito envolvendo Israel contra Egito e Síria, em 1973, e teve consequências diretas a Crise do Petróleo.

3. METODOLOGIA

3.1 Apresentação ampliada da Metodologia

De modo a abraçar a complexidade social, esta pesquisa utiliza a mesclagem de dois métodos de análise científica qualitativa. Essa fusão buscará dar conta de construir um levantamento geral estatístico da cobertura jornalística sobre o evento e ao mesmo tempo, contribuir com a análise crítica do discurso, de maneira mais aprofundada, de matérias que compreendam eventos específicos e pontuais durante o recorte temporal escolhido. Mesclando desta maneira a Análise Crítica do Discurso e a Análise de Valências.

Para realização desta dissertação utilizou-se como fonte as reportagens de jornal, que cobrem o período de setembro de 2000 à dezembro de 2001, objetivando cobrir com este recorte o início da Segunda Intifada (2000) e o período dos atentados de Onze de Setembro (2001), suficientes para entender o ponto de intersecção entre os fenômenos. A palavra-chave utilizada para o levantamento inicial nos acervos das respectivas agências jornalísticas escolhidas, “Segunda Intifada” forneceu o número de 410 fontes brutas (253 referentes à Folha de São Paulo e 157 referentes à O Globo), dentre estas, foi priorizada aquelas que falavam diretamente sobre a Segunda Intifada e aquelas que preconizavam a política interna desses atores (eleição, política externa, relação entre os agentes) e foram descartadas aquelas que falavam sobre os demais ocorridos no Oriente Médio e outros países. Contudo, foram analisadas no total 271 fontes (162 referentes à Folha de São Paulo e 109 referentes à O Globo.)

Vale lembrar que será objeto desta análise a reportagem sob ótica multimodal, de forma a abraçar todos os elementos que a contém. Visando entender a complexidade das construções destas imagens, foi escolhido as reportagens por conta da “camuflagem” que carregam, visto que, os artigos de opinião, já trazem ao leitor uma carga direcionada mais explícita. Objetivando uma leitura crítica sem vieses definidos - ainda que compreendemos que isto é impossível -, o leitor procurará formar a sua análise a partir daquilo que é considerado por ele fonte de informação “confiável”.

A origem da informação também desempenha papel central na interação entre o que é divulgado pela mídia e o sistema de esquemas da audiência. Assim, o editorial de um jornal - que é um texto abertamente opinativo e com tom persuasivo - pode ser mais facilmente rejeitado por uma pessoa que tenha outras ideias sobre o assunto abordado do que uma matéria comum, publicada nas páginas internas, que também contenha ideias dissonantes daquelas do indivíduo. (SEVERO, 2007, p.39)

As fontes escolhidas para o desenvolvimento desta pesquisa, os jornais, são de extrema importância visto a sua circularidade e acessibilidade. A escolha dos veículos

específicos, a Folha de São Paulo e o Globo, pretendem corroborar para uma melhor compreensão da cobertura midiática da sociedade carioca e paulista. Tratando esta análise do ponto de vista totalizante, a pesquisa visa compreender o papel social da comunicação e as possibilidades de materialização de sua influência no cotidiano social. Atento ao movimento dialético e à complexidade social e a discussão levantada no tópico introdutório, é importante definirmos esses veículos não como meros impositores de opinião, mas locais de disputa, ainda que reprodutores da visão hegemônica da grande mídia internacional.

Para tanto, pretende-se construir um gráfico, classificando as fontes em contrária, (quando apresenta estrutura discursiva inclinada ou em apoio a Israel, ou quando trata de forma pejorativa/negativa as reivindicações palestinas.), favorável (quando apresenta significativa inclinação a causa palestina) e ambivalente (quando apresenta o mesmo espaço para defesa argumentativa de ambas as visões, fornecendo espaço de fala a israelenses e palestinos no decorrer da reportagem, além de fornecer o contexto histórico e outros métodos de contextualização para que o leitor possa formular a visão sobre o conflito.)

Para classificação, analisa-se as fontes com base nos seguintes questionamentos: Privilegia algum lado? Oferece espaço de fala para ambos? Oferece visão de analistas especializados? Oferece um arcabouço histórico para o leitor? Utiliza manchetes e chamadas que provocam algum tipo de juízo sobre os lados? Qual a forma de denominação utilizada para tratar o povo palestino, se é genérico ou específico? Esta última pergunta é importante pois a partir dela, e dos dados quantitativos extraídos das manchetes, pretende-se perceber se há uma mudança na forma de representação da identidade palestina através dos anos, principalmente após o marco do Onze de Setembro, ou seja, pretende-se medir se as denominações utilizadas para se referir ao povo palestino passam do específico (palestinos) para o genérico/pejorativo (árabes).

Por fim, no que tange a classificação e a transcrição dos dados para apuração dos resultados, foi utilizada uma ferramenta de planilha, onde os dados foram transcritos e separados nos seguintes descritores: Manchete; Data; Ano/Trimestre; Veículo de Comunicação; Caderno; Páginas; Ocupação ; Chamadas; Classificação (favorável, contrária, ambivalente); Comentário Adicional. Todos estes dados, na sua forma bruta e completa estarão disponíveis no apêndice desta pesquisa.

3.1.1 Análise Crítica do Discurso (ACD) e Análise Semiótica Multimodal

Dentro da perspectiva da ACD, o trabalho buscará seguir a linha de investigação da semiótica social e dos métodos de análise multimodal e discursiva, que considera como fonte

dentro das narrativas midiáticas, não só o texto, mas toda a construção visual, e a disposição do discurso. Para tanto usaremos os estudos de Kress e Leeuwen (1995). Desta forma, a semiótica social se mostra pertinente nesse tipo de estudo, a partir do momento que considera que os significados são produzidos de forma simbólica e nada arbitrária. Sobre esse Método:

Não é uma teoria pura ou um campo fechado em si mesmo [...] não oferece respostas prontas, mas fornece ideias para formular questões acerca da produção humana de sentido através da criação de signos [...] a semiótica social se realiza plenamente quando é aplicada a instâncias e problemas específicos e sempre exige que mergulhe não apenas em conceitos e métodos semióticos como tais, mas também em algum outro campo [...]. A interdisciplinaridade é uma característica absolutamente essencial para uma análise semiótica social. (LEEUEWEN, 2005 Apud. Nurit Peled-Elhanan op.Cit. P.58)

Esse método investiga como os recursos semióticos são usados nos contextos históricos específicos, na construção de conhecimento sobre eles. A linguagem é um sistema de recursos semióticos, pois está ligada a produção de sentidos. Cada um desses recursos possui uma função dentro do texto integral, já que são responsáveis por dar sentido a todo. Segundo Leeuwen (2005) a análise semiótica social tem seu foco principal no estudo do discurso, gênero, modalidade e estilo.

Através do discurso Hegemônico, o Estado, objeto de dominação das classes que detém o capital, é posto como algo insuperável, acima de classes. Segundo Gramsci (2000), esse discurso retira o poder de ação das classes subalternas, apresentando o poder como algo inalcançável. Isto é ampliado através da comunicação de massas, que serve como um aparelho ideológico do Estado, ou seja, reproduzidor dos ideais dominantes.

Segundo Campos (2010), pode-se elencar o método de análise crítica do discurso para entender como são feitos os “projetos de dizer”: Mais do que um local de disputa onde a verdade é construída e disseminada, este é um recurso de exclusão de narrativas, ou seja, um espaço de “não dizeres”. Ao analisar, portanto, um determinado discurso é preciso ter em mente aquilo que o contempla e aquilo que é excluído.

Os discursos hegemônicos, na busca pela manutenção da ordem social vigente, acabam por naturalizar esses modos de apresentação do mundo, gerando formas sofisticadas de ocultação (STEINBERGER, 2005, p.185), por meio das quais visões unilaterais sobre os eventos são adotadas como as únicas possíveis, não havendo, na maioria das vezes, espaços para a contestação. Com o objetivo de apagar a contestação, oculta-se não só a voz do outro como também toda uma rede ampla e complexa de relações sociais no espaço internacional em prol de visões simplistas que buscam a naturalização dos sistemas de significação” (CAMPOS, 2010, p.46)

Como proposta desta pesquisa, será feita uma análise da semiótica social (KRESS, LEEUEWEN,1995) através da ferramenta multimodal discursiva (LAMKE, 1998), que avaliará toda a unidade semiótica contida na reportagem, deste modo, construindo seu significado - e a

sua classificação/valência - através do todo, considerando este mais importante que os significados das suas partes individuais, deste modo, a análise explora tanto os recursos linguísticos - texto - quanto os visuais - fotografias, layouts- e as suas disposições, investigando a relação orquestrada na produção do sentido.

Para Kress e Leeuwen (1995) os recursos semióticos são diagramados afim de alcançar objetivos específicos definidos pelo autor. A estrutura e a posição que esses textos e imagens ocupam dentro da página interferem no modo como serão lidos - e imediatamente também na forma como são apreendidos. Deste modo, os significados são construídos e reconstruídos pelo leitor que será direcionado a partir da perspectiva de leitura que pode ser ordenada a partir da disposição de tais textos.

De acordo com Kress (2003) os recursos semióticos precisam cumprir três funções essenciais:

- 1) **Função ideacional:** que fornece uma representação entre os estados de coisas no mundo
- 2) **função interpessoal:** estabelece as relações entre leitor e escritor, enunciador e receptor.
- 3) **função textual:** mescla as outras duas de forma coesa no produto final, essa coesão tende a ser interna e externa.

Ainda segundo o autor podemos avaliar essas funções através do enfoque em quatro aspectos principais mobilizados pelos autores na produção dos recursos semióticos:

- 1) **Discurso:** modo pelo qual recursos semióticos são usados para construir determinadas representações. É a forma como esses recursos serão utilizados para explicar o mundo.
- 2) **Modalidade:** Maneira pela qual os recursos produzem valores, de modo a verificar a produção de verdade ou ficção. É através da modalidade que surge a orientação do olhar sobre a produção de verdades, verdades comprovadas, ficção, conjecturas e etc.
- 3) **Gênero:** Contempla as formas como os recursos serão organizados dentro do texto
- 4) **Estilo:** É a mobilização dos recursos semióticos na produção e no reforço de gêneros, de valores e identidade.

A análise semiótica e a análise do Discurso são duas perspectivas que diferem e se assemelha, por isso, vale apontar as suas similitudes e diferenças. Para Hall (2016) uma dessas diferenças está na forma de apreensão e no objetivo final da análise. Enquanto que a semiótica está mais direcionada ao texto, sua diagramação e os significados que são suscitados através da linguagem, a análise discursiva se preocupa com o externo e a acepção destes significados enquanto discurso político, de como serão utilizados em perspectiva concreta, assim:

A abordagem semiótica se encontra em como a representação e a linguagem produzem sentido - o que tem sido chamado de poética-, enquanto a abordagem discursiva se concentra mais nos efeitos e consequências da representação - isto é, na sua política. Examina não apenas como a linguagem e a representação produzem sentido, mas como o conhecimento elaborado por determinado discurso se relaciona com o poder, regula condutas, inventa ou constrói identidades e subjetividades e define o modo pelo qual certos objetos são representados, concebidos, experimentados e analisados. (HALL, 2016, p.27)

Hall (2016) apresenta alguns problemas na análise semiótica que pode ficar restrita, desta forma, apenas aos produtos da produção de sentido sem uma perspectiva de compreensão desses frutos na esfera política. Para isso, essa pesquisa apreende a análise do discurso crítica como pretendido por Norman Fairclough (2001) e a Análise Semiótica multimodal a partir de Kress e Leeuwen (1995), relacionando a produção de significados à produção de conhecimento, tornando assim, compreendendo as relações de poder através das relações de sentido.

3.1.2 Análise de Valências (MAV)

Já dentro do arcabouço metodológico das análises de conteúdos, primou-se como técnica escolhida para esta pesquisa a Análise de Valências, impulsionada no debate acadêmico principalmente por João Feres Júnior. Atualmente esta técnica está em pleno funcionamento no Brasil, sendo utilizada pela equipe do Manchetômetro¹¹(manchetometro.com.br) para analisar temas de política e economia e eleições. A Análise de valências é um método de análise e intervenção, sobre esta técnica, o autor salienta da sua versatilidade em adaptar-se a outras, conferindo maior tratabilidade da análise:

Não há razão para que, em um contexto de maturidade e pluralidade do campo, métodos qualitativos e quantitativos não possam existir e, inclusive, serem combinados em análises mais complexas. [...] Aristóteles dizia que a precisão de nosso conhecimento varia de acordo com a natureza de seu objeto (Aristóteles, 2000, I.3). Traduzindo para nossa problemática, a MAV não é um apanágio universal dos estudos de mídia. Ela se adequa a alguns objetos e contextos e não a outros. (FERES JÚNIOR, 2016 p.283)

O MAV (Método de Análise de Valências) é um método de análise do emissor do discurso através da classificação de variáveis quanto ao objeto escolhido, deste modo, o codificador poderá classificar o texto de acordo com a inclinação deste ao referido objeto, se favorável, contrário, neutro ou ambivalente. É importante ressaltar que o objetivo do MAV é a mensagem do referido emissor, pois como todo método em ciências sociais, procura reduzir o

¹¹ "O Manchetômetro" é um site de acompanhamento da cobertura da grande mídia sobre temas de economia e política produzido pelo Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

complexo real para estudá-lo, separando assim o emissor e o receptor, sem perder a acuidade teórica metodológica. Sendo assim, os impactos desta na recepção de dado leitor não é acurada na análise, mas pode ser mensurada através do tratamento dos resultados obtidos:

Voltando à questão da perspectiva interpretativa de diferentes posições sociais, longe de mim negar que a recepção de um texto jornalístico não possa ser complexa e varia de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a expressão jornalística também pode ser mais ou menos complexa. Mas é aí que entra a capacidade do pesquisador de adequar a metodologia ao objeto. (FERES JÚNIOR, 2016 p.282)

Uma das vantagens do MAV se dá na possibilidade de análise de um número grande de fontes, permitindo construir dentro disso um panorama sobre o texto que captura o seu valor bruto. Capturando dentro de si o teor quantitativo e qualitativo, essa técnica se apresenta ao mesmo tempo versátil e complexa. Essa base de dados construída, ao contrário do que se pensa, não funciona como uma forma de redução do objeto a determinado agrupamento de dados, mas como uma complexificação das fontes que irá embasar mais profundamente a teoria.

Destaca-se ainda que este método não é algo recente nas avaliações e análises feitas observando coberturas midiáticas nos mais diversos temas específicos, tendo registro deste estilo de estudo de mídia desde a década de 1950, na produção acadêmica de língua inglesa, como registram Feres Junior & Sassara (2016). Este tipo de metodologia para análise de mídias, discursos e matérias é também utilizado durante períodos eleitorais, para análise como determinados agentes da mídia lidam com os candidatos em disputa, bem como observando o impacto eleitoral de tais discursos. Seu valor metodológico se apresenta também na diversidade de temas, ou objetos, que podem ser observados no posicionamento de médio e longo prazo de um grupo midiático, seja comparativo, seja complementar.

Há ainda, a construção desta análise perpassando por, por exemplo, analisar a “cobertura que a grande mídia dispensou às cotas raciais no Brasil”, mostrando como este método é útil para diversas análises que objetivam entender como a mídia lida com um tema específico. Para concluir, estabelece-se aqui ainda que a MAV não deseja “estabelecer se o que está sendo noticiado é verdadeiro ou falso, mas sim avaliar o significado daquela informação para a imagem do objeto do texto” (FERES JÚNIOR & SASSARA, 2016. P. 37-38).

O processo proposto pela MAV sofre algumas críticas sendo necessário respostas aos apontamentos e às disputas de como abordar as questões da mídia, sendo parte essencial de uma construção de um método científico e que perpassa pelo ser confrontado e reafirmado, ou ser corrigido. Neste caminho de afirmação e discussão, seu defensor e autor já citado reforça a

importância de continuar produzindo, analisando e enfrentando o oligopólio da mídia brasileira, que permanece ditando e controlando a visão do cidadão comum sobre temas políticos, econômicos e sociais fundamentais para a percepção do mundo e da sociedade, tal qual a questão Palestina foi e ainda é. (FERES JÚNIOR, 2016b.)

A Metodologia de Análise de Valências pode não ser sozinha uma ferramenta que dá conta de todo diagnóstico necessário para um estudo crítico completo da mídia brasileira, no entanto é uma ferramenta completamente capaz de produzir uma exploração de como este ou aquele ator da mídia estabelece seu viés em relação a um objeto. Esta é a proposta deste trabalho como uso da ferramenta e por esta razão ela foi o método ideal para a observação, pois a mesma é um “instrumento de avaliação do mundo real de uma mídia militante, que se encontra extremamente politizada, nas mãos de poucos grupos familiares, todos concentrados na mesma região do espectro político-ideológico” (FERES JÚNIOR, 2016b. P. 293-294).

PROFESSOR, AMPLIEI UM POUCO A DESCRIÇÃO E ABORDAGEM SOBRE A MAV, NO ENTANTO, EU GOSTARIA QUE VOCÊ TROUXESSE ALGUMA SUGESTÃO PARA AMPLIAR ESTE TRECHO SE ACHAR NECESSÁRIO. O QUE MAIS EU DEVERIA COMENTAR AQUI?

3.2 Categorias De Análise

3.2.1 Árabes, Palestinos, Árabes-israelenses, ou Muçulmanos *versus* Israelenses, Sionistas/Colonos ou Judeus

Realizou-se uma análise quantitativa das palavras Árabe, Palestinos e Árabes de Israel quando utilizados para descrever, classificar ou identificar o povo palestino. Ainda se utilizou as palavras Israelenses, Sionistas ou Colonos quando utilizados para descrever o povo israelense. Cada uma destas categorizações suscitou um objetivo específico descrito abaixo.

TABELA 1 - Categorias de Análise Folha de São Paulo período de 01/10/2000 á 31/12/2001.

expressão usada	Árabe	Árabes Israelenses	Palestinos	Muçulmanos	Sionistas/Colonos	Judeus	Israelenses
frequência	143	119	2247	33	113	184	1338

Fonte: Elaboração Própria

O primeiro objetivo desta classificação é identificar se a denominação corresponde aos agentes dentro do discurso ou se há a tentativa de generalização destes como forma de apagamento de sua identidade e identificação nacional. Para isso buscou-se perceber como os termos eram utilizados para se referir aos agentes e como eles eram utilizados.

Nutrit (2019) ao escrever sobre a forma como os palestinos são retratados nos livros didáticos israelenses destaca o papel da construção da identidade como recurso formador e deslegitimador dentro do discurso, promovendo um duplo movimento de inclusão e exclusão, de igualdade e diferença. Isso, por que, dentro do discurso sionista a construção de uma homogeneidade do que é ser judeu ou melhor, do que é ser judeu israelense é essencial para a preservação e criação de uma memória coletiva nacional que trará a legitimação do campo ideológico para o material e vice e versa. Essa legitimação se faz presente na negação do outro.

Dentro desta lógica, há uma disputa dentro daquilo que merece ou não ser nomeado. Deste modo, a categorização do povo palestino como árabe reflete um dos objetivos principais do discurso sionista a negação da unidade nacional palestina ao assimilar a sua identidade a nação árabe de forma geral, servindo como uma forma de apagamento das suas particularidades.

A única diferença entre os palestinos e os judeus israelenses, segundo a concepção de Israel, é que o povo judeu só possui um Estado -Israel- enquanto os árabes, podem se instalar em qualquer um dos vinte e um diferentes Estados que eles têm. Portanto, qualquer judeu que vá para Israel recebe imediatamente a cidadania, enquanto os palestinos não têm cidadania alguma”. (PELED-ELHANAN, 2019, p.86)

O segundo objetivo da quantificação Muçulmanos versus Judeus era a compreensão de como o conflito seria apreendido pelos veículos de comunicação, se ligado ao quesito político e territorial ou se relacionado apenas a disputa religiosa, outra forma de silenciamento da causa palestina. É de extrema necessidade ressaltar que durante a pesquisa, pode-se perceber que o termo Judeu foi muitas vezes designado como sinônimo de israelense, provocando um relacionamento quase indissociável entre o termo étnico-religioso e o nacional.

O terceiro objetivo ao classificar e quantificar as palavras Sionistas ou Colonos é verificar o reconhecimento quanto a ocupação ilegal israelense em território palestino. Durante os acordos de Oslo fora estabelecido a interrupção destes assentamentos que cresceram durante todo o período da tentativa do processo de paz como visto anteriormente. Deste modo, até que ponto essa transgressão pode ser identificada? Seria esta uma forma de legitimação da ação palestina. Das 162 páginas analisadas do jornal Folha de São Paulo

apareceram 113 correspondências para a referência sionista/colono, um número baixo apesar da constante referência do jornal aos atos de ocupação israelense.

Ainda nessa lógica, pode-se pensar no discurso identitário como o discurso do “dever ser” (ALLPORT, 1969) que orienta as práticas e o comportamento de determinados indivíduos, construindo um laço indissociável entre memória e identidade, se retroalimentando.

Esse discurso é constante na lógica sionista por que é parte necessária a sua conservação, afinal, o discurso nacional judaico se pauta no conglomerado de diversas etnicidades que dividem um passado histórico em comum, muito ligada a religião e a necessidade de reforço, visto que uma das estratégias empregadas por esse discurso é a da hostilidade: Israel vive em constante ameaça em um mundo antissemita que não pode aceitar a soberania judaica. Esse pressuposto foi debatido por Filkenstein (2001) na obra “A Indústria do Holocausto”.

Para Fairclough (2003) essa vertente varia de um hipotexto comum, de cunho ideológico que serve de base para construção dos demais sentidos. No caso em questão, teríamos um denominador comum advindo do pensamento sionista e daria origem a outra categorização: os “pressupostos compartilhados” do discurso, aqueles conhecimentos socialmente aceitos como naturais ou verdades irrefutáveis e utilizados para minar a discussão, visto que são apresentados como irrefutáveis. Estabelece-se então um ponto de partida comum para que a comunicação aconteça e a partir disso, verifica-se que esse ponto tem “[...] A capacidade de exercer poder social ou dominação e hegemonia compreende a capacidade de moldar em algum grau significativo a natureza e o conteúdo desse denominador comum” (FAIRCLOUGH, 2003, p.55)

Assim, Nutrit (2019) trás alguns desses pressupostos do discurso sionista que podem também ser observados no discurso jornalístico em questão:

- 1) pressuposto do que já existe:
 - a. Direito histórico dos judeus À terra de Israel
 - b. Ameaça e ódio da parte dos árabes e anti semitismo global
 - c. Os "árabes" possuem 21 países e nós apenas um.
- 2) Pressupostos proposicionais. O que pode ser o caso ou virá a ser.

Os cidadãos palestinos constituem um problema demográfico que pode vir a se tornar uma "ameaça demográfica", se não for controlado.

Os palestinos do território ocupado são uma ameaça constante e precisam ser controlados, caso contrário vão nos massacrar.
- 3) Pressupostos de valor: O que é bom e "desejável" (ou deveria ser) Um Estado judeu uma maioria judaica, controle israelense. (PELED-ELHANAN, 2019. p.52)

Na perspectiva da semiótica social o texto é resultado de uma ação social refletindo as condições a qual estavam inseridos quando foram produzidos, ou seja, ao estudá-los podemos entender a intenção dos agentes produtores e o direcionamento do discurso produzido.

3.2.2 Palestina *versus* Israel

Paralelo ao sistema de identificação propôs também quantificar as palavras Palestina e Israel quanto ao significado de lugar e território definido. O objetivo dessa categorização é identificar o reconhecimento ou não da Palestina como território. Não entrou nesta contagem a referência a Autoridade Nacional Palestina como um órgão, visto que esta não garante o reconhecimento e a materialidade do direito do Estado Palestino.

Das 162 páginas analisadas do jornal Folha de São Paulo apareceram 36 correspondências para a referência Palestina e 1282 para a referência Israel. Essa disparidade auxilia no reforço do discurso sionista de apagamento, pois segundo Nutrit Peled-Elhanan (2019, p.89) Apresentar as regiões palestinas como “áreas controladas pela Autoridade Palestina”, em vez de terra natal dos palestinos, e referir-se às pessoas que vivem nessas regiões como trabalhadores estrangeiros reforça a ideia de que os palestinos não pertencem ao lugar onde vivem há séculos.” .

Através desta observação, pode-se constatar que eram raras as abordagens que faziam referência a Palestina como um território autônomo, esse traço pode ser notado pelo fato da dicotomia Israel (em referência a um território soberano, estabelecido) versus palestinos (população). Esse desequilíbrio de forças entre o Estado de Israel e a Palestina é deste modo lembrado.

Para além das fontes analisadas neste trabalho, buscou-se utilizar as palavras Palestina e Israel como palavras-chave no sistema de busca de cada veículo de comunicação a fim de levantar o número de vezes e os canais que eram destinados a esses autores. O objetivo era perceber se a imagem da Palestina estava vinculada apenas aos acontecimentos conflituosos e relegada somente à Intifada ou se mais aspectos deste povo também seria representado pelos jornais, como a cultura, o esporte, a economia entre outros. Deste modo, ao relegar o espaço da Palestina apenas aos episódios de conflito como no caso da Segunda Intifada, podemos perceber que esse agente ocupa o lugar de notícia mas não de pauta.

3.2.3 Manifestantes *versus* Terroristas

Ainda para alcance do objetivo da análise propôs a contabilização dos termos “Manifestantes”, “Militantes” *versus* “Terroristas” quanto a classificação de atos exclusivamente palestinos de resistência durante o período. É importante ressaltar que essa

categorização é feita através da análise do discurso, porém não houve a contagem automática digital, e sim a partir da interpretação dada pela pesquisa. Deste modo, só foram considerados as terminologias em seu contexto, quando direcionadas aos palestinos participantes de algum ato político durante o período.

Quanto ao termo terrorista, não foram contabilizados quando direcionados a ataques restritos encabeçados por grupos fundamentalistas. A contagem abriga somente a classificação do jornal quanto a organização de atos políticos (passeatas, manifestações, transgressões) por manifestantes palestinos como um todo.

Das 162 páginas analisadas do jornal Folha de São Paulo apareceram 49 correspondências para o termo Manifestante/Militante e 29 para a terminologia Terrorista.

Além do texto propriamente dito, as imagens fornecidas ajudam a determinar a valência das notícias, visto que elas podem fornecer grande contraste com os títulos das manchetes ou conformar o que o autor se propõe a relatar, mesclando os métodos de análise e fornecendo ferramentas que possam apreender o material como um todo.

Por fim, a contabilização destes elementos construirá uma tabela gráfica que fornecerá um apanhado qualitativo (análise de valências) e quantitativo (dados coletados) dessas notícias e através deste propõe-se identificar se as ditas redações jornalísticas mudam a perspectiva em relação a causa palestina e em que momento isto acontece, partindo do pressuposto inicial que isso acontece após os atentados do Onze de Setembro. Em síntese, os dados coletados irão fornecer uma base sólida para a edificação da teoria proposta anteriormente.

4. MARCO TEÓRICO:

4.1 Discussões fundamentais para compreensão da análise

Pretendendo estabelecer os conceitos, discussões e abordagens que fundamentaram a pesquisa, este capítulo perpassa por alguns pontos que precedem, necessariamente, a apresentação da pesquisa em si e dos resultados do levantamento realizado nos jornais. Estes pontos são fundamentais para compreensão da análise a ser apresentada a seguir pois debatem conceitos como Base versus Superestrutura; Hegemonia e Totalidade; Cultura e Representação; Poder e Discurso; O jornal como fonte; Agendamento e Enquadramento: Pauta versus Notícia; Linha editorial versus Política editorial. É necessário passar por estes pontos para então poder abordar especificamente os jornais escolhidos para analisar, A folha de São Paulo e O Globo, onde sua abordagem editorial será discutida, para assim seguir ao próximo capítulo, onde a metodologia é apresentada.

4.1.1 Base *versus* Superestrutura

Buscando fugir da explicação simplista da representação como mero reflexo da dominação cultural da classe dominante, se faz necessário construir um diálogo sobre o local da representação dentro de uma teoria total de compreensão da realidade. Para isso, nos voltaremos ao ensaio do autor Raymond Williams para uma discussão dos termos “base”, “superestrutura” e “determinação”, construindo ainda um diálogo com o conceito de hegemonia em Gramsci, essencial para este autor para fugirmos da compreensão estática destes termos.

Williams já nos alerta no início do ensaio “Base and Superstructure in Marxist Cultural Theory” (1997) que a relação entre os dois conceitos chave do marxismo já tinha sido explorada e esgotada, tanto de maneira simplista e mecânica como ocorreu anteriormente, como nas teorias mais próximas da sua vertente, como a totalidade lukacsiana em conjunto com o conceito gramsciano de hegemonia. Contudo, o autor busca reestabelecer uma compreensão dialética entre os conceitos, fugindo do determinismo e imergindo em sua complexidade.

Voltando ao embate clássico das discussões marxistas, “base como determinante da superestrutura”, o autor nos convida a pensar cada processo desta relação a fim de sair da ideia vulgar de uma superestrutura como reflexo ideológico dominante, muito mais como um espectro das ideias e, portanto, longe das condições materiais de existência e da essência marxista por si só. Essa noção de superestrutura como reflexo foi de fato superada?

Nós temos que reavaliar “superestrutura” em relação a um determinado escopo de práticas culturais relacionadas, e não como um conteúdo refletido, reproduzido ou especificamente dependente. E, principalmente, nós temos de reavaliar “base” não como uma abstração econômica ou tecnológica fixa, mas como as atividades específicas de homens em relações sociais e econômicas reais, que contêm contradições e variações fundamentais, e por isso estão sempre em estado de processo dinâmico. (WILLAMS, 2005, p.214)

Propostas para quebrar o caráter maquinal e estático do conceito superestrutural como espelho dos ideais dominantes puderam devolver movimento ao conceito de superestrutura: a noção de “mediação” ou de “estruturas homólogas”. Esta última ganhou força nas últimas décadas do século XX, veio para nos orientar a complexidade da investigação deste âmbito, visto que diferente do que se pressupõem, muitas das relações de poder não são facilmente percebidas dentro dessas práticas, há a necessidade de um exame mais atento para a sua compreensão, assim, para Williams (2005) “A relação entre a base e a superestrutura não é considerada direta, nem submetida [...] Por sua própria natureza essa relação não inclui a reprodução direta.”

Para Gajanigo na tese “Identidade cultural e consciência de classe no capitalismo tardio”, não podemos tomar a metáfora arquitetônica do edifício, tão utilizada pelos marxistas ortodoxos a “ferro e fogo”: Ela nega a verdadeira complexidade da vida. Segundo o autor, as demais esferas da vida social não funcionam como meros apêndices da vida econômica, apesar de derivarem das condições materiais de existência não apresentam papel secundário, isso por que a complexificação do trabalho só se torna possível através da complexificação da mediação trazida pela linguagem, desta forma, ambos coexistem como uma forma de dependência mútua:

O trabalho faz necessariamente uso das mediações realizadas pela linguagem, assim como a linguagem parte do estágio tecnológico e das relações de produção da vida para realizar suas mediações. A cultura, por surgir, então, com essa mediação realizada pelo complexo trabalho/linguagem, não poderá se livrar de um desses processos – nem do trabalho, nem da linguagem –, não poderá, dessa forma, ser identificada apenas com a vida simbólica de um grupo ou sociedade, como comumente se faz. [...] As mediações vão se tornando cada vez mais complexas. A produção e reprodução da vida social, com a intensificação da divisão social do trabalho, só encontrarão sucesso se desenvolverem tais mediações. (Gajanigo, 2012, p.56-57)

Outro cuidado que temos que tomar e neste caso, tem sido pouco discutido é o lugar da base dentro de uma construção complexa do objeto proposto. Se tomarmos como base apenas as relações primárias de produção, perdemos o complexo real e as relações materiais de existência hoje. De fato, quando pensamos na proposição marxista de base, não podemos esquecer que Marx estava analisando a sociedade e o modo de produção no século XVIII.

Importar este modelo a toda e qualquer análise social, sem levar em consideração os estágios de desenvolvimento pode acarretar a base um sentido estático, bem diferente da dialética marxista, portanto, corrompendo-a :

Porque, se um estágio particular de desenvolvimento da produção pode ser descoberto e especificado pela análise, ele nunca é, na prática, uniforme ou estático. Esta é, de fato, uma das proposições centrais do sentido da História para Marx: a de que existem contradições profundas nas relações de produção e nas conseqüentes relações sociais. Há por isso a possibilidade contínua da variação dinâmica de tais forças. Além disso, quando essas forças são consideradas, como Marx sempre as considera, como atividades e relações específicas de homens reais, elas significam algo muito mais ativo, mais complicado e mais contraditório do que a noção metaforicamente desenvolvida de “base” poderia nos permitir compreender. (WILLAMS, 2005, 213)

Portanto, para desenvolvermos nossa reflexão acerca do papel das representações na mídia mainstream, torna-se necessário consolidar a o conceito de base, não como um “estado”, mas como um “processo” (Williams, 2005,p.214), e mais importante, o processo pelo qual o proletário constrói e é construído, desta forma, fica mais evidente as diversas dimensões da base e da superestrutura e como de certa forma, as diversas facetas desta miscelânea.

Pensando nisso Williams propõe uma saída a proposição estática atribuída a essas estruturas a partir de uma noção de totalidade, como proposto por Lukács, que alimenta a proposição da consciência como fruto da existência social, sendo determinada por esta última, sem estar refém das estagnações associada a concepção gramsciana de Hegemonia.

4.1.2 Hegemonia e Totalidade

O conjunto de hábitos, significados e valores que prefiguram como dominante em determinada época e sociedade, é o que podemos denominar “Hegemonia”. Está longe de ser uma fórmula dada, como uma receita produzida pelas classes dominantes e seguida a risca em todos os ingredientes, é ao contrário, uma massa vivida de ideais e práticas que não pode ser entendido meramente como reflexo manipulatório, mas como o fazer e refazer social da própria sociedade em questão. Ela não é dada, mas conquistada. O fazer social é marcado pela constante batalha sobre a hegemonia, que apesar de refletir os objetivos da classe dominante em curso, é atravessada por diversos golpes de resistência subalterna. Hall (2016) posiciona o pensamento de Gramsci sobre hegemonia:

Grupos sociais particulares estão em conflito de diversas formas, incluindo ideologicamente, para ganhar o consenso dos outros grupos e alcançar um tipo de ascendência sobre eles, na prática e no pensamento. Essa forma de poder Gramsci chamou de hegemonia: ela nunca é permanente e não é redutível a interesses econômicos ou a um simples modelo clássico de sociedade.” (HALL, 2016, p.88)

Isso porque, apesar de configurar e servir o interesse das classes dominantes, todo o processo de formação cultural passa pela fase de incorporação e transposição das diversas camadas sociais. Torna-se, portanto, terreno de disputas. Deste modo a hegemonia, se afasta da concepção corrente de mera manipulação ou imposição ideológica e se transforma em algo bem mais profundo. A hegemonia é, portanto, um estágio de configuração da realidade, moldado por essas práticas e valores dominantes e tomados como intransponíveis se observados a olho nu.

Todo esse processo configura e reconfigura as práticas dominantes e a estrutura social, construindo a compreensão que temos da realidade. Mas esta é uma realidade em construção, portanto, não pode ser reflexo de um conjunto de ideias impostas no passado por determinada classe (ideologia), necessita ser ativamente transformada, criada, reconfigurada, transpassada, reafirmada, repensada... Em um longo contínuo.

Para compreendermos a questão do discurso dentro da lógica de hegemonia e representação, faz-se necessário retomar uma discussão feita por Williams (2005) em que o autor distingue culturas residuais e emergentes, e sua relação com a cultura dominante de seu tempo. Ambos os processos estão de certa forma, como propõe o autor, de fora do conjunto de práticas culturais efetivas ou dominantes, mas isso não significa que não possam ser por ela absorvidas.

As “culturas residuais” como o nome sugere, são resquícios de práticas que já não englobam a cultura dominante, mas não foram totalmente abonadas do imaginário cultural, ainda propõe significados importantes para a sociedade em questão, portanto não poderão ser ignoradas ou destruídas, mas não fazem parte da totalidade por que em alguns casos podem oferecer uma ameaça a coesão da cultura efetiva vigente.

“Culturas emergentes” são de todo novidades. Novas práticas, caminhos e significados que surgem à margem da cultura efetiva. Diferente das residuais, há um esforço maior para incorporá-las visto a urgência de sua execução: são fruto das práticas contemporâneas. Estas práticas que surgem no limiar da hegemonia podem apresentar um perigo para esta, necessita portanto de ser neutralizada o mais rápido possível.

Williams acredita que grande parte do que é escrito é residual, mas não deixa de ser uma contribuição à cultura dominante. Isso acontece por que:

Muitas das qualidades específicas da literatura – sua capacidade de incorporar, encenar e desempenhar certos significados e valores, ou de criar de maneira única e singular o que seriam em outros casos simplesmente verdades gerais – contribuem para que ela preencha essa função efetiva com grande poder. À literatura, é claro, devemos adicionar as artes visuais e a música, e em nossa própria sociedade as artes poderosas do filme e da difusão televisiva e radiofônica. (WILLIAMS, 2005, p.221)

Ou seja, para nosso estudo, a própria mídia mainstream, que funciona como descrito anteriormente, dentro de um sistema de determinadas práticas sociais servindo de reforço, ou sendo incorporada a esse sistema dominante efetivo, se mostrando uma ótima forma de reforço a essa cultura dominante hegemônica vigente. Mas, para isso é necessário cuidado, pois esse discurso midiático é fruto de significados e valores residuais, emergentes e também dominantes, não como uma fórmula pré-concebida e aplicada, mas com a diluição que a realidade apresenta.

Isto posto, voltemos à discussão anterior estabelecida por Raymond Williams e retomada no início do capítulo sobre a noção de base e superestrutura: Nos faz útil não abandonar esse método de análise, mas saber operar esses dois conceitos de forma a compreender que o conjunto de práticas culturais não como uma resposta binária fixa entre os componentes e seus respectivos lugares de atuação (base-superestrutura), mas todos os seus conjuntos de práticas e os processos de transformação necessários para suas transformações. Portanto:

À medida que descobrimos a natureza de uma prática determinada, e a natureza da relação entre um projeto individual é uma modalidade coletiva, vemos que estamos analisando, como duas formas do mesmo processo, tanto sua composição ativa quanto às condições dessa composição, e em ambas as direções trata-se de um complexo de relações extensivas e ativas. Isso significa, é claro, que não temos nenhum procedimento preestabelecido, como quando pensamos em termos do caráter fixo de um objeto. (WILLIAMS, 2005, p.224)

Devo ressaltar que um dos desafios de utilizar o conceito proposto por Gramsci e Williams, como já comentado acima, é não ficar preso a noções estagnadas e inertes quando estamos falando de hegemonia. Por deveras vezes essa concepção, que nos força a sair da zona de conforto para uma melhor compreensão da realidade pode ser cansativa e entorpecente. Por isso a necessidade de dizer a todo momento e reafirmar essa posição volúvel do conceito, que perde a sua magnitude se transposto de maneira equivocada. Portanto, como propõe Williams (2005), o ideal não é olhar para a hegemonia como um processo, ou como o único processo, mas como vários rumos, vielas, frentes de um modelo que permite enxergar as variações e a contradição e seu conjunto de alternativas e mudanças.

Ora, o que nos interessa deste debate, no entanto, é compreender as profundas dimensões da representação dentro deste sistema. Concordando com o exercício proposto por Hall para identificar os espaços por onde essa representação atuará, vale a pena resgatar alguns conceitos trabalhados pelo autor e o caminho traçado entre eles, entendendo portanto os pontos de intersecção entre essas teorias.

4.1.3 Cultura e Representação

Em seu livro *Cultura e Representação* (2016) Stuart Hall discute através daquilo que denomina “circuito da cultura” o conceito de representação e as suas facetas. Para além de uma exposição teórica, o autor trabalha com uma série de exemplos e exercícios práticos para entendermos tão somente o que o autor considera como Representação como seus efeitos dentro e fora dos discursos.

Chave de muitos paradigmas dentro das ciências sociais, o conceito de cultura foi se modificando durante o tempo. Para além de um resgate minucioso através das entrelinhas deste complexo conceito, discorreremos agora sobre os principais pontos abordados pelo autor que se fazem de extrema importância para o decorrer desta pesquisa tanto em termos teóricos quanto metodológicos.

Para Hall (2016) a cultura é um conjunto de práticas e significados compartilhados por determinado grupo em um período histórico específico. É somente por conta deste compartilhamento que a cultura pode não só criar, mas reconfigurar, modificar e até mesmo extinguir significados. Esses significados, muitas vezes são representados através da linguagem, mas não se atém a uma visão simplória desta (como os códigos de escrita por exemplo) e perpassa as diversas manifestações da comunicação como a fotografia, a música, a pintura e as imagens. Para que isso seja possível, o autor reforça que a linguagem opera através de um sistema representacional:

No cerne do processo de significação na cultura surgem, então, dois “sistemas de representação” relacionados. O primeiro nos permite dar sentido ao mundo por meio da construção de um conjunto de correspondências, ou de uma cadeia de equivalências entre as coisas - pessoas, objetos, acontecimentos, ideias abstratas etc. - e o nosso sistema de conceitos, os nossos mapas conceituais. O segundo depende da construção de um conjunto de correspondências entre esse nosso mapa conceitual e um conjunto de signos, dispostos ou organizados em diversas linguagens, que indicam ou representam aqueles conceitos. (HALL, 2016, p.38)

A representação é a produção do significado dos conceitos da nossa mente por meio da linguagem. Em outras palavras, é a representação que nos permite conectar o real ao imaginário, ligando os acontecimentos concretos a seus significados fictícios. Deste modo, o sistema de representação consiste em um conjunto de diferentes maneiras de organizar, agrupar e classificar, bem como estabelecer relações complexas entre os objetos e seus significados. Sendo assim, “a relação entre “coisas”, conceitos e signo se situa, assim, no cerne da produção do sentido na linguagem, fazendo o processo que liga esses três elementos o que chamamos de “representação”(HALL, 2016, p.38).

Esses significados são constantemente reconstruídos por que são fruto de práticas sociais. Ao contrário de uma visão ortodoxa do que significa cultura (como a dualidade de cultura popular versus cultura erudita), Hall (2016) concebe cultura como o compartilhamento de significados que são extraídos através da interação de determinado grupo de indivíduos, o que rompe com o conceito estático do termo como sendo o reflexo da materialidade.

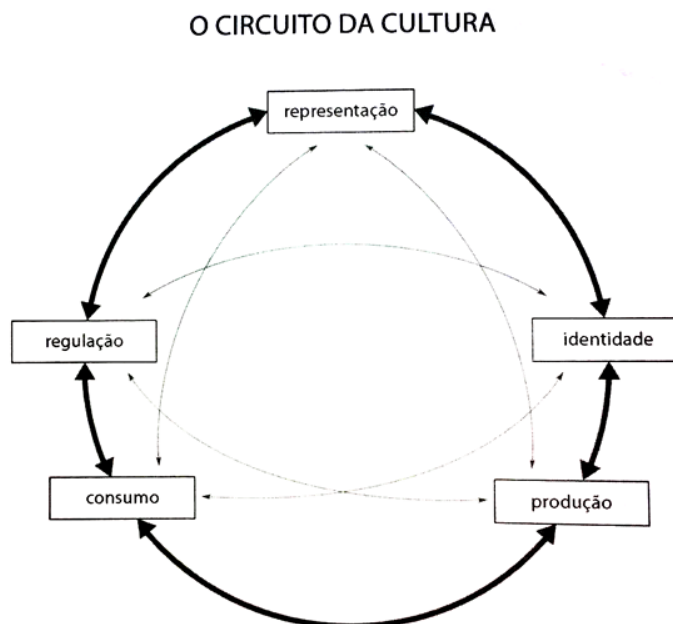
Acima de tudo, os significados culturais não estão somente na nossa cabeça - eles organizam e regulam prática sociais, influenciam nossa conduta e conseqüentemente geram efeitos reais e práticos. A ênfase nas práticas culturais é importante. São os participantes de uma cultura que dão sentido a indivíduos, objetos e acontecimentos. As coisas “em si” raramente - talvez nunca - têm um significado único, fixo e inalterável. Mesmo algo tão óbvio como uma pedra pode ser somente uma rocha, um delimitador de fronteira ou uma escultura, dependendo do que ela significa, isto é, dentro de certo contexto de uso do que os filósofos chamam de diferentes “jogos de linguagem”. (HALL, 2016, p.21)

Deste modo, fica claro que, somos nós enquanto indivíduos, dentro de um sistema cultural específico que construímos o significado através da interpretação que relegados a eles, podemos denominar esse processo de representação. Para Hall (2016) é através dessa *representação* compartilhada que damos sentido às coisas e as práticas, é ainda através deste processo que construímos não somente o seu significado, mas as emoções, os conceitos e os valores. A partir desse sistema de representação é que são estabelecidos os sentidos. Compreendendo que as configurações sociais são passíveis a transformações ao longo do tempo, o sentido e o ato de significar também estão suscetíveis a transformações, por isso, compreende-se que “o sentido não é inerente às coisas, ao mundo. Ele é construído, produzido. É o resultado de uma prática significativa - uma prática que produz sentido, que faz os objetos significarem”. (HALL, 2016, p.46)

É através dos sentidos que conseguimos construir a nossa percepção sobre nós e sobre o outro. Segundo o autor, noções como identidade e pertencimento estão intimamente atreladas ao que o autor conceitua como sentido. Deste modo, a compreensão do conceito de cultura engloba não somente os significados e as representações, mas também os sentidos que são extraídos a partir deste processo. O que nos interessa destacar é que esse processo, como fruto de construção pode ser exercido também através de uma variedade de mídia, principalmente quando pensamos na sociedade a qual estamos inseridos.

Este processo é fundamental para compreender o papel do simbólico dentro do cotidiano social. Isto porque, os sistemas simbólicos ou representacionais estão no cerne da vida humana sendo responsáveis por construir a fronteira do elemento “humano” enquanto ser social do “*homo sapiens*” na perspectiva biológica. Deste modo, compreenderemos melhor o processo de construção e funcionamento deste sistema através do esquema fornecido por Hall:

Figura 3: O circuito da Cultura



Fonte: HALL, 2016.

Esta figura configura o trajeto dos diversos processos que englobam a troca cultural. De modo a compreender com precisão o proposto pelo autor, é importante resgatar que esse processo não pode jamais configurar uma via de mão única, pois está sempre sendo elaborado e compartilhado dentro do sistema de interação social denominado cultura. Afinal, “o sentido é um diálogo - sempre parcialmente compreendido, sempre uma troca desigual” (HALL, 2016, p.23).

Compreendemos a cultura, os processos de representação e os sentidos como fruto de um processo construído através e para estes mecanismos. Posicionando historicamente o contexto em que o autor está inserido, verificamos que esse marco teórico encontra significado nas teorias do construtivismo e do construtivismo social, a partir desta ótica percebe-se esses sentidos como parte de convenções sociais que através da linguagem se estabelecem através da interação - apreensão, internalização, reprodução - dos sentidos. Sendo assim a “abordagem construtivista para a linguagem então introduz o domínio do simbólico da vida, em que palavras e coisas funcionam como signos, no coração da própria vida social.” (HALL, 2016, p.54)

De acordo com essa vertente de pensamento, para além de considerar a cultura como fruto da construção constante da ação humana, também há de se posicionar o estudo da cultura para além de um mero reflexo ou reprodução da vida concreta, mas enquanto objeto

de estudo tão fundamental quanto as bases materiais ou econômicas de apreensão da vida social. (HALL, 2016).

A partir do aprofundamento do conceito de representação como reproduzidor de significado, tentando resgatar o seu processo real de funcionamento além das suas implicações práticas, o autor cunhou o conceito de estereotipagem. Em sua obra Hall (2016) identificou e traçou uma série de estereótipos utilizados pela mídia para produzir discursos racializados sobre a população negra. Uma série de estereótipos - ou características simplificadoras, reducionistas e naturalizadas - são mobilizados para produzir discursos sobre determinadas parcelas da população.

Para Hall (2016) os significados provem de uma série de características “simplistas” que vem das informações que acumulamos sobre determinadas coisas ou objetos. Ele utiliza o pensamento de Richard Dyer (1977) para situar esse movimento de reconhecimento e identificação que somos capazes de fazer como “tipificações”. Segundo ambos, esse processo é comum e essencial para produzir sentido. Deste modo, tipo “é qualquer caracterização simples, vívida, memorável, facilmente compreendida e amplamente reconhecida, na qual alguns traços são promovidos e a mudança ou o ‘desenvolvimento’ em seu valor mínimo.” (DYER, 1977 p. 28 apud HALL, 2016, p. 191).

O problema é quando essa tipificação excede o campo imaterial e transfere essa forma de visualização simplificadora para a esfera humana. Essa forma de visão cria uma redução fixa que naturaliza a diferença, deste modo, criando nós e os outros, o que é aceitável e o que não é, repelindo assim a esfera do estranho tudo que foge do padrão. Assim surge o estereótipo:

A estereotipagem, em outras palavras, é parte da manutenção da ordem social e simbólica. Ela estabelece uma fronteira simbólica entre o “normal” e o “pervertido”, o “normal” e o “patológico”, o “aceitável” e o “inaceitável”, o “pertencente” e o que não pertence ou é o “Outro”, entre “pessoas de dentro” (insiders) e “forasteiros” (outsiders), entre nós e eles. (HALL, 2016, p.192)

A luz dessa reflexão, vale resgatar o trabalho de Nutrit Peled-Elhaham (2019) sobre a construção da imagem dos palestinos nos livros didáticos israelenses. A partir da análise dessa autora, podemos identificar uma série de métodos que perpetuam uma visão racista sobre o povo palestino nos livros didáticos israelenses. Dentro desses materiais, é bem comum a denominação de “não judeu” para aquele cuja origem é diferente do grupo dominante.

Para educadores israelenses, essa dicotomia, característica do discurso racista, sempre pareceu “essencial para manter uma identidade judaico-israelense” (...) A distinção entre judeus e não judeus ajuda a estabelecer o ingroup judeu não apenas como dominante, mas também como mais real – por que possui nome próprio- e a marginalizar e subjugar os cidadãos palestinos como um outgroup definido apenas

negativamente como "não ingroup". (KRESS, 2003 p.43 Apud Peled-Elhanan 2019 p. 84)

O problema dessa nomenclatura se encontra na negação que ela dá ao sujeito: É caracterizar o outro como "não dos nossos", perpetuando a segregação, sobre isso Kress (2003) nos atenta sobre a relação entre nomeação e significado, em especial, esse caso, a forma de denominação remete ao grupo dominante, os judeus, um aspecto mais concreto, enquanto tudo que se difere do grupo é imaginário, não tem nome, estão fora e distante de nós.

Na maior parte dos livros didáticos Israelenses não se apresenta menção ao povo palestino e sua história. As formas de representá-lo são carregadas de simbolismo racista, são identificados como terroristas, imagens de pessoas com o rosto coberto ou como agricultores primitivos, atrás de arados em uma imagem distante e desfocada, ou até mesmo representados por cartoons extremamente simbólicos, que funcionam como instrumento concreto de negação. O mesmo discurso genérico acomete os veículos de comunicação brasileiros aqui estudados, quando ao tratar sobre o tema, ou qualquer tema que remete ao Oriente Médio, se observa uma série de imagens que remetem à pobreza, à religiosidade fundamentalista e ao terror. O Oriente é identificado como fonte de conflito, problemas e atrasos. A contribuição de Edward Said (2007) sobre o Orientalismo se torna pertinente nesse caso.

Em síntese, há de se perceber uma conexão entre representação, diferença e poder. Pensando na perspectiva da discussão até aqui iniciada e compreendendo a construção de significados e sentidos como um fazer dialético, vale levantar a discussão de Edward Said sobre o *Orientalismo* como representação não fiel de um oriente imaginado. Além disso, vale a pena nos debruçarmos um pouco mais sobre como a representação está ligada ao poder, para isso, necessitou fazer um apanhado dos conceitos de *Discurso* e *Poder* de Michael Foucault. Consequentemente há de se levantar um debate sobre a forma de significação utilizada pela mídia de grande circulação - objeto de estudo desta dissertação- na apreensão sobre a Segunda Intifada palestina.

Não se pode perder de vista, ao fazer uma análise dentro do núcleo dos estudos culturais que um final conclusivo com uma interpretação única é inalcançável. Já levantou o filósofo francês Jacques Derrida (1981) a hipótese que as nuances contidas nos estudos culturais jamais poderiam ser capturadas em um sistema binário. Para Hall (2016) esse movimento pode ser capturado em um círculo, onde a natureza interpretativa dos estudos culturais levariam a uma série de outras interpretações, transformando-se em uma cadeia infinita de possibilidades.

Edmund Ghareeb (1983) pesquisou Palestina através da mídia norte-americana em seu livro *Split Vision: the portrayal of Arabs in the American media* (1977). Para o autor, os veículos de comunicação do período teriam sido tendenciosos, em favor de Israel, na cobertura do conflito palestino-israelense. Para fundamentar seu pensamento, realizou uma análise não só das reportagens, como proposta desta pesquisa, mas também entrevistou jornalistas, correspondentes e lideranças dos veículos da época.

Mais recentemente, Hamada (2001) tentou delimitar como era a imagem dos árabes e muçulmanos entre os jornais e os jornalistas de grande influência, capazes de formar o que o autor denominou de “image-makers” (formadores de imagem). Os resultados comprovaram que além da maioria dos entrevistados desconhecem a diferença entre “árabe” (etnia) e “muçulmano” (religião), os agentes reconheciam haver uma transmissão tendenciosa ou distorcida desse grupo na mídia ocidental.

4.1.4 Poder e Discurso

Preocupado em compreender o funcionamento do poder e da complexa estrutura de dominação dentro da sociedade, Foucault (1984) teceu profundas reflexões sobre o papel do discurso como produtor de conhecimento e perpetuador das estruturas. Para o autor, a relação estabelecida entre os significados e os significantes eram maiores que apenas o ato de descrever (linguística) se estendia para a esfera do poder. Deste modo, deter o poder de determinar certos discursos pode conferir o poder de dominar determinadas esferas de poder. O conceito de “*agenda setting*” ou *agendamento* (McCombs, 2004) que será discutido mais à frente nesta pesquisa correlaciona a hipótese da vinculação entre os temas selecionados pela mídia e a forma como eles são abordados (enquadramento ou *framing* Robert Entman (1989).) aos assuntos considerados mais relevantes dentro de uma determinada sociedade. Em síntese, é possível a luz da teoria de Foucault sobre poder e discurso, compreender a aplicabilidade dessa transição.

Os significados isolados para Foucault (1984) não implicam se não postos em uma formação discursiva, definida por ele como uma forma de padronização ao se referir ao mesmo objeto de uma mesma maneira e através da mesma estratégia. Foucault (1984) não negou a aplicação dos significados dentro da linguagem, mas atentou para que estes só obteriam sucesso prático se estabelecidos dentro de um discurso.

Ao contrário do que uma visão simplória pode sugerir, o autor não nega a materialidade da vida, ao conferir a potencialidade do discurso Foucault (2012) não nega a existência das

coisas, mas confere ao discurso o poder de significá-las. Assim, nada tem nenhum sentido fora do discurso” (Foucault, 2012). O discurso se constrói através da significação de agentes e da forma como representá-los. Surge aqui um paralelo importante a se fazer a luz de Stuart Hall (2016) “o discurso produz, através de diferentes práticas de representação uma forma de conhecimento racializado do outro [como por exemplo, o orientalismo] profundamente envolvida nas operações de poder.” (HALL, 2016, p.194)

Compreendemos então que além de construtivista o discurso também é historicamente determinado. Deste modo, assim como o autor, percebemos que diferentes fenômenos podem ser observados de maneira distinta a depender do período em que está inserido. A grande inquietação do autor foi a percepção que esses discursos, essas formas de representação e significado produzem conhecimento, conhecimento que pode ser utilizado para determinar posições de poder, pois esse conhecimento, para Foucault (1984) está aplicado à regulação das práticas sociais. O poder, finalmente, “atravessa e produz coisas [...] precisa ser pensado como uma rede produtiva que penetra todo o corpo social” (FOUCAULT, 1980, p.119)

Para Foucault (2015) esse conhecimento produzido no discurso ganhava efetividade a modo como conseguia se aplicar no mundo real. Afina, ao ser aplicado para regular e determinar práticas específicas, tornava-se real e reforçava sua efetividade. Deste modo surgia a aplicabilidade do poder, que se justificava e era justificado através da produção de conhecimento pelo discurso, ou seja, “Não há relação de poder sem a constituição correlativa de um campo de conhecimento, nem há qualquer conhecimento que não pressuponha e constitua, ao mesmo tempo, relações de poder” (FOUCAULT, 2015)

Deste modo, não existe uma verdade absoluta segundo o autor. A verdade é construída (e pode ser desta forma alterada, a depender do contexto em que está inserida) através de um “regime de verdade” amparado pela produção discursiva. Por isso “A verdade não existe fora do poder ou sem poder [...] A verdade é deste mundo; ela é produzida nele devido a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade.” (FOUCAULT, 1984, p.10)

Os conceitos de poder, representação e discurso debatidos à luz de Foucault (1980, 1984 e 2015) nos remetem a circularidade em que estão inseridos, de forma a reconhecer que as práticas advindas da aplicabilidade destes não pode jamais ser visualizadas através de uma linha contínua ou inerte. Finalmente, o reconhecimento do poder do conhecimento como regulação das práticas nos aproxima novamente do pensamento de Antonio Gramsci sobre hegemonia, discutidas anteriormente neste trabalho.

O poder, como reconhecemos ali, opera em condições de relações desiguais. Gramsci, obviamente, teria dito “entre classes” enquanto Foucault sempre se recusou a identificar qualquer sujeito específico ou grupo de sujeitos como fonte de poder, que, segundo ele, opera em um nível tático e local. [...] Para Gramsci e para Foucault, o poder também envolve o conhecimento, a representação, as ideias, a liderança e a autoridade cultural, bem como a restrição econômica e a coerção física. (HALL, 2016, p. 196)

4.1.5 O Jornal como fonte

Utilizando o método de análise semiótico multimodal (KRESS e Leeuwen) através da mesclagem da análise crítica do discurso, as fontes escolhidas para este trabalho serão as reportagens dos jornais O Globo e a Folha de São Paulo referentes a Segunda Intifada no período de setembro de 2000 à dezembro de 2001.

O método - que será explicado em capítulo próprio logo a seguir - considera todo o discurso como objeto de investigação, neste sentido, dialoga-se com os textos, as imagens, os títulos e sua distribuição na página ou página dupla, não isolando seus significados individuais, mas compreendendo o todo também como formador de significado. Este percurso surgiu através da afluência da perspectiva multimodal (KRESS e Leeuwen), da análise do discurso e da compreensão de representação proposta por Hall (2016). A figura abaixo ilustra os elementos constitutivos desta análise como forma de exemplificação do método escolhido.



Figura 4: Esquema de análise semiótica multimodal.

Fonte: Autoria própria

Compreendendo então como discurso, todos os elementos e a sua interconexão, deste modo, além da reportagem como produto final, faz necessário o conhecer do processo de produção na qual está inserido e os significados provocados por ela. A partir de Hall (2016), esta análise busca a acepção do todo pois compreende os elementos do discurso como construtores de sentido e

A sua importância para a linguagem, porém, não se reduz ao que são, mas sim ao que fazem, a suas funções. Eles constroem significados e os transmitem. Eles significam, não possuem um sentido claro em si mesmos - ao contrário, eles são veículos ou meios que carregam sentido, pois funcionam como símbolos que representam ou conferem sentido (isto é, simboliza) às ideias que desejamos transmitir. Para usar outra metáfora, eles operam como signos, que são representações de nossos conceitos, ideias e sentimentos que permitem aos outros “ler”, decodificar ou interpretar seus sentidos de maneira próxima a que fazemos. Deste modo, a linguagem [e todos os seus elementos, gráficos ou linguísticos] é uma prática significante. (HALL, 2016, p.24)

É pertinente retomar a discussão proposta por Hall neste percurso e situar novamente a proposta do autor dentro de uma perspectiva construtivista ou do construtivismo social, que

compreende os processos acima descritos no estabelecimento do sentido como fruto de uma construção.

O campo comunicacional é muito vasto e nos oferece infinitas fontes ou produtos, assim como diversas possibilidades de análise. O foco desta dissertação está no trabalho jornalístico, portanto, será necessário debruçar-se mais detalhadamente em construir um escopo que permita ao leitor identificar que a estrutura do texto jornalístico se realiza de sua produção até a sua recepção, por isso necessita do uso de metodologias utilizadas para sua análise.

A lógica da imprensa e da política na modernidade formam um duplo movimento, não apenas de dominação, mas também de dependências. Desse modo, a relação entre esses agentes é muitas vezes complexa gerando cooperação e disputa. Essas complexidades podem ser exprimidas na disputa sobre hegemonia através do pensamento de Antonio Gramsci.

Quando pensamos a esfera da comunicação e mais especificamente a comunicação em massa não podemos ignorar os impactos que esta gera no campo político, visto a sua capacidade de influenciar (e ser influenciada, afinal, é uma relação dialética) o campo político através da formação da opinião pública. Esse aparelho é controlado por pessoas e refletem interesses específicos que ficam claros conforme é escolhido o que e como será a pauta destes veículos. Pensando na perspectiva de disputa por hegemonia proposta por A. Gramsci, a disputa se estende também aos meios de comunicação, afinal, o controle destes pode significar de certo modo, uma forma de controle também da agenda pública.

A atuação política das organizações jornalísticas não se restringe aos espaços opinativos, mas pode ser verificada em toda cobertura jornalística (BELTRÃO, 1980; ALBUQUERQUE, 2013; MELO, 2003). Ainda que o corpo profissional da redação cumpra o conjunto de procedimentos que pretendem assegurar imparcialidade e neutralidade, a disposição das matérias, o espaço ou tempo que ocupam, a frequência com que aparecem e o enquadramento adotado podem indicar a preferência do jornal por determinadas agendas e convicções em debate. Embora nem sempre a elaboração seja intencional ou planejada pelo corpo editorial, fato é que, em alguma medida, incide sobre a Opinião Pública. (ATHANÁSIO, 2017, p.32)

Procurando compreender a produção da notícia e do jornalismo como um todo, avaliando não apenas o produto final (o corpo textual) mas toda a sua engrenagem (dos bastidores ao resultado) utilizaremos o protocolo de análise da cobertura jornalística proposta por Gislene Silva e Flávia Dourado Maia (2011), para que possamos compreender a construção do complexo processo de apreensão e representação trabalhado nos veículos de comunicação.

Proposta por SILVA & MAIA (2011), o protocolo de análise da cobertura jornalística propõe que o trato das fontes venha acompanhado de um processo de níveis analíticos que

forneceram todo o pavimento para o restante da análise. Tal método fornece o necessário para a compreensão das especificidades de cada veículo de comunicação, além de fornecer um mapeamento para compreensão e averiguação das informações obtidas.

1º- marcas de apuração: Assinatura, local de apuração do acontecimento e origem da informação.

2º- marcas de composição do produto: Gênero, localização, recursos visuais e adicionais.

3º- aspectos da caracterização textual: contexto interno e externo no qual estão inseridos.

Todos esses elementos fornecem um arcabouço de como o acontecimento foi sendo observado e construído pelo veículo de comunicação e o resultado de sua configuração final. Deste modo, apresenta-se como algo complexo que não pode ser reduzido apenas ao texto mas contextualizado dentro das condições de sua produção.

Compreendendo a necessidade de análise jornalística em todo o seu escopo, utilizaremos também as definições metodológicas e classificatórias de José Marques de Melo e Francisco de Assis (2016) para estabelecer o esqueleto e a estrutura em que as fontes escolhidas estão situadas, além de direcionar o olhar ao que fora observado. Vale ressaltar que há um diálogo entre ambos os pares, visto que todos compreendem o fazer jornalístico como o diálogo complexo entre as várias fases de produção.

A importância de discorrer tão especificamente sobre essas categorias se coloca na forma como estas costumam ser mal interpretadas ou generalizadas. É comum que o olhar sobre a reportagem se direcione apenas ao produto final, aquilo que está escrito, mas o fazer jornalístico engloba muito mais que isso, é uma complexa seleção de dizeres e não dizeres, que começa nos bastidores e se reflete nas páginas do jornal. Deste modo, se torna cara a compreensão do objeto de forma menos fragmentada.

O produto jornalístico como um padrão nos fornece dois estágios interdependentes: o gênero e o formato. Compreender os limites destas classificações nos faz conhecer melhor a anatomia do processo jornalístico. Utilizando o conceito fornecido por Bakhtin (1986), pode-se compreender gênero como expressões linguísticas utilizadas em determinados contextos e refletidas na estrutura de um conteúdo. Ainda este poderá ser dividido em dois tipos, primário quando relacionados a comunicação oral e secundários quando referentes ao universo da comunicação escrita. Nosso objeto de análise se ancora na segunda classificação, com especificação de “gênero midiático”, que pode ser definido por sua estreita relação com a disseminação ou circulação em massa.

Para além desta subdivisão mais geral, temos que compreender que os conteúdos são determinados por categorias funcionais que geram e reproduzem novos gêneros que vão

organizar a partir de suas características em comum os formatos e por consequência os seus tipos.

Para Marques e Assis (2016) o gênero agrupa diferentes modalidades e formatos e suas funções sociais a fim de conseguir suprir as necessidades que alicerçam o fazer jornalístico. Deste modo, do geral ao particular, podemos compreendê-lo como motor da indústria e do mercado da comunicação, satisfazendo as demandas da sociedade e do contexto que estão inseridos, ou seja, os gêneros funcionam como ferramentas para auxiliar a produção de conteúdo dentro da indústria midiática, onde atua como uma balança que equilibra a expectativa do leitor ou receptor e os interesses daquele que produz. Esses interesses são condicionados socialmente e podem ser transformados para acompanhar as mudanças sociais, compreendendo assim que o Jornalismo não cumpre apenas uma função ou papel estáticos:

Se na sociedade há várias demandas, geradas pelos múltiplos desempenhos dos atores sociais em suas atividades cotidianas, é natural que os meios de comunicação se organizem de modo a suprir essas necessidades -se não todas, ao menos as principais-, com conteúdos adequados a cada uma delas. (MARQUES E ASSIS, 2016 p.46)

Os formatos são categorias provenientes dos gêneros. É nesta categoria de análise que se enxerga nitidamente o concreto, pois é a partir deles que a mídia pode diferenciar os discursos e a quem serão direcionados. Pode-se compreender então os formatos como as manifestações ou a forma que os discursos assumem para se manifestar e se materializar socialmente, estão subordinados portanto ao uso que lhes é dado. Para Marques (2010) a complexificação e o surgimento de novas categorias são o reflexo das demandas em qual estão inseridas:

“Formato jornalístico”, em decorrência, é o feito de construção da informação transmitida pela Mídia, por meio do qual a mensagem da atualidade preenche funções sociais legitimadas pela conjuntura histórica em cada sociedade nacional. Essa construção se dá em comum acordo com as normatizações que estabelecem parâmetros estruturais para cada forma, os quais incluem aspectos textuais e, também, procedimentos e particularidades relacionados ao modus operandi de cada unidade. (MARQUES E ASSIS, 2016)

Compreende-se deste modo a sucessão de conceitos que montam o esqueleto estrutural do objeto estudado. Deste modo, compreendemos o jornalismo como uma atividade essencialmente comunicacional, oferecendo a necessidade de análise não apenas do produto final (o texto, a imagem o layout) e da atividade humana (da produção e recepção) mas do processo de disseminação a qual está inserido: a comunicação.

A roupagem de neutralidade que o Jornalismo se coloca é o que fundamenta a confiança do público em relação aos fatos por ele noticiados. Vale ressaltar que para Marques e Assis (2016) o gênero midiático jornalístico, se apresenta como uma “promessa de conteúdo”, ou seja, ao leitor é estabelecido uma espécie de contrato que determina o seu olhar

e sua apreensão sobre o conteúdo. Ao ser direcionado por essa falsa perspectiva de neutralidade, a percepção do leitor pode ser moldada aos interesses específicos das agendas. Afinal, essa falsa noção de isenção é orientada por interesses comerciais, portanto, é uma configuração denotada aos veículos de comunicação com um interesse específico e não um traço natural do fazer jornalístico. Isso traz à tona algumas implicações:

Uma delas é que a voz imparcial utilizada por muitas empresas jornalísticas, aquele familiar supostamente neutro estilo de redação das notícias não é um princípio fundamental do jornalismo. Ao contrário, é quase sempre um recurso oportunista que as empresas usam para destacar o fato de que produzem alguma coisa obtida por métodos objetivos. A segunda implicação é que essa voz neutra, sem uma disciplina da verificação, cria um verniz que esconde alguma coisa turva. Os jornalistas que selecionam as fontes para expressar o que na verdade é seu próprio ponto de vista, e depois usam a voz neutra para que tudo pareça bem objetivo, estão trapaceando. Isso prejudica a credibilidade da profissão ao fazê-la parecer sem princípios, desonesta e preconceituosa. Este é um alerta muito importante, numa era em que os padrões jornalísticos são postos em dúvida. (KOVACK e ROSENTIEL, 2004, p.117).

O papel exercido pela a imprensa se modifica de acordo com o tempo e o espaço, refletindo as demandas na qual está inserido. Com a mercantilização da informação no início do século XX a fim de alcançar cada vez mais espaço no mercado, começaram a defender a sua relevância dentro do cotidiano e neste contexto, mais do que refletir as pautas de interesse, o jornalismo começa a exercer um papel mais ativo dentro do cotidiano como defensor dos interesses públicos, para isso, elegendo a imparcialidade como indispensável para a conquista da confiança do leitor, que passa a perceber a informação advinda desses veículos como “verdades”. Para Tavares (2013) este conceito de neutralidade passa a ser indispensável para medir a “qualidade” dos jornais aos olhos do público.

Para isso há o processo de desvinculação entre fato ou informação e opinião, afinal, a imprensa informativa, aquela que tem o intuito de trazer para o debate temas de relevância social e que é pautada numa suposta objetividade se diferencia da imprensa opinativa, tanto na sua configuração primordial quanto na sua posição dentro do jornal, o que configura uma série de estratégias que legitimarão o conteúdo trabalhado comprovando e assegurando a neutralidade do veículo em questão e garantindo sua legitimidade frente ao leitor.

Este modelo de imprensa é denominado libertário e surge no Brasil como reflexo do processo de americanização ao qual o país esteve submetido durante toda a sua história. É preciso ressaltar que essa nova lógica jornalística está posicionada dentro do contexto político e econômico do liberalismo ocidental e submetida à lógica mercadológica (como por exemplo, a lei da oferta e da procura), onde o que será escolhido como notícia passa pelo crivo comercial.

Para além da estrutura precisamos pensar na construção contextual e o processo nela imbuído além do seu aproveitamento social. Para isso, partiremos do pressuposto de que um olhar atento deve ser destinado ao Editorial de cada um dos veículos de comunicação. Para Athanásio (2017) é através da análise deste documento que podemos perceber de forma clara as influências do veículo de comunicação na arena política, em um duplo movimento de interferência, visto que é neste documento que o jornal tem a liberdade de assumir posição político ideológica de forma mais explícita, deste modo, nos faz perceber aquilo que será enquadrado e como será.

Deste modo, segundo Silva e Marques (2014), para que o acontecimento seja escolhido, transformado em notícia, precisa seguir uma série de requisitos estabelecidos por cada veículo de comunicação em seus princípios editoriais, que vão nortear todo o processo de produção. Para Charaudeau (2010) esse fato justifica a atuação da mídia no processo de manutenção da hegemonia e do poder, garantindo sua cadeira no complexo jogo de poder social, garantindo o papel de mediador da consciência cidadã.

Assim, esta análise não pode perder de vista a forma como haverá a construção do discurso sobre a Intifada palestina, verificando não só as reportagens em seu texto integral, mas realizando uma visão do todo, confeccionando um somatório sobre os contextos de produção e atuação suscitados a partir dela. Não passa pela pretensão desta medir os impactos que tais informações causam nos leitores, visto que para tanto precisaria de uma técnica de aferição diferente ou, partir do pressuposto que os leitores seriam apreensores passivos de tais informações, negando a lógica dialética na qual essa dissertação está pautada. De todo modo, a pesquisa se concentra então na decodificação das mensagens e da análise contextual que pode ser extraída desta em seus determinados contextos. Para isso, faz-se necessário entender um pouco mais sobre política editorial e qual a política dos veículos utilizados nesta pesquisa.

4.1.6 Agendamento e Enquadramento: Pauta *versus* Notícia

Apesar do objetivo deste trabalho não ser a medir os efeitos da opinião pública sobre a causa palestina, onde é comumente discutido os efeitos de agenda-setting e framing, é de extrema importância resgatar a conceitualização de ambos os mecanismos para entender a construção da estrutura e da estratégia de disposição na composição dos discursos. A luz desta necessidade, utilizaremos os estudos de McCombs (2004) e Walter Lippmann (1922) para nos aprofundar no conceito de “*Agendamento*” e para tratar de “*Enquadramento*” utilizaremos principalmente as ideias de Robert Entman (1989).

Para começar é importante conceitualizar ambas as correntes teóricas. Agendamento (*agenda-setting*): conjunto de assuntos que “merecem atenção no debate público” e que são elencados pela imprensa como prioridade, ou seja, os meios de comunicação são responsáveis por orientar o olhar do público para aquilo que é “importante”, definindo a ordem do dia ao indicar sobre o que as pessoas devem pensar.

Já o Enquadramento (*framing*) é o modo como o jornalismo delimita perspectivas específicas sobre temáticas agendadas, construindo “molduras” adequadas para orientar o olhar do espectador a determinados assuntos. O primeiro diz respeito a “O que?” Já o segundo, a “Como?”. As duas teorias dialogam na construção do caminho para a compreensão do papel que os meios de comunicação exercem na formação da opinião pública.

A que se refere então essa “opinião pública”? É formada por uma unidade? É uníssona? compreende a opinião de todos dentro de uma sociedade? Uma breve discussão se faz necessário. A opinião pública pode ser compreendida, segundo Auguras (1978) através de duas vertentes: a estática, que compreende o somatório de um sentimento geral, sem perder de vista as posições individuais e a dinâmica a tomada decisão do grupo frente a determinado problema, assim sendo, a materialização das vontades. Estas não podem ser vistas de forma isolada pois completam um complexo processo de interdependência, assim:

Assim, retomando a classificação de Augras (1978), a atitude estaria mais relacionada à opinião estática, fornecendo-lhe os referenciais. A consolidação da atitude frente a uma determinada questão nada mais é do que a opinião. Essa passagem constante da atitude para a opinião; da opinião estática à opinião dinâmica; da opinião latente à corrente de opinião; é, no plano individual, um dos fatores responsáveis pela formação da chamada opinião pública. (SEVERO, 2007, p.17)

Em 1922, Walter Lippmann iniciou as investigações que viriam a ser base para a teoria da agenda-setting que ganharia força em 1968 com o estudo de Donald Shaw e Maxwell McCombs. Em seu livro *Opinião Pública* definiu o ponto de partida para pensar a teoria do agendamento, a idéia de “*second-hand reality*”: A mídia colabora para a construção de um mapa cognitivo que servirá de “janela pro mundo” onde aspectos da realidade serão construídos através do que se seleciona para compor o dia a dia do espectador, desse modo, se constrói uma falsa realidade, selecionando os assuntos que irão compor esse retrato (as notícias) e através de imagens da realidade, se decide o que irá priorizar, esse processo fornece uma “*imagem do mundo*” pois está pautado pelas lentes de uma determinada empresa de comunicação.

Bernard Cohen (apud McCombs,2004:2) não se trata de dizer ao público como pensar, mas em direcioná-lo para o que pensar. “A partir do que é veiculado pela mídia, o público

organiza suas próprias agendas e hierarquiza as questões. A ordem de importância dos temas na agenda pública varia de acordo com uma série de fatores [...] esses assuntos competem entre si pela atenção da audiência.” (SEVERO, 2007, p.22) Deste modo, ao contrário do que os estudos sobre o impacto das mídias na formação da opinião pública podem parecer, não se trata de controlar a mente dos espectadores, mas de fornecer as imagens que farão parte das suas construções diárias: “Estampados nas páginas dos jornais, os fatos deixam o cotidiano da vida para ingressar no universo simbólico da notícia. Ao transformar fatos em notícia, a atividade jornalística diz o que deve ou não ser do conhecimento da coletividade. (MOREIRA, 2006 p. 8)

Há de se discutir a intensidade e a duração dessa influência, para isso, Gutmann (2006) nos atenta para o fato de que esses agentes são capazes de atuar na formação do patrimônio cognitivo, cultural e social desses indivíduos. Outra questão a qual devemos nos direcionar é que os assuntos sequestrados pelo agendamento são os mesmos que estarão em voga no debate público, é sobre eles que o público irá se direcionar e a discutir, e a forma como esses assuntos serão construídos dependerá do *framing* ou enquadramento que irão suscitar.

Sob uma perspectiva histórica a teoria do enquadramento é relativamente recente, teve seu apogeu com Goffman nos anos 1970 mas desde então se transformou e vem se transformando. Como fazer um resgate metodológico das transformações deste termo, em especial, não é o princípio deste trabalho, iremos usar o conceito à luz de Robert Entman (2004) que o define como uma forma de delimitar alguns aspectos da realidade de forma a determinar o que será mais importante num texto comunicativo, configurando um sentido particular para determinados aspectos da realidade, conferindo a ele aspectos de interpretação característicos. Enquadrar, portanto, é selecionar alguns aspectos em detrimento de outros. Deste modo, podemos pensar a teoria sobre duas óticas, sugeridas pelo autor: Quem seleciona esses aspectos? Com quais objetivos? Um exemplo perfeito para compreender essa dimensão é fornecido por Kahneman e Tversky (1993):

Imagine que o governo dos Estados Unidos precise divulgar para a população que está em ação uma rara doença asiática que atinge 600 pessoas. Duas alternativas para combater a doença foram propostas pelo poder público. Na primeira, o Plano A, 200 pessoas serão salvas. Na segunda, o Plano B, um terço das 600 pessoas atingidas serão salvas e os outros dois terços irão morrer. Você é a favor de qual desses planos? (KAHNEMAN; TVERSKY apud ENTMAN, 1993: 53)

O estudo destes autores provou que apesar das soluções A e B serem as mesmas, a maioria do público optou pelo plano A por conta da forma como ele foi construído na narrativa. Entman (1989) assegura que a construção de significados está estreitamente ligada

às estruturas cognitivas que formam os indivíduos organizando seu pensamento, assim, a construção do significado não se dá em uma via de mão única. A recepção dependerá dos valores, crenças, preferências e atitudes de cada receptor, é o que o autor chama de esquemas, sendo assim “a mídia investe na construção de quadros de referência que os leitores ou telespectadores utilizam para interpretar e discutir os eventos e temas da agenda pública” (GUTMANN, 2006, p.30)

Mas a ideologia, as preferências e os valores não são vistos como impedimento ou barreira para a apreensão dessas mensagens. Essa teoria é capaz de compreender essas especificidades como formadoras da apreensão que determinados espectadores terão sobre o assunto vinculado pela mídia, seja essa apreensão algo simples ou complexo, ela criará caminhos para que o diálogo aconteça. Para Entman (1989) essa relação é denominada de modelo de interdependência. Desta forma, a recepção da mensagem é construída a todo momento através da relação entre as suas configurações (framing) e os esquemas cognitivos da audiência.

Severo (2007) percebendo a mídia como principal fonte de informação para público e parte do processo de apreensão e construção de significados, essa fonte gera uma série de perspectivas quanto ao conteúdo e ao enquadramento, que fornecem expectativas de leitura e construção próprias que acabam dando origem a um frame dominante que ao longo do tempo consegue estruturar um modelo de hábito de pensamento dominante, que configura o que Noelle-Neumann apreende sobre espiral do silêncio: O poder de fazer o público externar ou silenciar sua opinião a partir da agenda predominante.

As (fortes) influências da mídia atuam no conjunto da sociedade. Nesta etapa, a descrição dos meios e de seus conteúdos combina elementos dos estudos sobre os efeitos fortes e fracos; por um lado, os veículos de comunicação influenciam na construção da realidade social modelando representações desta realidade de um modo particular, por outro, os efeitos da mídia são mediados por uma interação entre os meios e a audiência. (Scheufele, 1999:105 apud GUTMANN,2008, p. 29)

Deste modo se consolida o “papel de dizer às pessoas “como pensar” um assunto, além de estabelecer a ordem do dia.” (SEVERO, 2007, p.32). Mas se o processo de recepção pode ser feito de maneira arbitrária, como utilizar a teoria do framing para conseguir consolidar a pesquisa? Entman (1989) verificou que os pontos de vista que formam a notícia conseguem impactar de modo mais ou menos igualitário tanto os espectadores que já possuem uma visão clara sobre o tema, quanto aqueles que não estão claramente posicionados, isso por que a reportagem se consolida através de uma roupagem de neutralidade e objetividade que foram consolidando dentre os leitores uma maior aceitação do que os artigos de opinião, onde

o emissor pode mais abertamente expor determinado ponto de vista. Partindo desse pressuposto e do que fora proposto por Entman (1989), essa pesquisa se debruçou sobre essas reportagens e notícias:

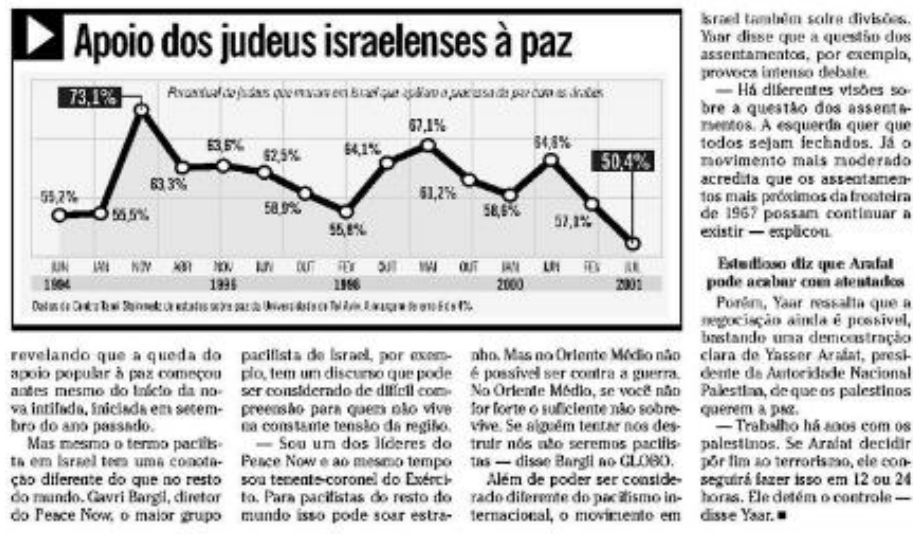
Os textos de opinião, pelo menos no que diz respeito a mídia impressa, podem conter mais informação para que os leitores possam fazer julgamentos individuais do que contém as notícias dos jornais - nas quais implicações políticas importantes e poderosas estão frequentemente subentendidas. Por outro lado, como os editoriais são tachados como “opinião” e, portanto, lhes falta o “manto da objetividade” que é tão preconizado no jornalismo. (SEVERO, 2007, p.39)

Logo, vale a pena discutir de que forma um quadro narrativo consegue então ser transmitido através da notícia. Entman (1989) também nos fornecerá a base teórica para essa construção, através do conceito de “*Cascade Model*” ou Modelo Cascata: Os significados transmitidos pelo frame são familiares a uma espécie de cascata, onde no topo temos os responsáveis pela sua produção e no fim, seu público. Portanto, a teoria do framing tem de ser capaz de abraçar todo o trajeto da construção do discurso, desde sua produção até a sua recepção.

O enquadramento é então a construção do discurso através das disposições que os meios de comunicação utilizam para transmitir uma determinada mensagem. Para Entman (1989), essas mensagens funcionam como gatinhos de adesão ou oposição das opiniões sobre os assuntos abordados pelos recortes dentro da reportagem, quanto maior a sua exploração, maior a capacidade de que o enquadramento funcione provocando pensamentos e sentimentos similares aos espectadores. Para medir esses gatilhos, o autor os classifica entre ressonâncias culturais e magnitude. O primeiro diz respeito a termos complexos carregados de apelo emocional, memoráveis dentro de determinada cultura. O segundo faz referência às repetições (de imagens ou de palavras) dentro do framing. Ma há ainda situações em que não necessita de repetição, pois os significados construídos são tão sólidos que podem ser evocados apenas como manifestação, como o caso dos atentados de 11 de Setembro nos Estados Unidos.

Pensando em identificar os elementos do Frame, Severo (2007) fez o resgate a partir da organização Framework Institution da categorização de tais elementos, dentre estes podemos destacar contexto, números, mensageiros, imagens, metáforas e tom. O contexto é o aspecto mais complicado mas mais importante a ser levado em conta por que é a partir dele que poderemos identificar o ambiente em que o fato está sendo construído, dando suporte para as questões e as tendências que serão abordadas pelo frame.

Figura 5- Recursos numéricos mobilizados no jornal



Fonte: Jornal O Globo, 10/08/2001. p. 28. Recorte: Autoria Própria

Como exemplificado acima, os números funcionam como suporte de confiabilidade utilizado muitas vezes para garantir a roupagem de objetividade que o leitor espera aferir. O recurso funciona como reforçador da mensagem, mas deve ser usado com cautela para não provocar confusão no leitor, fazendo com que seu uso seja adulterado. Deste modo esse recurso foi diversas vezes mobilizado pelas fontes aqui abordadas, com a intenção de provocar não só a legitimação como também conferir um ar de neutralidade.

É possível observar, na figura apresentada a seguir, como este meio de comunicação é capaz de reforçar estereótipos na sua apresentação física e visual, o uso de figuras e imagens pode ser visto com clareza como uma ferramenta para concretização de uma ideologia de forma massiva no leitor, ainda que este não seja um receptor vazio, é passível sim de influência.

Figura 6- Reforço de Estereótipos



Fonte: O Globo, 02/02/2001 e 06/02/2001. Recorte: autoria própria

As imagens são poderosos recursos que podem reforçar a mensagem do frame, mas para isso precisam ser cuidadosamente pensadas. Elas funcionam como reforço de estereótipos, gatilho emocional, manuseadoras de valor, podem indignar, chocar ou acalmar o público. São importantes mobilizadores ao estimularem o lúdico. Hall (2016) ao operacionalizar as imagens utilizadas na construção dos estereótipos racistas, reforça a ideia do poder das imagens:

Elas ganham significado quando são lidas no contexto, umas em contraste com as outras ou todas relacionadas entre si. Esta é outra maneira de dizer que as imagens não carregam significados ou significam por conta própria. Elas acumulam ou eliminam significados face às outras por meio de uma variedade de textos e mídias. [...] Essa cumulação de significados em diferentes textos, em que uma imagem se refere a outra ou tem seu significado alterado por ser 'lida' no contexto de outras imagens, chama-se intertextualidade. Todo o repertório de imagens e efeitos visuais por meio dos quais a 'diferença' é representada em um dado momento histórico pode ser descrito como um regime de representação. (HALL, 2016, p.150)

As “analogias” e as “metáforas” funcionam como ativadoras de determinados esquemas mentais, evocando uma melhor conexão entre o receptor e a mensagem, por conta da sua aplicabilidade e simplicidade. Já o instrumento “mensageiro” é utilizado na mobilização de uma instituição ou pessoa que fornecerá a “cara” de determinado assunto, ou seja, é aquele símbolo físico que configura segurança ao leitor para adquirir a mensagem lida. Normalmente é um especialista ou uma entidade que trabalha com a temática.

Figura 7 - Fala de Especialista.

CORPO A CORPO

CHRISTOPHER LANGTON

‘É um jogo sem vencedores’

• O analista político Christopher Langton é diretor do Departamento de Análise de Defesa do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres e especialista em assuntos do Oriente Médio. Para ele, a tensão aumentou com os ataques israelenses a ativistas palestinos.

Denise Marinho
Do GloboNews.com

O GLOBO: Como esse novo ataque afeta o frágil cessar-fogo entre israelenses e palestinos?
CHRISTOPHER LANGTON: Ariel Sharon aumentou a pressão militar ao atacar alvos específicos, como líderes do Hamas. Essa política dificulta o retorno ao diálogo de paz, a menos que o lado palestino declare um cessar-fogo unilateral. Se os palestinos continuarem os ataques para ver até onde Sharon pode ir com sua política de eliminação, a tensão só continuará a aumentar.

• Poderíamos dizer que ninguém sai ganhando nesse jogo?
LANGTON: É um jogo sem vencedores. Mas percebe-se no lado israelense a necessidade de deter os palestinos por meio de ataques específicos, limitando a morte de civis.

• Na sua opinião, qual poderia ser o próximo passo do presidente da Autoridade Nacional Palestina, Yasser Arafat?
LANGTON: Arafat precisa de tempo para tentar levar Israel de volta às negociações de paz de forma realista, o que parece pouco provável atualmente. Ele também poderia buscar um apoio mais explícito dos países árabes contra Israel.

Fonte: Jornal O Globo, 10/08/2001. p. 27. Recorte: autoria própria

Operacionalizando o debate teórico até aqui proposto, uma das formas de corroborar para o fortalecimento do orientalismo é atribuir esse lugar de fala do mensageiro/especialista a pesquisadores europeus ou norte-americanos. O exemplo acima retirado do jornal O Globo como exemplo não é exceção, mas regra: durante o período analisado e as fontes escolhidas esse artifício foi muito utilizado.

Por fim, o “tom” é outro recurso mobilizado pelo frame que diz respeito ao estilo conferido a mensagem. É o tom que determina o tipo de apreensão que o público terá da construção narrativa. Esse é um instrumento poderoso, pois é capaz de mobilizar a forma com que o público se sentirá após a leitura do frame. Concluímos então que “O enquadramento pode ser pensado de modo mais razoável como um dos desdobramentos da teoria do agendamento” (GUTMANN, 2006, p.28) deste modo, é de extrema importância o diálogo entre esses conceitos para a compreensão teórica e metodológica desta pesquisa.

4.1.7 Linha editorial versus Política editorial

A linha editorial dentro do cenário de discussão dos meios de comunicação brasileiros não é assunto novo. Se faz necessário retomar essa retórica ao desenvolver pesquisas utilizando artigos jornalísticos, visto que, essa vertente de orientação implica consequências ao corpo redacional e à sociedade como um todo, já que definem a direção do fazer jornalístico, elencando aquilo que merecerá ser noticiado e o que irá ficar de fora. Mas dentro do jargão popular linha editorial e política editorial por vezes se confundem. Seriam esses

sinônimos? Outra questão que precisa ser posta é a da aplicabilidade: Até onde esse conjunto de diretrizes atravessa a prática?

Os esforços de Patrícia Paixão Marcos (2018) sobre o tema, nos levam a relacionar autores referência dos estudos jornalísticos que adotam posições diferentes sobre essas terminologias. A autora se debruça sob a linha que concebe os conceitos como pertencentes ao mesmo significado.

O que merece ou não ser noticiado, bem como o espaço e o posicionamento que determinado fato irá ocupar dentro do discurso jornalístico, ou seja, a linha ideológica a qual o veículo está submetido é definida por Luiz Beltrão como pertencente à *política editorial*. Ainda na vertente deste autor, Marques de Melo define *linha editorial* como a aplicação prática de como o veículo de comunicação selecionará os fatos que serão publicados. Para esses autores, a linha editorial ou política editorial são sinônimos da construção de um mesmo documento: aquele que irá consolidar as vontades do corpo editorial, dos acionistas e da própria direção do veículo. Deste modo, reflete o posicionamento político a qual o jornal encontra-se ancorado.

Mas há ainda aqueles que tecem significados díspares para ambos os termos. A partir da discussão com Nilson Lage (2017, Apud PAIXÃO MARCOS, 2018), podemos conferir que política editorial seria a forma ampla na qual o jornal se estabelece enquanto ideologia, o referencial teórico, já a linha editorial seria a aplicabilidade desta teoria na prática, no particular, ou seja, a política editorial seria o universal enquanto a linha editorial particular a determinados fatos e contextos, estão contextualizados a partir dos interesses políticos dos veículos de comunicação, dos jornalistas e dos leitores.

Ainda nesta linha de investigação Duarte Venâncio e Marcelo Bronosky partirão do mesmo pressuposto, onde temos a política editorial como norteadora da linha editorial, está mais próxima à prática jornalista:

Se a ideia é tratar a questão de forma consolidada, o correto é se falar em ‘políticas editoriais’, como algo mais geral, representando a ideologia de um veículo. Por exemplo: se ele é liberal ou conservador. Agora, quando se pretende investigar os efeitos nos fazeres e os conteúdos manifestos, a representação mais adequada seria a de linha editorial. Ou seja, derivada da primeira, ela procura determinar o que o staff deve fazer. Tais orientações podem ou não estarem prescritas em documentos, mas também são definidas pelos hábitos adquiridos cotidianamente. Trata-se de algo mais específico, portanto se revela mais contraditório, uma vez que o staff nem sempre segue o que as políticas editoriais apontam, produzindo tensões junto a linha editorial. (BRONOSKY, 2017 *apud* PAIXÃO MARCOS, 2018 p.95)

Os manuais de redação começaram a se popularizar no cenário midiático brasileiro a partir do século XX, foi somente após esses esforços que podemos perceber a tentativa de

publicizar as vertentes editoriais dos veículos de comunicação. No início funcionam como espécies de manuais estéticos e ortográficos, se concentrando no formato e estilo com o qual o jornal poderia se estruturar, mas não demorou para ganhar a conotação de estruturador ético da postura político-ideológica do veículo em questão. Segundo Paixão Marcos:

Lage destaca que, com o passar do tempo, à medida que nossas redações se inspiravam no modelo de “imprensa comercial” da mídia americana, os manuais do nosso jornalismo passaram a incluir declarações de princípios que expressam a linha editorial do veículo. [...] Dentre os princípios expressos em nossos manuais, a neutralidade passou a aparecer com grande força. (PAIXÃO MARCOS, 2018, p.97)

Os manuais de redação funcionam como uma muleta ao fazer jornalístico a partir do momento que delimitam a postura e o posicionamento destes profissionais, são formas de padronizar e prever as ações e os comportamentos destes profissionais e do próprio públicos, que assim como exemplificado por Marques e Assis (2016) consome esse produto como um olhar estreitamente ligado à perspectiva: uma promessa de conteúdo, um acordo prévio entre produtor e receptor. O manual de redação então, fornecerá não só o posicionamento do veículo de comunicação como também os formatos, os gêneros e suas subdivisões:

Nessa perspectiva, portanto, os gêneros e suas subdivisões – formatos e tipos – são formas relativamente rígidas, fixas, que definem o modelo de atitude do espectador, antes de este se interrogar acerca de qualquer conteúdo específico, determinando assim, em larga medida, o modo como esse teor é percebido. (MARQUES e ASSIS, 2016, pg.46)

Pioneiro no país, a Folha de São Paulo ainda em 1984 viria a publicar sua linha editorial, baseada no formato jornalístico norte americano imbuído da busca por uma neutralidade “apartidária, pluralista e independente”. A ideia era que a partir deste documento, torna-se público os princípios produtivos além dos procedimentos utilizados na cobertura jornalística e o estilo aplicado no corpo editorial. Esse modelo diretamente importado trás uma falsa noção de isenção e é explorado pela maioria dos veículos de comunicação brasileiros. Mas voltaremos a nos debruçar sobre os efeitos deste na análise sobre a linha editorial da Folha.

Seguindo esta lógica da neutralidade, se solidificou dentro do imaginário midiático brasileiro, a ponto de ser referencial para averiguação da qualidade dos veículos de comunicação (pelo menos pelo senso comum, pelos receptores, os leitores a qual essa mensagem é vendida.) Mas seria este um ponto alcançável e uma métrica justa para avaliação da qualidade do fazer jornalístico?

A despeito deste cenário, o ponto de convergência consiste em uma suposta neutralidade que mobiliza os atores envolvidos a acionarem sua relação entre qualidade e jornalismo, uma vez que parece ser ponto pacífico que a reflexão e execução de expedientes próprios à qualidade são interessantes a proprietários, jornalistas e público. (TAVARES, 2013, p.3)

A suposta objetividade ou neutralidade da mídia é um pressuposto que sempre está em destaque nas discussões sobre comunicação. Perseu Abramo, sociólogo e autor do livro *Padrões e Manipulação da Grande Imprensa* (2004), ao debruçar-se sobre a realidade brasileira aponta a infundada aspiração à isenção da mídia. Para o autor os meios de comunicação utilizam desta retórica para exercer sua influência e poder sob a sociedade. Nesta ótica, o jornal seria como um partido político, configurando e reconfigurando a realidade a partir de suas aspirações.

Uma das táticas utilizadas pelos manuais de redação é seguir um padrão estético específico, como o estilo de pirâmide invertida. A não utilização de adjetivos ou a diagramação da página evidenciando os esquemas gráficos (fotografias, título, subtítulo e etc.) para conferir-lhes um caráter padronizado mais próximo de uma ideia de objetividade, mas essa não é suficiente para garantir tal aspiração.

A ocultação de determinados fatos e a classificação daquilo que merece ser notícia e o que não ocupa as páginas do jornal é uma das formas de se manipular a realidade: aquilo que é relatado não dá conta do complexo real. Nesta mesma perspectiva, há a fragmentação dos fatos, a falta de contextualização, o desmantelamento do real, que se apresenta como um estilhaço da realidade desconectada do real. Somando essas técnicas, construímos um padrão, o da indução, que passa a constituir uma realidade consumível. Ambas as táticas, a de ocultação e fragmentação, são apontadas por Abramo (2004) como ferramentas de manipulação.

Fica claro, a partir destas discussões a impossibilidade de alcançar uma neutralidade através do discurso jornalístico midiático. Deste modo, é preciso condenar os meios de comunicação e a imprensa como um todo? Paixão Marcos (2018) nos fornece um arcabouço para repensar o papel da mídia:

Embora pareçam ser ideias contraditórias, é possível ter um posicionamento político e ainda assim lutar para retratar a realidade de maneira objetiva. Imparcialidade, neutralidade e isenção são conceitos diferentes da objetividade. Eles se referem mais adequadamente a categorias do comportamento moral, enquanto que a objetividade é um conceito ligado ao campo do conhecimento, refere-se à relação que se estabelece entre o sujeito observador e o objeto que está sendo observado. (PAIXÃO MARCOS, 2018, p.105-106)

A grande dificuldade que se apresenta hoje dentro dos estudos jornalísticos e a contínua defesa desta neutralidade impossível de ser alcançada, desse modo, seria mais proveitoso, assim como sugere Paixão Marcos (2018) que o leitor pudesse ter ferramentas efetivas de compreensão a que linguagem ideológica o veículo em questão está posicionado e

assim definir aquele com que se fala, elencando a possibilidade de reconhecer o prisma sob o qual o discurso fora produzido.

Um dos problemas centrais que se colocam na escolha deste tipo de análise diz respeito a ausência de metodologias específicas que podem trazer alguns e desencontros entre método e teoria. A verdade é que a escassez de metodologia própria ao campo jornalístico produz muitas “quimeras acadêmicas”¹². Mas não se pode deixar que essa dificuldade alimente o isolamento dessa rica fonte apenas ao âmbito jornalístico. Visando corrigir possíveis inconsistências, o trabalho irá fornecer arcabouço para solidificar as opções metodológicas ao campo, somando metodologias próprias da área da comunicação com metodologias de análise qualitativa.

É, portanto, a partir destes conceitos e discussões estabelecidas, que a pesquisa poderá passar ao seu próximo momento, que é apresentar e discutir os jornais utilizados e observados nesta análise. Para tal, será apresentado e discutido *A Folha de S. Paulo* e *O Globo*, sempre partindo do que já foi abordado até aqui, assim, após discutidas estas noções fundamentais, podemos perpassar pontualmente por cada jornal que foi analisado.

4.2 Jornais analisados

4.2.1 A *Folha de São Paulo*

O manual de redação da *Folha* foi a primeira configuração definitiva de documento que buscava listar uma série de princípios e explicitar o seu direcionamento com foco no público do tipo (PAIXÃO MARCOS, 2018).¹³ É através dele que podemos traçar uma identidade do jornal quanto a si mesmo e como deseja ser percebido pelo público. Desde a sua primeira versão em 1984, o documento apresentou mais cinco versões: 1987, 1992, 2001, 2017 e 2019. Muito do teor destes documentos foram mantidos ao longo dos anos, mas para essa pesquisa em especial, visando perpassar o recorte temporal desejado, nos debruçaremos sobre o documento de 1992.

O documento, que pode ser obtido pelo público nas principais livrarias do país, foi sendo aperfeiçoado ao longo dos anos e hoje inclui anexos, com informações sobre economia, geografia, direito e sociedade, visando a colaborar com o trabalho jornalístico. Desde a criação desse manual, a *Folha* passou a se apresentar (nos princípios expressos em sua linha editorial) como praticante de um jornalismo dito “apartidário, pluralista e independente”, “de rabo preso com o leitor” (um dos primeiros slogans do jornal nesse sentido). (PAIXÃO, 2018, p.98)

¹² Segundo o dicionário Oxford: uma combinação heterogênea ou incongruente de elementos diversos.

¹³ Foi o primeiro manual de redação a ser disponibilizado comercialmente ao público no país (ALBUQUERQUE; HOLZBACH. 2008)

Antes da análise acima proposta, vale um resgate histórico deste conglomerado jornalístico, além de uma discussão breve sobre sua consolidação enquanto jornal de grande circulação. Para isso se faz necessário entender a imagem que a Folha de São Paulo tentou consolidar com seu projeto editorial, definindo para si um papel de destaque dentro do novo cenário político nacional (a redemocratização brasileira nos anos 1980) e estabelecendo um contrato legitimador que perpassa a esfera política e comercial (ALBUQUERQUE; HOLZBACH. 2008).

Surgindo em 1921 em toda a sua história, o conglomerado Folha foi administrado por quatro grupos distintos. Essas trocas refletiram durante os anos as divergências e similaridades de seus gestores, mas algo se manteve como intacto: “A base em uma visão empresarial e capitalista” (ALBUQUERQUE; HOLZBACH. 2008, p.153). Desde o seu surgimento a *Folha* esteve ligada à defesa dos interesses de mercado. Diferente do seu maior concorrente *O Estado de S. Paulo* que surgiu com um direcionamento ideológico claro, os objetivos políticos da *Folha* perdiam espaço para sua perspectiva de mercado.

Em 1945 o tom e o estilo do jornal acabam mudando na tentativa de acompanhar os anseios mercadológicos do período. Surge um novo modelo preocupado em garantir eficiência e imparcialidade, além da defesa do regime democrático (vista como uma espécie de extensão dos objetivos capitalistas industriais) que se fez presente em suas páginas. Segundo Albuquerque e Holzbach (2008), para além da contemplação política de determinada ideologia, o objetivo dessa mudança era a construção de uma credibilidade que alcançasse a ampliação do número de leitores.

Em 1960 houve a combinação dos diversos diários (*Folha da Manhã*, *Folha da Tarde e Folha da Noite*) em um só, destinado a alcançar a classe média urbana da capital paulista. Neste período houve uma nova troca de proprietário e a empresa caiu nas mãos de Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, nomes ligados a setores importantes da classe dominante como a construção civil e o mercado financeiro. Foi durante esse período que ocorre no Brasil o golpe cívico-militar, mas mesmo com o recrudescimento político, os “anos de chumbo” foram prósperos para o grupo que “pode comprar uma série de jornais, gráficas e editoras e assumiram a Fundação Cásper Líbero – para o que muito contribuiu a atitude dócil do jornal perante o regime” (ALBUQUERQUE; HOLZBACH. 2008, p.155). Foi só a partir dos anos 1970 que o perfil editorial do jornal passaria a mudar, assumindo uma posição mais crítica ao regime e refletindo os anseios sociais em que estavam inseridos, deste modo “passou a se mostrar como defensor da democracia, indo ao encontro dos anseios da

população, que estava nas ruas pedindo o fim da ditadura.” (PAIXÃO MARCOS, 2018, p.100)

O período de redemocratização exigiu que o conglomerado assumisse uma posição mais crítica se quisesse disputar o mercado com seus concorrentes, principalmente *O Estado de S. Paulo* (PAIXÃO, 2018). De acordo com Albuquerque e Holzbach (2008) esse processo de mudança viria a se consolidar nos anos de 1983 e 1984 com a tomada de posição a favor das Diretas Já¹⁴, na tentativa de construir sua imagem como subserviente das vontades do povo brasileiro, buscando cada vez mais uma posição em defesa de igualdade de condições e liberdades sociais.

Germina então o primeiro projeto editorial do grupo, o *Projeto Folha*: um novo documento traçando os objetivos do jornal muito mais ligados a uma versão mais técnica e administrativa do fazer jornalístico. Surge a tentativa de consolidar normas jornalísticas na busca pela construção de um “jornalismo perfeito”, imparcial e objetivo.

O *projeto Folha* determinava as normas de comportamento, o controle produtivo e o rigor metodológico (com o aumento das reuniões e a introdução de cursos para padronização das posturas dos funcionários) com o objetivo de “elevantar o jornalismo brasileiro ao patamar das imprensas de primeiro mundo” (SILVA, 2005, *apud* ALBUQUERQUE; HOLZBACH. 2008, p.156) na mira da modelagem norte americana. Essa estratégia visou alcançar o público e aumentar a tiragem do jornal, vendendo ao leitor uma postura mais “profissional”, livre de “amarras políticas”. Vai ser neste momento que a Folha consolida o seu compromisso com a imparcialidade, ainda que, inalcançável. (PAIXÃO MARCOS, 2018)

O documento irá apresentar nas suas 91 páginas, além de princípios a serem alcançados, uma espécie de identificação da sua postura e de seu papel a ser desempenhado nesta nova sociedade. Para Albuquerque e Holzbach (2008) o jornal se identificaria como um mediador das relações entre o povo e as instituições políticas, com o propósito de corrigir qualquer desvio ou ruptura, consolidando sua posição como uma espécie de “Quarto Poder” como na mídia norte americana, mas readaptado a realidade brasileira, forjando o que os autores determinaram como “Poder Moderador”¹⁵.

¹⁴ O Movimento ou campanha “Diretas Já” ocorreu em 1984 e é considerado o maior ou um dos maiores movimentos cívicos/populares da história brasileira. “O fervilhar das ruas traduziu uma forte simbiose entre bandeira política democrática e aspiração coletiva por liberdade.” (DELGADO, 2007)

¹⁵ Em referência às particularidades políticas da monarquia brasileira que durante o período imperial (1822 a 1889) instituiu através da constituição de 1824 um novo poder, que atuaria em consonância com os outros (Executivo, Legislativo e Judiciário) e conferia poderes quase irrestritos a quem o exercia, no caso o Imperador.

Toda essa conjuntura configurará a esse manual de redação uma postura diferente dos demais escritos até então. Segundo Albuquerque e Holzbach (2008) com esse documento se consolidava uma tentativa de contrato representativo, onde as relações de comerciais (compra e venda) e não políticas (ainda que não aparentes) configurariam o compromisso entre o público e os leitores, forjando então deveres e obrigações desta instituição.

Em linhas gerais, ele identifica este papel como o de um mediador nas relações entre os cidadãos comuns e as instituições políticas, e discute os fundamentos e as condições do seu exercício legítimo. Tomada em si mesma, a concepção do jornalismo como mediador político não tem nada de nova. Alguns aspectos, contudo, conferem ao modelo apresentado pelo manual da Folha um caráter bastante original: 1) o jornal reivindica explicitamente exercer um papel político; 2) ele legitima essa reivindicação como baseada em um mandato que lhe seria conferido pelo leitor; 3) ele sustenta que este mandato é conferido por meio de uma relação comercial, pela compra do jornal pelo leitor. (ALBUQUERQUE; HOLZBACH. 2008, p.151)

O primeiro documento recebeu sua consolidação em 1987, onde houve o fechamento de algumas pautas que ficariam abertas na versão inicial. Em 1992 houve uma nova reelaboração que pretendia abrandar o teor mais radical impulsionado pelo movimento das Diretas Já que influenciou o contexto de sua produção. Outro objetivo do novo documento foi consubstancializar os princípios e ideais criados nas versões anteriores. Nesta nova edição contamos com 331 páginas e mais de 10 mil verbetes. Além de resgatar o mesmo posicionamento e compromisso político de seu antecessor (com apenas algumas adaptações gramaticais) esta nova versão, conforme Albuquerque e Holzbach (2008), ampliou a compreensão sobre a atuação e a valorização profissional, de forma a definir mais nitidamente o campo de atuação da mídia e o papel das instituições políticas e civis.

O traço mais característico do Manual da Redação da Folha de S.Paulo é o seu esforço em destacar a especificidade do lugar de fala do jornal. Diferentemente das pioneiras Regras de Redação do Diário Carioca que, na década de 1950, pretendiam ser um guia para a modernização do jornalismo brasileiro, e dos manuais de redação d'O Globo e d'O Estado de S.Paulo, expressões particulares de um modelo "genérico" de jornalismo, o manual em questão se apresenta como o porta-voz de um modelo muito especial de jornalismo: o jornalismo da Folha de S.Paulo. Deste modo, o manual atribui à empresa jornalística um papel que usualmente é associado ao profissionalismo: o controle da qualidade técnica e ética do jornalismo pelos pares (Soloski 1993 apud ALBUQUERQUE; HOLZBACH. 2008, p.159).

4.2.2 O Globo

Com "o dever iniludível em que nos vimos de continuar a consagrar-nos, tanto quanto nos consinta a nossa reduzida capacidade, à defesa das causas populares que nos empolgaram e nos dominam há bem mais de duas décadas" (MARINHO apud MALIM, 2013) surgia nos anos de 1925 na imprensa carioca o jornal O Globo, fruto de uma associação entre Irineu

¹⁶ Segundo a Constituição brasileira de 1824, o poder moderador se define por: Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização Política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos. (BRASIL, 1824)

Marinho, Herbert Moses e a Justo de Moraes, surgia como uma proposta de folha independente, que visava transformar os padrões da imprensa carioca.

Nos seus primeiros anos dedicou-se a questões que considerava populares: aumento de salários aos funcionários públicos, abandono político a questões urbanas, aumento do custo de vida e demais preocupações de interesse público. Mas paralelo a isso nunca deixou de mostrar a que veio: a defesa das pautas econômicas privadas e ao incentivo do capital estrangeiro no país.

Durante os seus 97 anos de história, esteve posicionado majoritariamente em diálogo com governos e políticas conservadoras e de direita, – como o apoio a Carlos Lacerda e a UDN nos anos 40 e aos regimes militares em 1964, na qual suas páginas denominaram “revolução de 1964” – e aos princípios neoliberais – como o incentivo ao capital estrangeiro e a campanha maciça contra a Petrobrás – e envolveu-se por diversas vezes em denúncias e escândalos de corrupção dentro de suas redações.

Em uma análise sobre a atuação do jornal Globo durante os anos de autoritarismo brasileiro, Roberto Marinho concluiu:

Não há memória de que haja ocorrido aqui, ou em qualquer país, que um regime de força, consolidado há mais de dez anos, se tenha utilizado de seu próprio arbítrio para se autolimitar, extinguindo os poderes de exceção, anistiando os adversários, ensejando novos quadros partidários, em plena liberdade de imprensa. É esse o maior feito da Revolução de 64. (MALIM, 2013)

Apesar dessas incongruências continuou se consolidando como referência dentro da imprensa carioca e nacional, construindo uma imagem de confiabilidade com o leitor, asseverando uma objetividade ainda que desprimorosa, alcançável através dos princípios base explicitados na sua carta editorial.

Como essas cartas editoriais podem favorecer a formação e a consolidação desses veículos e quais as pistas elas nos dão sobre o posicionamento de tais empresas dentro dos produtos por elas produzidos? Para Marques e Silva (2014) vestígios da identidade e características assim como a consolidação da legitimação de tais veículos pode ser obtida através da análise dos princípios editoriais que essas instituições publicam.

Desta maneira, a adoção de manuais de redação ou a divulgação de princípios editoriais, por organizações como a Globo, podem produzir uma identidade pela qual a instituição possa ser reconhecida como agente social. Assim, a análise dessas publicações podem ser úteis para ajudar a compreender o posicionamento da organização diante das mudanças sociais, na manutenção de um discurso de transparência e legitimidade e a preocupação existente em produzir significados que levem o público a consumir seu produto.” (SILVA e MARQUES, 2014, p.13)

Daremos início, então, a uma apresentação e discussão dos princípios editoriais do grupo Globo. No final desta dissertação poderá ser encontrado o documento na íntegra.

Reitera-se a discussão acima sobre o papel dos editoriais como norteador dos processos de produção deste veículo de comunicação, funcionando como uma espécie de manual do fazer jornalístico que pode ser sentido em todas as fases dentro do cotidiano destes veículos.

O período abraçado por essa pesquisa (2000 á 2001) está sob o prisma da carta de princípios editoriais publicada no ano de 1997, porém, não disponível nos canais de comunicação deste grupo, que fornece somente a versão mais recente do documento. Esgotadas as possibilidades de aquisição do referido documento e – através da literatura acima discutida – tendo em vista que as reelaboraões de princípios editoriais guardam em sua essência muito das versões anteriores, o objeto aqui inspecionado será o disponível no site do grupo Globo.

O documento atual¹⁷ que define esses princípios foi elaborado em 2011 e encontra-se disponível no site do grupo e divide-se em: Preâmbulo com uma introdução ao significado de Jornalismo e mais três seções: a) Os atributos da informação de qualidade; b) Como o jornalista deve proceder diante das fontes, do público, dos colegas e do veículo para o qual trabalha; c) Os valores, cuja defesa é um imperativo ao jornalismo. (GLOBO, 2011)

Para Silva e Marques (2014) os princípios editoriais do grupo Globo, além de definir a *Visão, Princípios e Valores*¹⁸, tenta consolidar a posição de “*superautoridade*” do grupo perante os concorrentes. Esse discurso pode ser explicado pelo próprio trajeto formador desta instituição, que após períodos conturbados envoltos em polêmicas tentou consolidar sua credibilidade dentro do espaço da comunicação nacional.

Deste modo, é inegável a estrutura e a relevância deste veículo na comunidade, tanto por sua história quanto pelo processo de consolidação no qual esteve envolvida. Vale reiterar o papel das agências de comunicação neste sentido, que não se restringe apenas a transmissão da comunicação, mas na construção de significados.

Esses canais, repletos de significações (ao preservar as suas convicções políticas) funcionam como consolidadores dentro do espaço público, deste modo, torna-se fundamental a discussão sobre a política institucional que norteará essas organizações. É necessário reconhecer então que esses princípios refletem a visão do mundo de seus idealizadores, mas também buscarão satisfazer até certo ponto, os anseios do público a ser atingido. Afinal, não podemos perder de vista que, como aparelho privado de hegemonia, as instituições Globo precisam se estabelecer de forma favorável perante o público. Por isso, precisam consolidar a

¹⁷ Houve mais duas versões, em 1989 e em 1997, todos carregam os pontos fundamentais das convicções ideológicas do veículo.

¹⁸ Este é o título da carta editorial do grupo de 1997.

sua identidade e os critérios de confiabilidade, o que pode ser alcançado através da publicidade dos princípios editoriais.

A mudança perceptível na forma de ver o ambiente por parte dos consumidores está sendo refletida na maneira de se pensar a comunicação nas organizações. Para a construção de uma relação sadia e duradoura, as pessoas esperam benefícios das empresas com as quais se relacionam, que podem ser sinalizados por diversos fatores. Entre os diversos itens estão a transparência, o comportamento ético, a credibilidade, a veracidade, a legitimidade, a esperança e os sinais positivos para o futuro, especialmente em situações difíceis, e respeito às pessoas. (SILVA e MARQUES, 2014, p.7)

Esses itens, requisitos essenciais que sustentam a atividade jornalística, como a veracidade, relevância, transparência, pluralidade e diversidade, podem ser encontrados em várias medidas dentro do documento, que pode trazer a sensação de confiabilidade exigida, mas para que ela seja de fato aplicada, é necessário que haja ações concretas dentro do processo produtivo que garanta tais princípios.

É importante reconhecer que a veracidade acima proposta não é sinônimo de verdade absoluta, afinal, no próprio documento há uma breve introdução a discussão sobre a questão da objetividade que ainda se faz presente com dualidade dentro do jornalismo. O objetivo é, no entanto, minimizar as nuances de tal impossibilidade. Mas ao contrário do que é proposto, verifica-se por meio desta pesquisa evidentes traços do não cumprimento de tal objetividade. Explicitar então o compromisso com determinados princípios seria o suficiente para materializá-los?

Uma forma de mensuração dos compromissos estabelecidos no documento pode ser obtida através da análise de transparência, que mescla os objetivos deste editorial em ressonância com os princípios básicos do jornalismo, para isso seria necessário construir um mecanismo de avaliação contínuo que pudesse mensurar o cumprimento dos princípios elencados legitimando-os. (TAVARES, 2013) No caso dos princípios editoriais do grupo Globo, não se pode encontrar maneiras satisfatórias para conseguir alcançar esse requisito. Sendo assim, Tavares (2013) elaborou o seguinte esquema, apresentado no quadro abaixo, como forma de mensurar esses componentes, por meio da avaliação e comparação dos propostos pelo documento editorial e da postura exercida pelo jornal.

**Análise dos Princípios Editoriais:
Avaliação do requisito Transparência**

INDICADORES	SIM	PARCIAL	NÃO
A1a - A empresa afirma os compromissos com os requisitos verdade do produto em relação ao conteúdo;	✓		
A1b - A empresa afirma os compromissos com os requisitos relevância do produto em relação ao conteúdo;		✓	
A1c - A empresa afirma os compromissos com os requisitos pluralidade do produto em relação ao conteúdo;	✓		
A1d - A empresa afirma os compromissos com os requisitos diversidade do produto em relação ao conteúdo;		✓	
A2 - A empresa define procedimentos ou protocolos para garantir o cumprimento dos requisitos fundamentais do produto em relação a conteúdo;	✓		
A3 - Avaliar se a empresa informa/adota sistemas de avaliação para averiguar se os requisitos fundamentais são atingidos ou não em relação a o conteúdo;			✓
B1 - A empresa adota uma carta de princípios editoriais.	✓		
B2 - A empresa adota uma política de publicação dos de seus princípios editoriais e compromissos de transparência de conteúdo;	✓		
B3 - A empresa divulga os procedimentos de avaliação adotados para verificar o efetivo atendimento aos requisitos e;		✓	
B4 - A empresa divulga os resultados obtidos por eles em relação ao conteúdo.			✓
B5 - A empresa tem um canal para recebimento de críticas e torna público o conjunto de reclamações apresentadas e respostas fornecidas pela empresa.			✓
TOTAL	5	3	3

QUADRO 1 - Análise dos princípios Editoriais: Avaliação do requisito Transparência

Fonte: TAVARES, 2013. Reelaborado pela autora.

Como ainda pode ser observado no quadro a seguir, onde se observa os padrões e níveis de conformidade, ainda baseado em Tavares (2013), pode-se fazer a relação entre a quantidade de vezes em que os indicadores são atendidos e não atendidos para se ter uma noção de qual o nível de conformidade o material analisado apresenta.

PADRÕES	NÍVEL DE CONFORMIDADE
Todos Sim	ÓTIMO
Entre 7 a 9 Sim e demais parciais	BOM
Entre 4 e 6 Sim, com no máximo 2 Não	REGULAR
Menos 4 Sim	RUIM

QUADRO 2 - Padrões e níveis de conformidade

Fonte: TAVARES, 2013. Reelaborado pela autora.

Frisamos que há um imenso desacordo entre os princípios estabelecidos no documento e a análise efetiva do produto jornalístico. Isso acontece devido à falta de “correlação imediata e necessária entre valores que se fazem manifestos nos códigos e os procedimentos adotados no âmbito do fazer.” (MARQUES E SILVA, 2014 p.14)

Dito isso, é possível passar então para o momento final desta pesquisa, onde serão apresentados e debatidos o desenvolvimento da metodologia, os resultados do levantamento, destacando os pontos principais para a reflexão proposta por esta pesquisa, bem como a discussão sobre estes pontos, para que se possa chegar nas considerações finais após toda a construção intencionada nos objetivos.

5. ANÁLISE E DISCUSSÕES

Quando finalmente podemos trazer os resultados objetivos, em números e também a discussão das 271 fontes, observadas entre o último trimestre de 2000 e 2001, onde 162 foram encontradas no jornal Folha de São Paulo e 109 destas fontes são referentes ao jornal O Globo, é possível trazer o primeiro dado a tratar nesta pesquisa: as classificações contrária, favorável e ambivalente, em cada um deles. Também será abordada a presença de algumas palavras-chave fundamentais para esta análise. A ideia, neste momento final, é, ainda, refletir se mesmo tendo uma posição favorável, se é possível mensurar se a percepção sobre a causa palestina como um todo se transforma. O presente capítulo se desenvolverá com o uso de quadros, figuras e gráficos, visando ilustrar as discussões levantadas apresentando seus dados de forma mais acessível e visual, e o fará sempre trazendo alternadamente o jornal Folha de São Paulo e o jornal O Globo, salvo quando pontuado que os dados são concomitantes, trazendo ambos.

Pontua-se também que neste momento final da pesquisa, são trazidos os dados mais essenciais para a discussão proposta, pois os dados são extensos e de forma completa estarão dispostos ao leitor no apêndice deste trabalho, visando dar ao mesmo mais leveza e foco em sua proposta principal. No entanto, fica à disposição do leitor e da banca o acesso aos dados brutos para análise, produção de outros conteúdos e conferência às discussões levantadas no presente capítulo.

Foi feita uma escolha deliberada de não analisar no geral, apenas os editoriais, pois estes já vêm carregados de uma posição bem determinada, considerando ainda que a pessoa que assina o editorial já tem uma liberdade maior para se posicionar, enquanto as reportagens jornalísticas têm o intuito de parecerem mais neutras, sendo mais interessante para análise do discurso proposta pela pesquisa, conforme discussão anteriormente levantada. Iniciando então, a apresentação dos resultados, observa-se a seguir a busca simples com a expressão INTIFADA, em ambos jornais.

FOLHA DE SÃO PAULO: Os resultados para a palavra-chave “Intifada” foram de 195 páginas. Na apuração foram excluídas as reportagens que não tratavam diretamente do assunto e aquelas que estavam duplicadas, com isso, obteve-se a análise de conteúdo e valências de 162 reportagens.

Figura 8: Busca por palavras-chave Palestina e Israel na Folha de S. Paulo

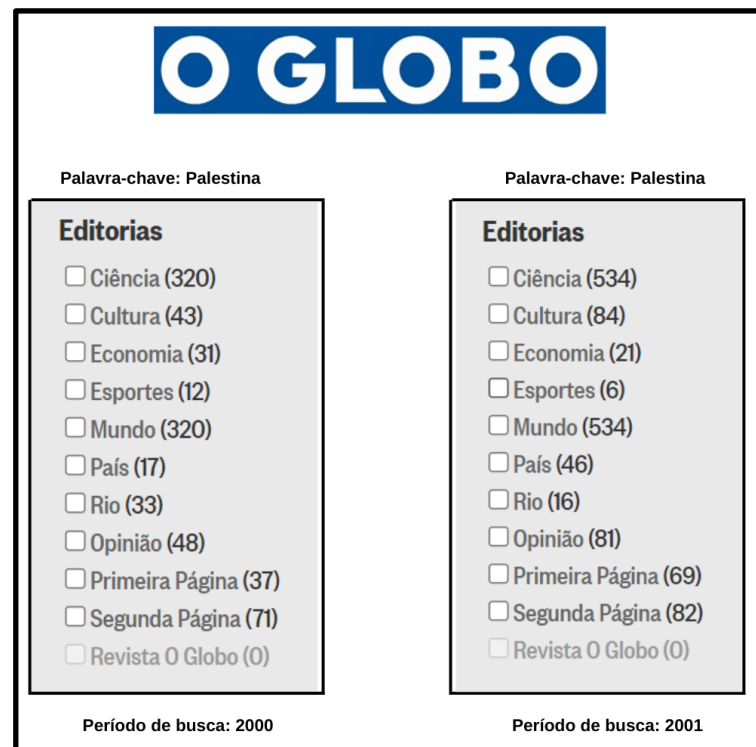
FOLHA DE S.PAULO	
★ ★ ★	
Palavra-chave: Palestina	Palavra-chave: Israel
CADERNOS	
<input type="checkbox"/> TODOS	455
<input type="checkbox"/> MUNDO	371
<input type="checkbox"/> CADERNO ESPECIAL	24
<input type="checkbox"/> ILUSTRADA	21
<input type="checkbox"/> TURISMO	16
<input type="checkbox"/> COTIDIANO	16
<input type="checkbox"/> ACONTECE	6
<input type="checkbox"/> ELEIÇÕES	1
TEMAS	
<input type="checkbox"/> TODOS	410
<input type="checkbox"/> POLÍTICA	1
<input type="checkbox"/> INTERNACIONAL	371
<input type="checkbox"/> CULTURA E SOCIEDADE	38
CADERNOS	
<input type="checkbox"/> TODOS	604
<input type="checkbox"/> MUNDO	378
<input type="checkbox"/> ILUSTRADA	71
<input type="checkbox"/> COTIDIANO	56
<input type="checkbox"/> ACONTECE	50
<input type="checkbox"/> TURISMO	24
<input type="checkbox"/> CADERNO ESPECIAL	14
<input type="checkbox"/> CLASSIFICADOS	10
<input type="checkbox"/> ELEIÇÕES	1
TEMAS	
<input type="checkbox"/> TODOS	509
<input type="checkbox"/> POLÍTICA	1
<input type="checkbox"/> INTERNACIONAL	378
<input type="checkbox"/> CULTURA E SOCIEDADE	130
Período de busca: 2000 á 2001	

Fonte: Folha de S. Paulo.

Procurou-se também apurar o número de resultados para a palavra-chave “Palestina” e obteve-se o resultado de 455 páginas. Um olhar mais detalhado mostrou que essas reportagens se concentraram, em sua maioria, no caderno “Mundo” e no tema “Internacional”, conforme esquema acima. Houve também a contabilização da palavra “Israel” que obteve 605 páginas, onde a maioria se concentrou no caderno “Mundo” e no tema “Internacional”. Porém, diferente do observado no mesmo período com a chave de busca “Palestina”, houve significativo número de páginas com o tema “cultura e sociedade” conforme a figura acima.

Observando o Jornal **O Globo**: Os resultados para a palavra-chave “Intifada” foram de 174 páginas. Procurou-se também apurar o número de resultados para a palavra-chave “Palestina” e obteve-se o resultado de 1253 páginas durante o período de Setembro de 2000 a Dezembro de 2001, onde a maioria se concentrou no editorial “Mundo” e “Ciência” que no jornal ocupam o mesmo caderno. Observa-se melhor estes resultados na figura a seguir, que apresenta a palavra-chave Palestina em 2000 e em seguida em 2001.

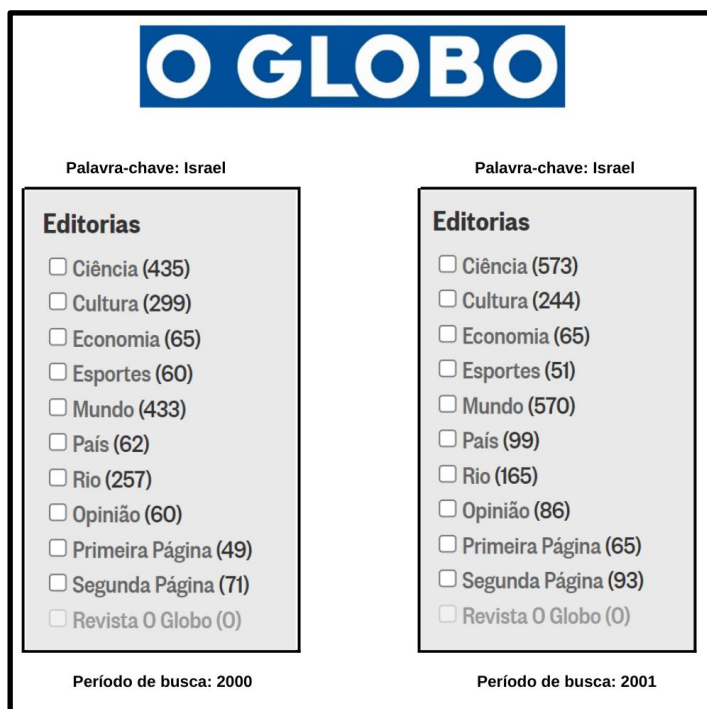
Figura 9 - Busca por palavra-chave Palestina em 2000 e 2001



Fonte: O Globo

Houve também a contabilização da palavra “Israel” que obteve 1906 páginas durante o período de Setembro de 2000 a Dezembro de 2001. , onde a maioria se concentrou no editorial “Mundo” e “Ciência” que no jornal ocupam o mesmo caderno. Porém, diferente do observado no mesmo período com a chave de busca “Palestina”, houve significativa diferença no número de reportagens dos demais cadernos, principalmente no caderno de Cultura, Esportes e Economia. Na figura a seguir será observado então o uso da Expressão Israel em 2000 e 2001 pelo jornal O Globo.

Figura 10 - Busca por palavra-chave Israel em 2000 e 2001



Fonte: O Globo

Após esta breve reflexão sobre a presença das expressões Israel e Palestina nos jornais observados, podendo relacioná-los à que área e editorial estão presentes cada uma das expressões, é necessário prosseguir para outras análises essenciais a este trabalho.

Observa-se, a seguir, a apresentação das Valências, já discutida acima, onde veremos, inicialmente cada jornal em separado, utilizando-se do modelo inspirado no Manchetômetro, onde é possível verificar especificamente a presença dos valores favorável, contrário e ambivalente, destacados por esta pesquisa para discutirmos. No gráfico a seguir observamos a Valência especificamente no Jornal Folha de São Paulo, onde se vê um crescimento dos posicionamentos contrários no último trimestre de 2001, enquanto observa-se uma queda das matérias favoráveis. Ainda que não seja possível afirmar de forma completamente objetiva a influência dos acontecimentos, vale a reflexão sobre os dados trazidos.

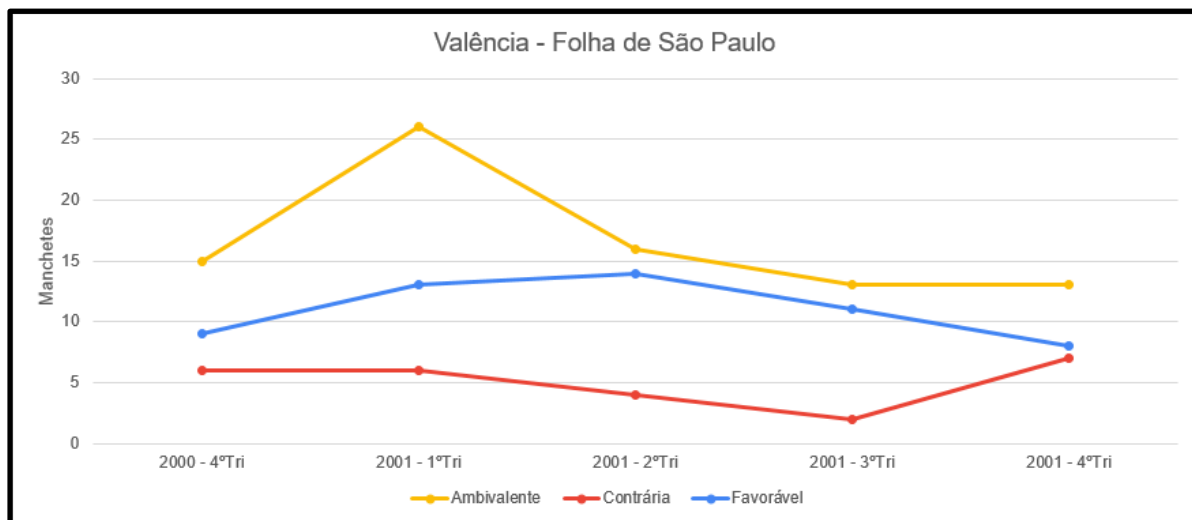


Gráfico 1 - Valência observada Jornal Folha de São Paulo

Fonte: Elaboração própria

Já quando olhamos o mesmo período e com a mesma “régua”, que é o gráfico de Valência, já no jornal O Globo, obtemos o resultado visível de No gráfico a seguir como o posicionamento favorável nem se faz presente no último semestre de 2001, enquanto há uma manutenção no número de publicações contrárias e uma leve elevação das ambivalentes. Confira no Gráfico abaixo:

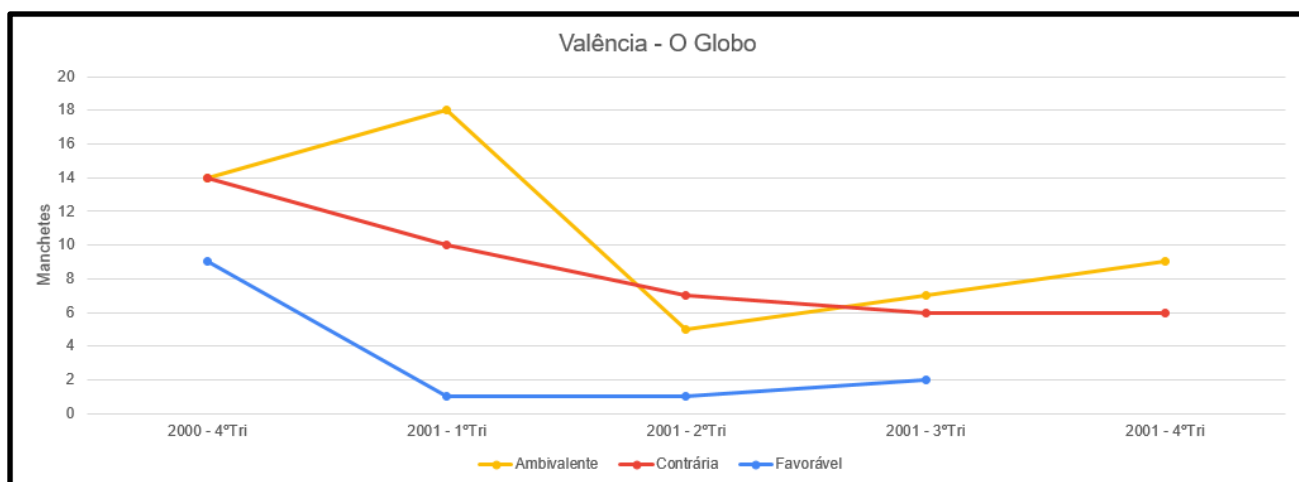


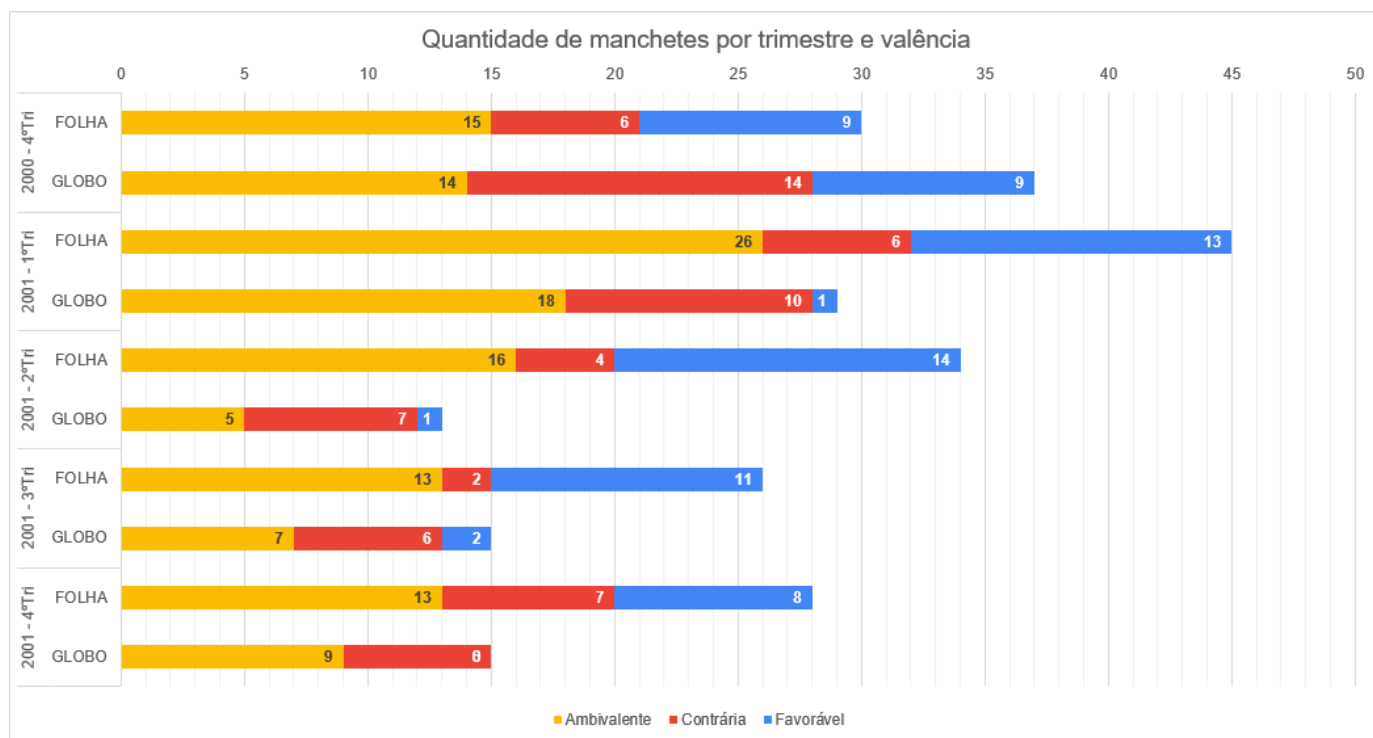
Gráfico 2 - Valência observada Jornal O Globo

Fonte: Elaboração própria

Para encerrar a observação dos resultados da Valência, é preciso apresentar e pensar sobre os resultados gerais, somando tanto o jornal O Globo, quanto o jornal Folha de São

Paulo. Para facilitar a visualização, foi utilizado horizontais de barras, para que se visualize com clareza cada uma das valências, enquanto é possível observar, trimestralmente, cada jornal.

Gráfico 3 - Valência observada Entre o último trimestre de 2000 e o último trimestre de 2001 nos



Jornais O Globo e A Folha de São Paulo

Fonte: Autoria Própria

Baseado, portanto, neste resultado geral, obtivemos que o jornal Folha de São Paulo teve um total de 83 matérias ambivalentes, 25 de matérias contrárias e 55 de matérias favoráveis à causa Palestina no período entre o último trimestres do ano 2000 e o último trimestre do ano de 2001. Enquanto o jornal O Globo, se difere quando traz em suas matérias, quando trata da Palestina, o posicionamento de 43 matérias ambivalentes, 53 de matérias contrárias e 13 de matérias favoráveis no mesmo período. Sendo possível observar nas duas tabelas a seguir os dados separados por semestre e seu valor total em cada jornal. O que é possível aferir a partir destes dados é que, além do fato de que o jornal Folha de S. Paulo tratar do tema com muito mais frequência, há uma presença notavelmente maior de matérias favoráveis no jornal O Globo, que apresenta um posicionamento majoritariamente negativo, contrário à Intifada Palestina, neste período. Observe, em números, nas tabelas a seguir:

TABELA 2 - Observação numérica por trimestre da Valência no Jornal Folha de São Paulo

ANO/TRIMESTRE	Ambivalente	Contrária	Favorável
2000 - 4ºTri	15	6	9
2001 - 1ºTri	26	6	13
2001 - 2ºTri	16	4	14
2001 - 3ºTri	13	2	11
2001 - 4ºTri	13	7	8
Total Geral	83	25	55

Fonte: Autoria Própria

TABELA 3 - Observação numérica por trimestre da Valência no Jornal O Globo

ANO/TRIMESTRE	Ambivalente	Contrária	Favorável
2000 - 4ºTri	14	14	9
2001 - 1ºTri	18	10	1
2001 - 2ºTri	5	7	1
2001 - 3ºTri	7	6	2
2001 - 4ºTri	9	6	0
Total Geral	53	43	13

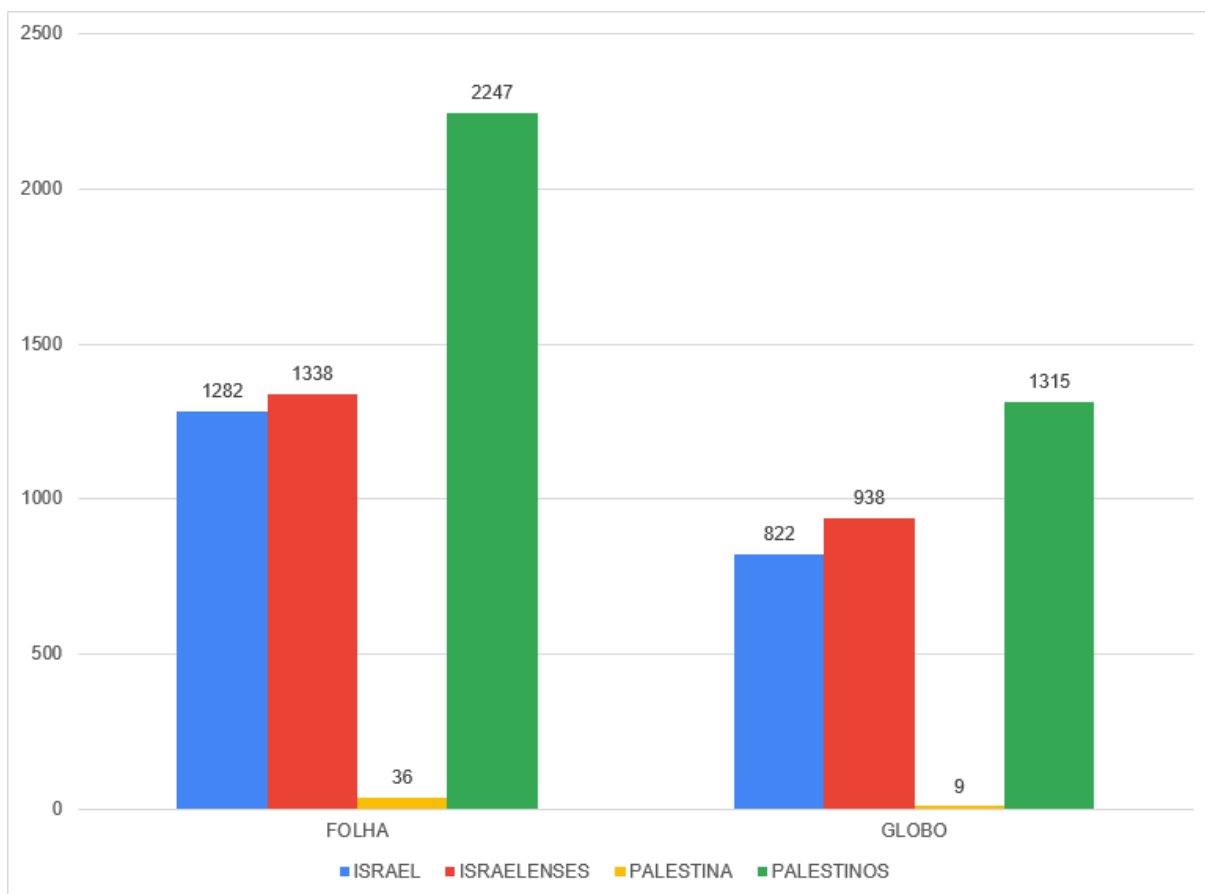
Fonte: Autoria Própria

A percepção que se pode construir a partir desta realidade é a de que por mais que haja ambivalência e matérias favoráveis, quando analisadas individualmente, isso não contribui para uma imagem favorável da questão Palestina, também não contribui para uma visão positiva da Segunda Intifada em si, pois as reportagens sobre a Palestina se reduzem somente ao conflito, à guerra, à discussões sobre o confronto. Para abordar melhor esta conclusão sobre os dados, serão trazidos a seguir mais alguns gráficos que demonstram como a Palestina permanece sempre relegada aos assuntos sobre o conflito, enquanto Israel ocupa outros cadernos dentro do veículo de comunicação, sendo abordado de diversas formas e não apenas relacionando a nação com problemas, guerras e crises políticas.

Enquanto é possível observar que há uma identificação de Israel como a terra dos israelenses, como um povo que se relaciona com seu território, como se nota na proximidade de citação da expressão Israel (aparecendo 2.104 vezes) e israelense (aparecendo 2.276

vezes), quando se observa a mesma relação entre Palestina e Palestinos, vê-se uma relação bem diferente, onde o território aparece apenas 45 vezes enquanto os seus nacionais aparecem 3.562 vezes. Esta observação traz a ideia de que, na maioria das vezes em que a Palestina é retratada, não se aborda como território ou lugar, em oposição à Israel, que é constantemente tratado como como espaço físico. O que indica nas entrelinhas a disparidade gigantesca de forças, como pode ser observado nos gráficos abaixo.

Gráfico 4 - Citações das expressões Israel e Israelenses comparada com Palestina e Palestinos Entre o último trimestre de 2000 e o último trimestre de 2001 nos Jornais O Globo e A Folha de São Paulo



Fonte: Autoria Própria

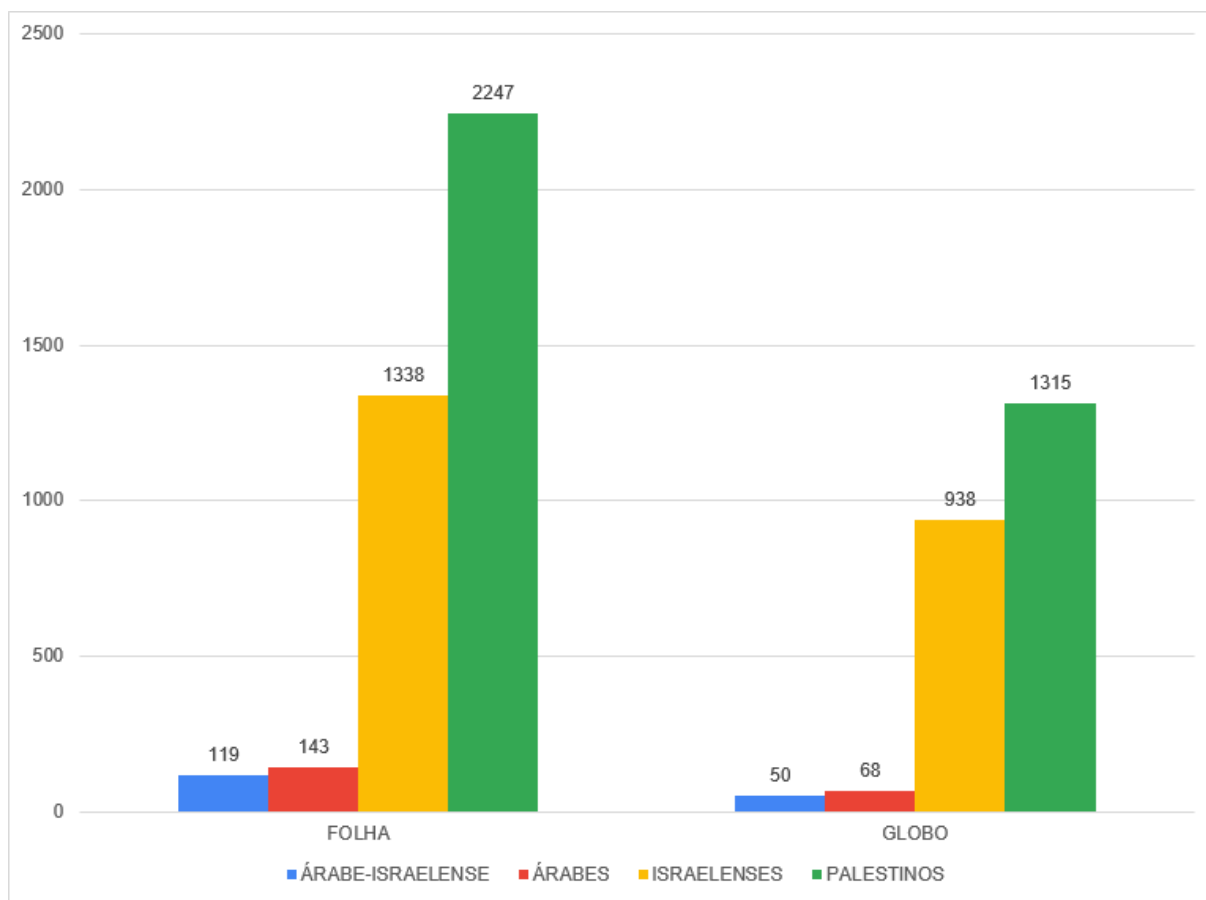
Ainda que não tenha sido possível construir em forma de gráfico a observação de que a Palestina não é tratada como território físico e uma nação, uma pátria, em oposição à Israel, através do levantamento como um todo é observável que, mesmo quando reconhecendo os habitantes da Palestina como palestinos, estes estão destituídos de um espaço físico que os competem, sendo majoritariamente mostrados apenas como povo e não como pertencentes a um espaço físico concreto. Deste modo, evidencia-se conforme proposto por Nutrit Peled-Elhanan (2019) a disparidade de forças envolvidas no conflito: Estado *versus* civis. Para a apuração completa deste fato sobre o tempo e jornais observados, recomenda-se a observação

do apêndice, onde nas colunas “chamada” e “comentários”, fica visível a relação apontada aqui, sem ser necessário observar todos as matérias.

No Gráfico que virá em seguida, o trabalho convida o leitor a observar a dualidade palestinos-árabes, porque quando os jornais utilizam a expressão “árabe”, observa-se que é uma forma mais pejorativa, havia a expectativa que os jornais utilizariam mais esta expressão, que a mais adequada, “palestinos”. Segundo Nutrit Peled-Elhanan (2019) esta denominação é clássica dentro da lógica de representação sionista, “o rótulo de “árabes” reforça a ideia que Israel sempre buscou transmitir, a saber, a de que os palestinos não constituem uma nação por si só, mas pertencem a outra nação, muito maior, situada fora de Israel: os árabes. (PELED-ELHANAN p.85-86)

No entanto, destaca-se que há o uso da nomenclatura correta, mas isso não é suficiente para que a cobertura traga esse viés de identidade pro povo palestino, mesmo que chame de palestino, ainda há uma estrutura muito colonial pra cobrir o tema, como já discutido nos capítulos anteriores. Portanto, partindo do pressuposto inicial deste estudo de que nenhum signo é neutro, e de que em nenhuma forma, sua utilização é despretensiosa, essa mistura de nomenclatura nos fornece uma boa visão sobre a construção da imagem do povo palestino pelos meios de comunicação estudados. Esta observação se faz de extrema importância, visto que para PELED-ELHANAN, esse discurso “alimenta os argumentos utilizados no discurso popular e político para barrar o retorno dos refugiados palestinos” (PELED,ELHANAN 2019. p.89) por nós pode ser percebido como uma forma de impulsionar a deslegitimação da causa palestina. Uma forma de observar este uso mais pejorativo ou relacionado com uma forma de “expatriação” dos Palestinos, é através do gráfico abaixo, que compara o uso da expressão Palestino e Árabes com árabes-israelenses e israelenses, como é possível visualizar, é muito menos utilizado árabe quando relacionado à Israel e israelenses.

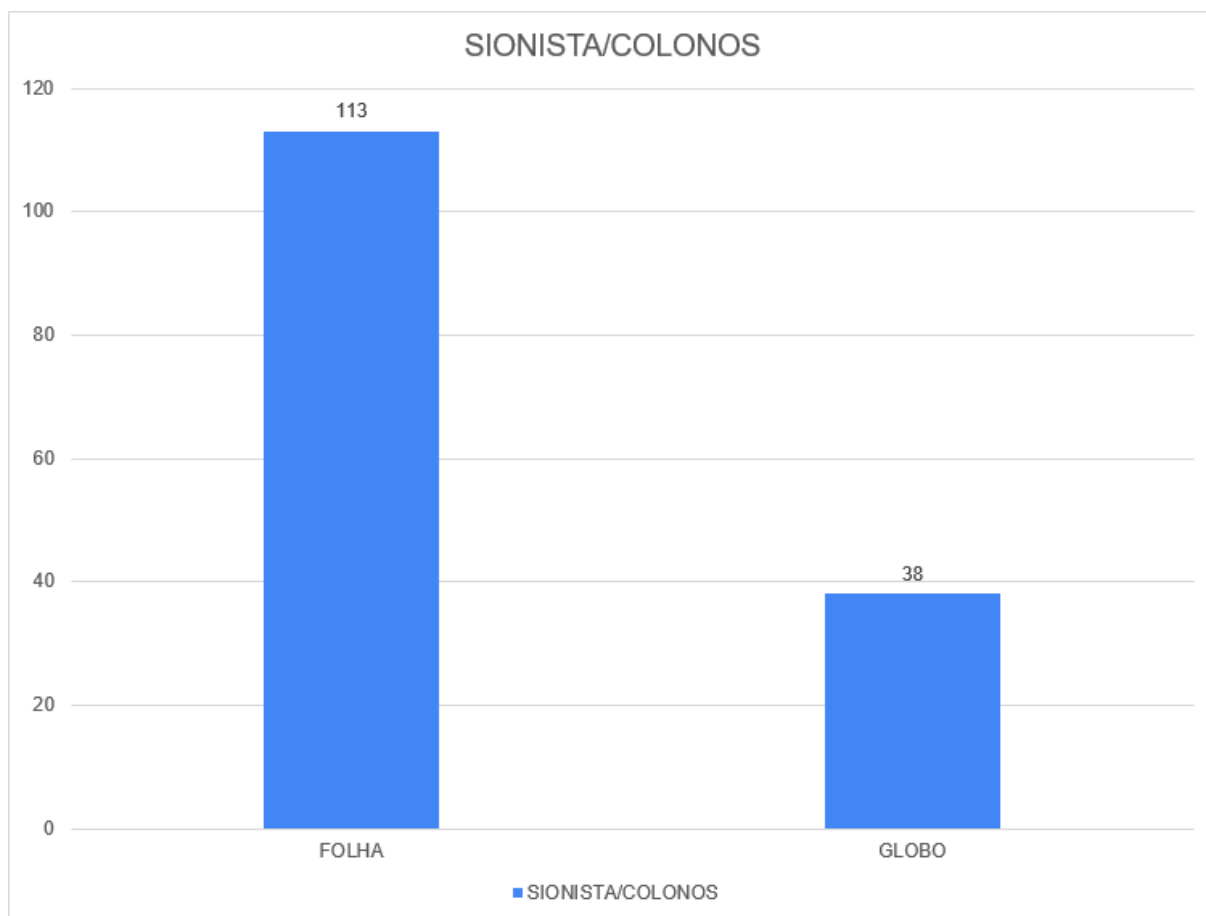
Gráfico 5 - Citações das expressões Israelenses e árabe-israelense comparada com Palestinos e árabes Entre o último trimestre de 2000 e o último trimestre de 2001 nos Jornais O Globo e A Folha de São Paulo



Fonte: Autoria Própria

Já tratando da comparação entre a abordagem de sionistas e colonos, há um interesse da pesquisa em observar a diferença entre a Folha de São Paulo e O Globo. Conforme será possível observar a seguir, no primeiro, há mais utilização destas expressões, o que significa que há, ainda que tímido, mais reconhecimento no movimento de ocupação dos israelenses nos territórios palestinos. O que no segundo, observa-se pouquíssimo uso no mesmo período de tempo em comparação com o primeiro. Vale trazer que o jornal O Globo, tem uma posição mais contrária à Palestina já observável desde a análise de valências, não há muitas citações dos israelenses como colonos ou sionistas, que traria uma visão da ocupação como ilegal ou ilegítima. Como se vê no gráfico abaixo, a Folha de São Paulo utiliza quase três vezes mais as expressões sionistas/colonos que o jornal O Globo.

Gráfico 6 - Citações das expressões Sionistas/colonos Entre o último trimestre de 2000 e o último trimestre de 2001 nos Jornais O Globo e A Folha de São Paulo



Fonte: Autoria Própria

O levantamento feito traz nuances, detalhes e muito mais material para diversas reflexões sobre o tema. Este trabalho de observação atenta do período de um ano destes dois jornais de grande circulação, num período em que a internet ainda estava engatinhando no Brasil e no mundo, quando esta fonte de mídia física ainda mais presente na vida das pessoas, estará disponível em toda sua extensão no apêndice desta pesquisa, visando ofertar à próximos pesquisadores a oportunidade de usá-la como fonte.

Portanto, a partir destas observações propostas, a presente pesquisa deseja ter contribuído para análise da representação Palestina nestes jornais de grande circulação no Brasil durante o período proposto, além de ter concretizado este pequeno banco de dados das matérias e valências das mesmas para observação de futuros pesquisadores. A pesquisa passará a seguir às suas considerações finais, propondo mais desafios, reflexões e provocações para futuras análises do tema.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia central desta pesquisa foi observar, analisar e debater a visão dos jornais de maior circulação nacional sobre a Palestina, no período entre o final do ano 2000 e o final do ano de 2001, observando como estes meios de comunicação abordaram os conflitos deste primeiro ano da Segunda Intifada, e para esta análise se propôs à debruçar-se na leitura de cada uma das vezes que A Folha de São Paulo e O Globo abordaram as expressões Palestina, Palestinos, Israel, Israelenses, Intifada e outras expressões relacionadas. Após a construção de seu referencial teórico, a pesquisa pôde explorar em que medida a imagem do povo palestino construída nas narrativas jornalísticas contribui para a perpetuação de determinados discursos ideológicos sobre o grupo e sobre a causa palestina no geral. Neste aspecto foi possível observar também que não houve um impacto relevante do Onze de Setembro na apresentação da causa Palestina nesses jornais, que permaneceram aproximadamente no mesmo ritmo que antes do conflito.

No entanto, ficou claro que cada um dos jornais têm uma posição definida sobre o tema da ocupação da Palestina, onde O Globo mantém uma posição ambivalente, tendendo para a contrária com muita frequência, enquanto também aborda o assunto em si com muito menos frequência que a Folha de São Paulo. Enquanto a Folha de São Paulo estabelece uma posição ambivalente para favorável, abordando o tema quase 60% mais vezes que o outro jornal observado.

O maior desafio da pesquisa foi lidar com um grande número de fontes primárias, considerando ainda que isto só foi possível graças à aplicação da Metodologia de Análise de Valências, que ajudou a construir uma análise quantitativa significativa para corroborar a parte teórica e qualitativa da pesquisa. Isto fez possível observar que o posicionamento da grande mídia vai obedecer a certos pressupostos pré-estabelecidos, apesar de tentar manter uma imagem de neutralidade como uma maneira de relacionar esta suposta imparcialidade com sua qualidade. Por isso observar com a ferramenta MAV é tão essencial para desnudar essa postura da mídia, onde há essa ideia de que quanto mais supostamente neutro, mais elevada é a qualidade do material jornalístico.

Ainda no que tange processos que esta pesquisa enfrentou para desenvolver sua análise com sucesso, é possível trazer o fator do equilíbrio entre o MAV e o método de Análise dos discursos. Pois esta última foi o que possibilitou que, além de observar todo o direcionamento da abordagem dos jornais, fosse examinado: as chamadas das manchetes, o posicionamento das matérias, a diagramação do jornal, os recursos linguísticos e toda

composição gráfica e do discurso. O que permitiu uma compreensão mais ampla, permitindo que pudéssemos classificar os jornais não apenas de forma mecânica, observando numericamente o aparecimento das palavras-chave, como também aprofundar esta análise entrando nos significados das mesmas dentro dos seus contextos. Destaca-se, por fim, ainda no aspecto da importância do uso da análise de discurso, pois toda análise foi feita de forma manual, sem a utilização de mecanismo de busca, pois estes mecanismos poderiam corromper visando o real significado e do uso destas palavras-chave escolhidas para fazer a composição gráfica do trecho quantitativo.

Por mais que a Folha de S. Paulo tivesse conseguido seguir mais à risca a sua política editorial e apresentar reportagens mais levadas para a Ambivalência, como resultado final percebemos que isto não foi suficiente pra construir uma imagem positiva da Palestina e da luta palestina em si, pois como já citado nas discussões, a Palestina fica colocado majoritariamente em notícias e artigos relacionados à guerra ou conflito, demonstrando que sua cobertura não aborda a nação ou o povo para além de estar restrita à esfera do conflito. Já Israel, por outro lado, ocupa outras esferas dentro deste veículo de comunicação, ocupando cadernos de esporte, economia, cultura. Por conseguinte, é possível observar que esta mera posição de ambivalência do jornal é aprofundada como falsa ou superficial quando comparada com a abordagem à Israel. Quanto ao Globo, a posição contrária, fica nítida imediatamente após 2001, ainda que pouco antes houvesse um esforço para parecer neutro, corroborando para a construção desta imagem negativa sobre a Palestina, sem espaço para outras interpretações ou aferições além de simplesmente um posicionamento contrário.

Com este trabalho fica uma lacuna a ser construída num momento futuro, de próximas pesquisas e aprofundamentos, entendida aqui não como uma limitação, mas como uma provocação para produções futura onde é preciso entender de que forma esta construção de imagem sobre a Palestina foi evoluindo e se modificando ou se concretizando na opinião pública para chegar onde estamos atualmente. Já que o levantamento inicial, a hipótese inicial, é de que estas mídias já tinham como estabelecido, uma imagem de neutralidade à causa Palestina desde início, mesmo que suave e progredindo a uma visão negativa é preciso destrinchar o processo que se procedeu a seguir. Se houve um caminho gradual para um posicionamento negativo e contrário, como, após 2001, a visão editorial e a construção de imagens e discursos foi abandonando cada vez mais a ambivalência e indo de encontro à claramente uma posição pró-Israel, fica para uma pesquisa mais aprofundada, buscando um

recorte ainda mais amplo que o observado aqui. É necessário que esta provocação seja um gancho para uma futura pesquisa de doutorado mergulhando nesta lacuna levantada.

7. REFERÊNCIAS

ALIAGA, LUCIANA. A questão política dos intelectuais: as "elites" dirigentes nos quaderni del carcere de A. Gramsci. Revista Eletrônica Arma Da Crítica Ano 3: n.3. Dezembro 2011.

ALVES, Ruy Jorge. – A justiça está com os árabes: História do conflito árabe-israelense. São Paulo - 1975.

AUGRAS, Monique. Opinião Pública: teoria e pesquisa. 3. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1978.

BENSAÏD, D. Marx, o intempestivo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BENSAÏD, D. Teoria do valor, trabalho e classes sociais. Entrevista a Henrique Amorim. Crítica Marxista, São Paulo, n.30, 2010, p.89-102

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOURDIEU, Pierre. “Espaço social e espaço simbólico”; “O novo capital”. In: Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, Papirus, 1996. p.13-52.

BRASIL, CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPERIO DO BRAZIL - DE 25 DE MARÇO DE 1824 - Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm Acesso em 13 mar 2023

CAMPOS, Carla Leila Oliveira. Estratégias de referenciação no discurso midiático -: Práticas ideológicas de inclusão e exclusão de dizeres no discurso sobre a guerra.. Linguagem e Discurso, Palhoça, SC, ano 05, v. 10, n. 1, p. 43-67, 2010.

CASSINO, Daniel. Entman, Robert M. Projections of Power: Framing News, Public Opinion, and US Foreign Policy. Chicago: University of Chicago Press, 2004. Journal of conflict studies, v. 27, n. 1, p. 128-130, 2007.

DEL ROIO, M. Gramsci e a emancipação do subalterno. Rev. de Sociol. e Polít., Curitiba, n.29, 2007, p.63-78.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. A campanha das Diretas Já: narrativas e memórias. In: São Leopoldo, XXIV Simposio Nacional de Historia. 2007.

EDER, Klaus. Identidades coletivas e mobilização de identidades. In Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 53, p. 5-18, out. 2003.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of Fractured Paradigm. Journal of Communication, 43 (4), p. 51- 58, 1993.

ENTMAN, Robert. How the media affect what people think- and think what they think. In: Democracy Without Citizens: media and the decay of american politics. Oxford: Oxford University Press, 1989.

FAIRCLOUGH, Norman. Análise Crítica Do Discurso Como Método Em Pesquisa Social Científica / Critical Discourse Analysis As A Method In Social Scientific Research. Linha d'Água, São Paulo, n. 25, p. 307-329, 2012. Tradução: Iran Ferreira de Melo

FERES JÚNIOR, João. Análise de valências, debate acadêmico e contenda política. Revista Brasileira de Ciência Política, p. 313-322, 2016a.

FERES, João. Em defesa das valências: uma réplica. Revista Brasileira de Ciência Política, p. 277-298, 2016.

FERES JÚNIOR, J.; SASSARA, L. O cão que nem sempre late: o Grupo Globo e a cobertura das eleições presidenciais de 2014 e 1998. Compolítica, v. 6, n. 1, p. 30-64, 14 out. 2016.

FINKELSTEIN, Norman G. A indústria do Holocausto: reflexões sobre a exploração do sofrimento judeu. – 2º ed. – Rio de Janeiro: Record, 2001.

FOUCAULT, Microfísica do poder. Trad. e Org. Roberto Machado. Graal, 1984.

FOUCAULT, Vigiar e Punir. 42 Ed. Petrópolis: Vozes. 2015.

GALASTRI, Leandro. Classes sociais e grupos subalternos: distinção teórica e aplicação política. Crítica Marxista, São Paulo: 2014, n. 39, p. 35-55.

GATTAZ, A. C. A Guerra da Palestina: da criação do Estado de Israel à nova Intifada. 2ª ed. São Paulo: Usina do Livro, 2003.

GELLNER, E. Nations and Nationalism. Oxford: Blackwell, 1983.

HOBBSBAWN, Eric & RANGER, Terence (orgs.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GLOBO, Grupo. Princípios editoriais do Grupo Globo. Rio de Janeiro, v. 6, 2011.

GRAMSCI, A. Quaderni del carcere: edizione critica dell'Istituto Gramsci. Turim: Giulio Einaudi, 2001

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. (v.2: Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo - apenas o Caderno 12; e v.3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política - apenas o Caderno 13).

Gunter Kress, Literacy in the New Media Age (Londres, Routledge, 2003), p 43. Apud Peled-Elhanan, Nutrit Op.Cit. p. 84.

GUTTMANN, Juliana. Quadros narrativos pautados pela mídia: framing como segundo nível do agenda-setting: Contemporanea. v4. n.1, jun. 2006, pp. 25-50

HOBBSBAWN, Eric. Sobre a História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (Capítulos 6, 7, 8, 14, 15, 16 e 21).

KRESS, Gunter. Against Arbitrariness: The Social Production of the Sign as a Foundational Issue in Critical Discourse Analysis. *Discourse in society*, v.4, n. 2, 1993. P. 169-91.

KRESS, Gunter. *Linguistic Process in Social Practice*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

KRESS, Gunter. *Literacy in the New Media Age*. Londres, Routledge, 2003.

KRESS, Gunter. *Reading Images: The Grammar of Visual Design*. Londres, Routledge, 1996.

KRESS, Gunter. VAN LEEUWEN, Theo. Critical Layout Analysis in International Schulbuchforschung, Braunschweig, Zeitschrift des George-Eckert-Institut, v.17,1995. p. 25-43.

LIPPMANN, Walter. *The World Outside and the Pictures in Our Heads*. In: *Public opinion*. New York: Macmillan, 1922

MALIN, Mauro. Resposta Velha para um Brasil Novo. Observatório da Imprensa. *Jornal de Debates*. Edição 762. 04 de setembro de 2013. Projor – Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo. ISSN 1519-7670. Disponível em https://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/resposta_velha_para_um_brasil_novo/ Acesso em 29 mar 2023

McCOMBS, Maxwell. Personal involvement with sigues on the public agenda. *Internacional Journal of Public Opinion*. v11, n.2, 1999, pp. 152-168

McCOMBS, Maxwell; *Setting the Agenda: the mass media and public opinion*. Cambridge: Polity Press, 2004.

McCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. McCOMBS. *The Agenda-Setting Function of Mass Media*. In: McCOMBS Maxwell; PROTESS, David L. *Agenda Setting: readings on media, public opinion and policy making*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1991.

MELO , Iran Ferreira de. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. *Letra Magna: Revista eletrônica de divulgação científica em língua portuguesa, linguística e literatura*, [s. l.], ano 05, n. 11, ed. 2º Semestre, 2009.

MENDONÇA, Sônia Regina & LAMOSAS, Rodrigo. *Gramsci e a pesquisa histórica*. Curitiba: Appris, 2018.

MICHEL FOUCAULT. *A Ordem Do Discurso*. Aula. Inaugural No College D'e France, Pronunciada Em 2 De Dezembro De 1970. Edições Loyola; 24ª edição (29 março 1996)

MILIBAND, Ralph, *Análise de Classes*, in, GIDDENS, Anthony, TURNER, Jonathan, *Teoria Social Hoje*, Ed. UNESP, São Paulo, 1999. Pp. 471-502.

PAIXÃO MARCOS, *Linha editorial no jornalismo brasileiro: conceito, gênese e contradições entre a teoria e a prática*. *Revista Alterjor*, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 90-108, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/137224>. Acesso em: 30 mar. 2023.

PAPPÉ, Ilan. A Limpeza Étnica da Palestina. In: Conferência de Stuttgart. 2010. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=JsePdGlgxA&t=1946s> >. Acesso em: 17 maio 2018.

PAPPÉ, Ilan. A limpeza étnica da Palestina. São Paulo: Sudermann – 2016.

PELED-ELHANAN, Nutrit. Ideologia e Propaganda na Educação: Os palestinos nos livros didáticos israelenses. São Paulo: Boitempo – 2019.

SAID, Edward W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 (tradução de Rosaura Eichenberg).

SAID, Edward W. Palestinos sob Sítio. Reproduzido da London Review of Books, v. 22, n. 24, 14.12. 2000 com a permissão do autor. Traduzido por Nicholas Davies.

SAID, Edward. Cultura e imperialismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SALEM, Helena. Palestinos, os novos Judeus. Rio de Janeiro: Eldorado –Tijuca, 1977.

SAND, Shlomo, 1946 - A invenção da Terra de Israel: De terra santa à terra pátria. São Paulo: Benvirá, 2014.

SCHEUFELE, D. A. Framing as a theory of media effects. Journal of Communication, 49 (1), p. 101-120, 1999.

SCHEUFELE, Dietram A. Agenda-setting, priming, and framing revisited: Another look at cognitive effects of political communication. Mass communication & society, v. 3, n. 2-3, p. 297-316, 2000.

SCHWARZ, B. "Conservatism, nationalism and imperialism". In Donald, J. e Hall, S. (orgs.), Politics and ideology'. Milton Keynes: Open University Press, 1936.

SEVERO, Bruna Meireles. Agendamento, enquadramento e opinião pública: a imprensa e seus efeitos sobre a audiência. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação-Habilitação em Jornalismo)-Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, Gislene; MAIA, Flávia Dourado. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. Rumores, v. 5, n. 10, p. 18-36, 2011. Disponível em http://www.rumores.usp.br/pdf/rumores10_2_gislene_flavia.pdf Acesso em 12 abr 2023

SOMMA, Isabelle. Orientalismo na imprensa brasileira: A representação de árabes e muçulmanos nos jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo antes e depois de 11 de Setembro de 2001. Dissertação de Mestrado: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Orientais, Programa de Pós Graduação em Língua, Literatura e Cultura Árabe, 2007.

SPIVAK, G. C. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAILD, Khalid. Edward Said e a tradição inventada. In XI Congresso Internacional da ABECAN. USP- 2011.

TAVARES, Bruno da Silva. Princípios editoriais e a cobertura do Jornal Nacional sobre os preparativos para a copa do mundo e copa das confederações no Brasil. 9^o Interprogramas de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. 09 de dezembro de 2013. Disponível em <https://static.casperlibero.edu.br/uploads/2014/04/Bruno-da-Silva-Tavares.pdf> Acesso em 01 abr 2023

VAN LEEUWEN, Theo. Discourse and Practice: New Tools for Discourses of War Photography. In Journal of Curriculum Studies, v.27, n.5, 1995. P. 501-22.

VAN LEEUWEN, Theo. Introducing Social Semiotics. Nova York/Londres, Routledge, 2005.

VAN LEEUWEN, Theo. Legitimation in Discourse and Communiation. Discourse and Communication, v.1, n1, 2007. p.91-112.

VAN LEEUWEN, Theo. The Representation of Social Actors, In CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa; COULTHARD, Malcon (orgs.). Texts and Pratices: Reading is critical Discourse Analysis. Londres: Routledge, 1996.

VAN LEEUWEN, Theo. The Schoolbooks as a Multimodal Text. In International Schulbuch Forschung, Frankfurt, Diesterweg, v.14, n.1, 1992. p.35-58.

VAN LEEUWEN, Theo. Visual Racism. In: REISIGL, Martin. WODACK, Ruth (orgs.). The Semiotics of Racism. Viena, Passagen, 2000, p. 333-50.

VIEIRA, Viviane. A crítica como arte de fazer-se crítica. In: IRINEU, Lucineudo Machado et al. Análise de discurso crítica: conceitos chave. São Paulo: Pontes Editores, 2020. cap. 1, p. 13-16. ISBN 978-65-5637-066-8.

WILLIAMS, Raymond. Cultura e materialismo. São Paulo: EdUnesp, 2011.

APÊNDICE: